



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRAGMÁTICAS DA ARQUIVOLOGIA E
SEUS IMPACTOS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL**

JOÃO PESSOA,
2023

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRAGMÁTICAS DA ARQUIVOLOGIA E
SEUS IMPACTOS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do grau de doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.

JOÃO PESSOA,

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48p Oliveira, Danielle Alves de.
 Perspectivas teóricas e pragmáticas da arquivologia
 e seus impactos na preservação da memória social /
Danielle Alves de Oliveira. - João Pessoa, 2023.
 174 f. : il.

 Orientação: Carlos Xavier de Azevedo Netto.
 Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

 1. Arquivologia. 2. Práticas arquivísticas. 3.
 Memória social - Preservação. I. Azevedo Netto, Carlos
 Xavier de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 930.25(043)

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRAGMÁTICAS DA ARQUIVOLOGIA E
SEUS IMPACTOS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do grau de doutorado.

Linha de pesquisa: Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação.



Documento assinado digitalmente
CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO
Data: 21/01/2024 20:03:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
(Orientador)



Documento assinado digitalmente
IZABEL FRANCA DE LIMA
Data: 29/01/2024 14:40:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Izabel França De Lima
(Presidencia da banca)



Documento assinado digitalmente
CONRAD RODRIGUES ROSA
Data: 31/01/2024 07:32:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Conrad Rodrigues Rosa
(Examinador Interno)



Documento assinado digitalmente
JOSE MAURO MATHEUS LOUREIRO
Data: 20/01/2024 09:11:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro
(Examinador externo)



Documento assinado digitalmente
CLAUDIALYNE DA SILVA ARAUJO
Data: 23/01/2024 14:52:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Claudialyne Da Silva Araujo
(Examinador externo)

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
(Examinador interno - Suplente)

Profa. Dra. Carla Maria De Almeida
(Examinador externo - Suplente)

Dedico essa tese ao meu filho Théo,
motivo de minha coragem, foco e
determinação.

AGRADECIMENTOS

Finalmente chegamos nesse momento! A escrita dos agradecimentos é um exercício de rememoração, é lembrar de quem esteve conosco acreditando e torcendo pelo nosso sucesso. Sendo assim, não posso deixar de iniciar esse texto sem agradecer à Deus, por ser meu amparo nos momentos de desespero, por ser luz, quando só enxergava a escuridão. Por me dá sabedoria, confiança e resiliência.

À minha família, especialmente aos meus pais, Clodoaldo Alves e Izabel Alves, por ter incentivado e mostrado o maior tesouro que o ser humano pode construir: o conhecimento. Em meio ao caos, foram vocês que com sabedoria e paciência me ajudaram a encontrar um caminho.

À Thiago Medeiros, meu esposo, por ter sonhado esse título comigo, por segurar a minha mão quando eu quis desistir, por ter me apoiado incondicionalmente e dizer todos os dias o quanto acreditava em mim. Obrigada também por aguentar meus momentos de exaustão e estresse e oferecer uma comidinha gostosa para me ver feliz.

Aos meus amigos pela compreensão e apoio durante todo esse processo. Em especial, à Danielle Lucena que desde da graduação está comigo, acompanhando cada fase importante da minha vida. Aos amigos e professores Dr. Diego Salcedo e Dra. Claudialyne Araújo, pelas vezes que liguei para pedir ajuda, tirar dúvidas ou simplesmente desabafar depois de um dia difícil. Agradeço ainda aos meus colegas de curso de doutorado, por partilhar a vida, as alegrias e frustrações da academia.

Ao professor Dr. José Mauro que iniciou o processo de orientação. Obrigada por me mostrar que na academia não podemos ter medo de pensar e compartilhar as nossas inquietações. Agradeço ainda ao Dr. Carlos Xavier por ter aceitado continuar com a minha orientação, mesmo já tendo sido iniciada por outro docente.

Aos professores membros da banca de qualificação e defesa, agradeço pelo tempo dedicado à leitura e pelos comentários no sentido de aprimorar a pesquisa.

Aos meus colegas de departamento (DCI-UEPB) que souberam compreender as minhas necessidades durante essa fase, e quando eu não consegui mais conciliar, votaram pelo afastamento temporário.

Por fim, agradeço a todos que diretamente ou indiretamente estiveram comigo e me ajudaram a chegar ao final de mais uma etapa.

Arquivos não custodiam memória. Porém, oferecem a possibilidade de criá-la. A sua função é a de prevenção da amnésie. Permitem-nos construir memória, poli-la, retificá-la ou reassegurá-la sempre que necessário.

(Menne-Haritz)

RESUMO

A Arquivologia tem uma longa trajetória enquanto atividade empírica, contudo, o seu delineamento enquanto disciplina científica autônoma tem início no século XIX após a publicação de inúmeros manuais e o surgimento de cursos profissionalizantes. Para tanto, apesar da relevância das publicações para a concepção teórica da área, percebe-se que a Arquivologia não consegue se desvincular do modelo tecnicista voltado essencialmente para a prática. Visando um aparato mais sólido para as reflexões científicas, alguns pesquisadores inserem a Arquivologia no arcabouço da Ciência da Informação, contudo, questões fundamentais da área, continuam sem resposta. Deste modo, a presente pesquisa surge pela necessidade de redimensionar as reflexões do campo, com vistas a aprofundar a sua teoria e prática, possibilitando assim, ressignificar o seu modelo tecnicista que condiciona e engessa as práticas profissionais e naturalizam a ideia de memória sem privilegiar os seus aspectos como construção social. Temos ciência que o Estado e outras estruturas de poder vigentes, utilizam de estratégias políticas para atender as suas necessidades e fomentar silenciamentos e manipulação da nossa memória coletiva, contudo, esse cenário só pode ser modificado, se lançarmos reflexões efetivas em torno dos discursos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas e delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico. Portanto, diante deste contexto, temos como objetivo geral: apresentar e problematizar os processos discursivos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas que delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico e seus impactos na preservação da memória social. Metodologicamente, fizemos uso da pesquisa exploratória-explicativa com natureza qualitativa. Quanto aos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, no qual seguimos as etapas de identificação, sistematização e análise crítica da produção bibliográfica acerca da temática pertinente ao campo de investigação da Arquivologia. Após a análise da literatura, reafirmamos a necessidade de ampliação de pesquisas com foco na área, e, sobretudo, de uma formação mais crítica e propositiva dos arquivistas para que seja possível reconhecer os diversos discursos em torno das normas e rotinas do âmbito arquivístico, principalmente, no que tange a avaliação. Esse processo ainda está muito preso aos discursos da História, e, fundamentalmente, atrelado as demandas do Estado. Deste modo, a ideia de memória na Arquivologia é tratada de forma naturalizada e sem privilegiar esse substrato como uma construção social, resultando em acervos permanentes que não representam a sociedade em suas múltiplas dimensões, atrapalhando assim, no processo de ressignificação da memória. Por fim, reafirmamos que para que os arquivos venham a contribuir efetivamente à sociedade é fundamental que os arquivistas atentem para o processo da avaliação, respeitando não só o valor funcional dos documentos, mas também, o seu potencial informacional, cultural e de memória.

Palavras-chave: Arquivologia. Perspectivas teóricas e pragmáticas da Arquivologia. Memória. Preservação da memória social.

ABSTRACT

Archivology has a long history as an empirical activity, however, its outline as an autonomous scientific discipline began in the 19th century after the publication of numerous manuals and the emergence of professional courses. Therefore, despite the relevance of the publications for the theoretical conception of the area, it is clear that Archivology cannot detach itself from the technical model essentially focused on practice. Aiming at a more solid apparatus for scientific reflections, some researchers include Archivology in the framework of Information Science, however, fundamental questions in the area remain unanswered. In this way, the present research arises from the need to re-dimension the reflections of the field, with a view to deepening its theory and practice, thus making it possible to re-signify its technicist model that conditions and stiffens professional practices and naturalizes the idea of memory without privileging its aspects as a social construction. We are aware that the State and other existing power structures use political strategies to meet their needs and encourage silencing and manipulation of our collective memory, however, this scenario can only be modified if we launch effective reflections around the discourses that structure theoretical and pragmatic perspectives and delimit norms and routines in the archival scope. Therefore, in view of this context, we have as a general objective: to present and problematize the discursive processes that structure the theoretical and pragmatic perspectives that define norms and routines in the archival scope and their impacts on the preservation of social memory. Methodologically, we used exploratory-explanatory research with a qualitative nature. As for the technical procedures, we will make use of bibliographical research, in which we will follow the stages of identification, systematization and critical analysis of the bibliographical production on the theme pertinent to the field of investigation of Archivology. After analyzing the literature, we reaffirm the need to expand research focused on the area, and, above all, for a more critical and propositional training of archivists so that it is possible to recognize the different discourses around the norms and routines of the archival scope, mainly, in terms of evaluation. This process is still very attached to the discourses of History, and fundamentally linked to the demands of the State. In this way, the idea of memory in Archivology is treated in a natural way and without privileging this substrate as a social construction, resulting in permanent collections that do not represent society in its multiple dimensions, thus hindering the process of re-signification of memory. Finally, we reaffirm that for archives to effectively contribute to society, it is essential that archivists attend to the evaluation process, respecting not only the functional value of documents, but also their informational, cultural and memory potential.

Keywords: Archivology. Theoretical and pragmatic perspectives of Archivology. Memory. Preservation of social memory.

LISTA DE SIGLAS

CI – Ciência da Informação

CIA – Conselho Internacional de Arquivos

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ISAAR (CPF) – Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) – General International Standard Archival Description

ISDF – Norma Internacional para a Descrição de Funções

ISDIAH – Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

RAMP – Records and Archives Management Program

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RAMP – Records and Archives Management Programme

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Esquema de evolução científica de Thomas Kunh	67
Quadro 2 - Esquema de evolução científica da Arquivologia baseado em Kunh	71
Quadro 3 - Resumo da presença da CI e Arquivologia na TAC	82
Quadro 4 – Diferentes abordagens metodológicas para o processo de eliminação	101
Quadro 5 – Demonstrativo da avaliação a partir dos parâmetros e índices	110
Quadro 6 – Ciclo vital a partir da abordagem de vigência e prazo precaucional....	113

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Fases da história dos arquivos.....	75
IMAGEM 2 – Estrutura da classificação universal proposta por Roberge	94

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA	23
3 TESSITURAS HISTÓRICAS DA GÊNESE ARQUIVÍSTICA	25
3.1 DISCURSOS EM TORNO CIENTIFICIDADE: A Arquivologia entre os saberes e fazeres.....	63
4 ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: encontros e desencontros..	76
5 DISCURSOS TEÓRICOS E PRAGMÁTICOS EM TORNO DA NORMAS E ROTINAS DO FAZER ARQUIVÍSTICO	88
5.1 CLASSIFICAÇÃO.....	89
5.2 AVALIAÇÃO	97
5.3 DESCRIÇÃO	117
6 REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE MEMÓRIA	124
6.1 A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA NA ARQUIVOLOGIA.....	137
7 IMPLICAÇÕES DAS NORMAS E ROTINAS ARQUIVÍSTICAS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL	144
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	158

1 INTRODUÇÃO

Acredito firmemente que não devemos adiar as diferenças, mas sim trazê-las à luz e descrevê-las, investigá-las e testá-las. Sugerir uniformidade onde há diferenças seria contraproducente.

Eric Ketelaar (1997)

Enquanto atividade empírica, a Arquivologia tem uma longa trajetória, contudo, o seu delineamento enquanto disciplina científica autônoma só começa a ganhar força no século XIX após a publicação de inúmeros manuais e o surgimento de cursos profissionalizantes. A priori, os arquivos surgiram pela necessidade de testemunhar as ações do passado, por isso, a concepção histórica dos arquivos foi se tornando o cerne dessa atividade. Todavia, com o passar do tempo, o Estado foi percebendo a relevância da informação como elemento estratégico para a gestão administrativa, e ainda, para o controle social, conforme ressalta Burke (2003).

Diante deste cenário, a área começa a questionar antigos preceitos e compreender que novas demandas deveriam guiar as práticas arquivísticas, haja vista o crescente interesse social e a importância que os arquivos foram adquirindo para a administração pública. Portanto, a concepção de custódia foi sendo problematizada e a função dos arquivos ganhando notoriedade na produção técnica e científica dos profissionais.

Como resultado da resignificação das práticas profissionais e o desenvolvimento dos princípios arquivísticos, o século XX é marcado pelas discussões em torno dos arquivos modernos e o seu potencial informacional na manutenção do Estado. Cabe salientar que essa situação ocorreu justamente no período pós-guerra, após o aumento considerável da massa documental produzida e recebida e da necessidade cada vez mais latente em definir técnicas que fossem efetivas para o controle do fluxo documental. É a partir desse contexto que a noção de gestão de documentos é delineada, contudo, com diferentes interpretações, principalmente entre os países anglo-saxônicos e os de tradição europeia. Diante dessas divergências que ganhavam corpo da literatura da área e prejudicavam a

prática arquivística, a Unesco, por meio do RAMP¹, apresentou uma definição para gestão de documentos, de modo que a comunidade arquivística internacional tivesse um conceito para respaldar a sua teoria e prática. Portanto, segundo o RAMP (1979) gestão de documentos é o “domínio da gestão administrativa geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos”.

A partir do conceito de gestão de documentos e das discussões em torno das atividades essenciais para o cumprimento dessa ação, normas e rotinas foram estabelecidas na prática arquivística, destacando-se nesse cenário, a classificação, avaliação e descrição. A avaliação foi a principal atividade diante da necessidade de controlar o volume das massas documentais, ela consiste em um “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (Arquivo Nacional, 2005). Portanto, é a partir da avaliação que é definido o que será preservado permanentemente e o que deverá ser eliminado.

O processo de avaliação e eliminação deve ser uma atividade criteriosa, contudo, os processos discursivos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas em torno desse tema costumam, ainda hoje, serem confusas, conflitantes, e por vezes, superficiais, ocasionando grandes impactos no potencial informacional e cultural dos acervos permanentes. Corroborando com essa assertiva, Guimarães e Oliveira (2019, p 3) afirmam que há uma grande “variedade de posicionamentos sobre o processo de avaliação documental, contudo, diversas questões, de variado grau de complexidade, não foram esclarecidos ou foram pouco discutidos”.

Na obra *A arquivística como disciplina científica*, Vanderlei Santos (2015, p. 31) pondera que os discursos teóricos “apresentam nuances políticas, principalmente por meio do procedimento de exclusão, em sua forma mais familiar, qual seja, a interdição ou a proibição de abordar determinados temas”. Com isso, o autor evidencia a necessidade da área de revisar suas condutas e os discursos em torno de determinados dogmas.

Como fora apresentado anteriormente, a ideia de avaliação começa a ganhar

¹ O *Records and Archives Management Program* foi um programa da UNESCO estabelecido em 1979 que visava ampliar as discussões em torno da importância dos arquivos, além de contribuir com os debates internacionais acerca da gestão de documentos.

notoriedade com o advento das grandes guerras mundiais e o acúmulo das massas documentais, entretanto, desde o século XIX esse assunto já despontava nas discussões de pesquisadores e na prática de alguns arquivistas pelo mundo. Nesse sentido, Ciaran B. Trace (2016, p. 78) afirma que nesse período inicial “a avaliação privilegiava a importância histórica dos documentos em vez do papel que estes haviam desempenhado[...] na instituição”. Complementando essa perspectiva e exemplificando a prática dessa ação, o autor supracitado diz que na antiga tradição inglesa, os profissionais buscavam caracterizar e eliminar os documentos que não possuíam valor, ao invés de enfatizar e preservar aqueles que tinham valor para serem recolhidos (Trace, 2016). Portanto, diante deste cenário, podemos compreender que o foco estava na inexistência de valor e não na busca por um valor qualquer.

Apesar de parecer a mesma coisa, essa inversão na forma de conceber os documentos e realizar a avaliação modifica completamente a formação dos acervos permanentes. Contudo, essa vertente acabou perdendo espaço para a urgência no gerenciamento das massas documentais advindas das necessidades administrativas após a primeira guerra mundial. Um ponto central para a compreensão da avaliação arquivística no começo do século XX foi a publicação de *A Manual of Archive Administration* (1922) do inglês Hilary Jenkinson.

O autor defendia a não participação do arquivista no processo. Segundo Jenkinson, a própria administração deveria avaliar e encaminhar para custódia os documentos relevantes para a salvaguarda, visto que o arquivista deveria trabalhar com imparcialidade e focado na guarda, preservação e disponibilização dos acervos. O autor recebeu inúmeras críticas, porém, fomentou a discussão para novas propostas de avaliação. Além disso, Eastwood (2003) ressalta que Hilary Jenkinson formulou uma das questões mais complexas e divergentes da avaliação documental: quais são os fundamentos que se adotam como ponto de partida para a tomada de decisões sobre os documentos?

O norte americano Schellenberg foi dos críticos atuante da produção de Jenkinson, chegando até mesmo, a produzir um manual próprio (1956) onde apresentou, dentre outras coisas, os diferentes parâmetros de avaliação realizados na Europa e nos Estados Unidos. Para Schellenberg (1956) a avaliação deve ser centrada nos valores primários e secundários do documento. Além disso, o autor ressalta a relevância da atuação do arquivista no processo de destinação.

Terry Cook (1998) por sua vez, propõem um modelo baseado na macro avaliação, no qual, os arquivos devem refletir a sociedade que o gerou de forma ampla, inclusiva, e que transpasse o discurso centrado no Estado para um discurso com foco na sociedade. Ademais, o autor criticava, particularmente, a ideia do valor intrínseco, propriamente dito, dos documentos, visto que situar o valor no nível da microanálise para, logo em seguida, codificar esse valor, engessava o arquivista numa visão imutável e reduzida em relação ao conceito dos documentos e do seu papel na sociedade. (Trace, 2016).

Terry Eastwood (2003), corrobora da perspectiva de Cook e ressalta que a avaliação deve levar em conta a pluralidade social, assim, é impossível estabelecer um padrão no sistema de arquivos, visto que a diversidade deve ser contemplada nos diferentes contextos. Deste modo, a subjetividade é elemento basilar no processo de avaliação, necessitando um olhar holístico do profissional que exercerá a atividade.

As breves concepções apresentadas sobre avaliação a partir da vertente de Jenkinson (1922), Schellenberg (1956) e Cook (1998) evidenciam diferentes perspectivas teóricas e pragmáticas da Arquivologia ao longo do tempo. Os autores supracitados são apenas alguns, dentre muitos, que discorrem sobre a temática da avaliação, contudo, sem encontrar uma teoria unificadora que atenda às necessidades da área.

Ao examinar a literatura arquivística sobre a avaliação e tentativas mais abrangentes de se compreender e dar sentido ao mundo em nossa volta, os arquivistas deveriam questionar as diferenças nos critérios de avaliação que surgiram com o tempo. Esses diferentes critérios indicam a presença de teorias múltiplas que, possivelmente, competem entre si e que demonstram a ausência de uma teoria unificadora de avaliação, ou a falta de interesse, por parte da arquivologia enquanto profissão, pela teoria propriamente dita. (Trace, 2016, p. 91).

No Brasil, a base teórica e prática da avaliação adotada pelo Arquivo Nacional e demais instituições públicas do país é respaldada, prioritariamente, pelo modelo norte americano. Esse cenário se configurou a partir da visita de Schellenberg ao Brasil, na segunda metade do século XX, graças ao convite do diretor do Arquivo Nacional, da época, que visava a modernização das práticas arquivísticas² na instituição. A presença de Schellenberg no Brasil e a liberação dos direitos autorais para a publicação de suas obras em língua portuguesa, influenciou fortemente os

² O Arquivo Nacional desde sua origem, em 1838, adotava as práticas clássicas da Arquivologia Francesa. (TANUS; ARAÚJO, 2013).

discursos da Arquivologia brasileira³, e conseqüentemente, o ensino de Arquivologia no país, visto que a graduação na área, surge a partir desse contexto. No artigo intitulado *Formações históricas da teoria arquivística no Brasil*, Macedo e Lima (2020) afirmam que apesar da base francesa inicial, o ensino foi pautado nos parâmetros de organização dos documentos advindos do modelo norte-americano que privilegia os aspectos da gestão de documentos.

Além disso, vale salientar que o governo brasileiro, por meio de Getúlio Vargas (1935-1945), vinha realizando uma reforma administrativa no qual centrava os arquivos como elemento estratégico do Estado. Segundo Santos (2018) o objetivo dessa reforma era instituir a concepção de modernização do Estado brasileiro frente ao modelo patrimonialista que predominava até então. Portanto, é possível inferir que em nome da modernização, a Arquivologia brasileira foi se configurando em um modelo mais tecnicista e centrado na ideia de gestão.

A vertente norte americana privilegia questões probatórias e informativas da instituição produtora, sendo a função histórica e memorial tratadas de forma naturalizada, ou seja, não utilizadas como referência no processo de avaliação. Kobashi e Amaral (2017, p. 3) afirmam que “essas linhas de pensamento e de ação procuram desconectar o documento de sua função histórica, por ser ele, uma peça resultante de uma ação, ou utilizada para praticá-la, e não propriamente uma fonte de informação”. Jardim (1995, p. 7) por sua vez, critica essa naturalização e expõem que “a salvaguarda dos documentos na instituição confunde-se com um processo de sacralização que implica sua transmutação em acervo “histórico”.

Nesse cenário, a história e a memória se apresentam de forma naturalizada, formada a partir do que foi definido como arquivo “permanente” pelo profissional responsável pela avaliação: “após a eliminação de tudo que é supérfluo, após se decidir pela eliminação de uma parte dos materiais, o que sobra é por definição, de valor permanente”. (Cloonan, 2017, p. 112).

No artigo intitulado *A invenção da memória nos Arquivos Públicos* (1995), José Maria Jardim chama atenção para essa naturalização da memória nos arquivos, e afirma que:

Faz-se necessário que a Arquivologia se debruce sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da

³ Vale destacar, que com o passar do tempo, influências espanhola, portuguesa, inglesa e canadense também foram sendo incorporadas nas discussões da Arquivologia brasileira, contudo, mais como modelos discursivos do que práticos.

avaliação e seleção de documentos. Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável. (Jardim, 1995, p. 8).

É certo que ao longo dos anos, vários pesquisadores e estudiosos propuseram modelos de avaliação de forma mais holística, entretanto, muitas dessas propostas acabaram sendo ignoradas devido a delimitação das normas e rotinas estabelecidas no âmbito arquivístico nacional⁴. Na obra *Pesquisa no Multiverso Arquivístico*, Gilliland, Mckemmish e Lau (2019, p. 43) explicam que “o discurso conceitual e profissional arquivístico e a estrutura legal em que esse discurso se situa com frequência delimita parâmetros [...] que excluem algumas práticas”, dentre elas, a de preservação da memória de modo abrangente.

Diante deste contexto, vários questionamentos emergem de modo a problematizar essa realidade, para tanto, nos centramos nessa pesquisa na seguinte indagação: Como os processos discursivos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas da Arquivologia impactam na preservação da memória social? Defendemos a hipótese que os discursos teóricos e pragmáticos da Arquivologia naturalizam a ideia de memória sem privilegiar os seus aspectos como construção social, deste modo, os acervos permanentes tendem a ser constituídos por documentos que refletem a manipulação das estruturas de poder vigentes.

Destarte, enfatizamos a necessidade da Arquivologia em superar a era dos manuais e do conjunto de normas, e se reinventar enquanto campo do conhecimento, buscando compreender as suas atividades e a finalidade social de sua atuação. Contudo, essa realidade só será possível quando a área for confrontada e suas fraquezas forem expostas demonstrando a necessidade de reencontrar caminhos. Corroborando com essa vertente Gilliland, Mckemmish e Lau explicam:

As vezes a pesquisa irá nos dizer coisas que o campo não quer ouvir por ser algo que desestabiliza uma das suas certezas [...]. Porém, é preciso reconhecer que descobrir verdades desagradáveis e construir bases de dados que possam apoiar, dismantelar ou simplesmente complicar presunções e certezas estabelecidas são parte do nosso papel como estudiosos. (Gilliland; Mckemmish; Lau, 2019, p. 53).

Portanto, acreditamos que a Arquivologia necessita redimensionar as reflexões do campo, com vistas a aprofundar a sua teoria e prática, possibilitando assim,

⁴ O Arquivo Nacional é responsável por definir a Política Nacional de Arquivos para o país, bem como, autorizar as Tabelas de temporalidade e destinação dos documentos. Assim, o processo de avaliação está condicionado a autorização de instituição arquivística pública superior, na sua esfera de competência.

ressignificar o seu modelo tecnicista que condiciona e engessa as práticas profissionais e naturalizam a ideia de memória sem privilegiar os seus aspectos como construção social. Assim, diante deste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral: apresentar e problematizar os discursos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas que delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico e seus impactos na preservação da memória social. Para atingir tal finalidade, objetiva-se especificamente:

- a) Identificar as principais correntes teóricas e pragmáticas da Arquivologia no Brasil e no mundo;
- b) Refletir os aspectos discursivos de pretensa cientificidade da Arquivologia;
- c) Discutir a concepção de memória na teoria e prática Arquivística.
- d) Evidenciar como as normas e rotinas arquivísticas impactam na preservação da memória social;

A relevância desse estudo decorre, em âmbito geral, da necessidade de problematizar os discursos que estruturam as concepções teóricas e pragmáticas da Arquivologia e delimitam normas e rotinas que impactam diretamente na preservação da memória social. Conforme explicam Gilliland, Mckemish e Lau (2019, p. 53) é fundamental desenvolver pesquisas que “mexem em nossa própria complacência e na confiança em nossa base de conhecimentos profissionais”, pois nunca iremos construir um solo fértil se ignorarmos as pedras e as ervas daninhas ao longo da plantação. Portanto, para a construção de um cenário teórico com evidente densidade, é essencial buscar o amadurecimento de vários aspectos teóricos da Arquivologia, principalmente devido a excassa produção contextualizada acerca da concepção de memória na prática arquivística.

Corroborando com essa necessidade de repensar as normas arquivísticas em busca de uma compreensão mais ampla da nossa memória, Terry Cook (2018, p. 19-20) pondera:

De que modo, por exemplo, ao construir suas “casas da memória”, os arquivistas refletiram essas realidades sociais em constante mudança e essas lutas pelo poder? De que modo as teorias, os conceitos e as estratégias arquivísticas refletiram as estruturas dominantes e o etos social de sua própria época? **Em quais fundamentos se apoiaram os arquivistas para decidir quem deveria ser admitido em suas casas da memória e quem deveria ser delas excluído? Para responder a essas questões, precisamos de uma história intelectual de nossa profissão. Precisamos compreender melhor nossas próprias políticas da memória, as ideias e premissas que nos influenciaram, se quisermos que nossas “casas da memória” reflitam mais fielmente todos os componentes das complexas**

sociedades a que pretendem servir. (Cook, 2018, p. 19-20, grifo nosso).

A falta de discussões e práticas mais holísticas no campo arquivístico podem ser consequência da manipulação das estruturas de poder para que certos assuntos sejam lembrados enquanto outros são esquecidos, apagados, ou até mesmo, silenciados. Conforme destaca Paul Ricoeur (2007) o esquecimento é componente inerente da memória, entretanto, a partir de uma análise mais crítica, é possível perceber como o Estado, e outras estruturas de poder vigentes, vem utilizando de estratégias políticas para atender as suas necessidades e fomentar silenciamentos e manipulação da nossa memória coletiva.

Nesse sentido, relembramos Foucault (2007, p. 105) quando afirma que “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos”, logo, em uma breve análise do contexto arquivístico, percebe-se que o Estado sempre protagonizou as decisões em torno da área, impondo legislações que delimitam as normas e rotinas na prática profissional, e ainda, se colocando como elemento central da necessidade de custódia.

Apesar disso, reafirmamos que os arquivos podem constituir importantes instrumentos no processo de ressignificação da memória social, contudo, essa relevância ficará ainda mais consolidada se os arquivistas atentarem para a importância do processo de avaliação, respeitando não só o valor funcional dos documentos, mas também, o seu potencial informacional, cultural e de memória.

Quando se perde o valor funcional direto dos documentos, deve haver uma interpretação crítica deles, caso se queira que o inventário de informações não se degenerem à condição de mera memória de armazenamento ou de um repositório material. Os arquivos que armazenam materiais devem ser lidos e interpretados se o seu conteúdo tiver que ser resgatado para a memória. O arquivo adquire um significado de destaque como memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras. (Assmann, 2011, p. 369).

A realização desse trabalho em um programa de Ciência da Informação foi pensada a partir da necessidade de apoiar a reflexão em torno dos estudos de memória e informação de forma ampla e amadurecida. Para obtenção dos resultados da pesquisa, é essencial desnaturalizar a concepção de memória nos arquivos e apresentar a complexidade do seu conceito, deste modo, o arcabouço teórico da CI é fundamental. Ademais, cabe enfatizar que o PPGCI-UFPB, vem se destacando no cenário nacional pelos seus estudos de memória e pela produção acadêmica relevante em torno a temática. Por fim, acreditamos que devido as relações acadêmicas-institucionais, o diálogo entre a Arquivologia e a CI tende a ser frutífero e

com grande enriquecimento para ambas as áreas, desde que haja verdadeira colaboração entre elas.

A motivação pessoal por esse estudo foi fomentada a partir da experiência da pesquisadora atuando como arquivista há mais de quinze anos (15) em acervos públicos e privados nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande no Norte, Minas Gerais e Bahia, além dos diálogos constantes entre os pares de várias regiões do Brasil. Somada a isso, a pesquisadora teve a experiência de cursos no Arquivo Nacional, onde a avaliação foi ponto de pauta, e as problemáticas levantadas em torno da memória social foram ignoradas em nome do interesse administrativo. Além disso, a pesquisadora atua como docente na área há dez (10) anos, passando por diferentes instituições de ensino. Deste modo, o lugar de fala da pesquisadora está assentado na teoria, mas, sobretudo, na prática que vem desenvolvendo e nos entraves que encontra diariamente no desenvolvimento de suas atividades.

Diante de todo esse contexto, a estruturação do trabalho está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se uma introdução geral sobre as temáticas desenvolvidas ao longo do trabalho, bem como os objetivos e as justificativas para a efetivação da investigação. O segundo momento está alicerçado no delineamento metodológico, onde foram descritos os métodos, técnicas e o caminho percorrido para alcançarmos a finalidade do estudo.

O terceiro capítulo ocupa-se do referencial teórico no qual nos propomos apresentar, a priori, as tessituras históricas da gênese arquivística – do saber ao fazer. Trata-se de uma breve contextualização para compreendermos as principais discussões que permearam a construção da teoria arquivística. Contudo, não temos a ambição de trazer todas as discussões existentes ao longo dos anos, pois além de extrapolar os objetivos desse trabalho, seria impossível diante da efervescência de abordagens teóricas e práticas desenvolvidas em todo o mundo. Além disso, é importante enfatizar que esse panorama é escrito a partir dos pressupostos e da tradição que o pesquisador está inserido, o que inevitavelmente interfere nas correntes apresentadas. Portanto, ao apresentar esses discursos em torno dos principais deslocamentos da Arquivologia buscamos oferecer mecanismos para a compreensão desse campo, visto que “um arquivista que conhece a história de sua área está muito mais preparado para ampliar e redefinir aspectos de atuação”. (Barros, 2015, p. 127). Ainda no terceiro capítulo, trouxemos uma discussão acerca do caráter científico da Arquivologia, apresentando apontamentos relevantes no

entendimento desse campo.

No quarto capítulo, evidenciamos os encontros e desencontros da Arquivologia e a Ciência da Informação de modo a compreender as influências dessa relação. A construção desse cenário, nos leva a refletir acerca da base teórica e prática da Arquivologia, ajudando o pesquisador a compreender os processos que sustentam os discursos da área.

No quinto capítulo, apresentaremos, *a priori*, algumas normas e rotinas do fazer arquivístico, em diferentes países. *A posteriori*, centralizaremos a nossa investigação na avaliação e seleção documental, visto que essas condutas implicam diretamente na constituição do arquivo permanente, e conseqüentemente, nas informações que serão disponibilizadas à sociedade.

No capítulo seis, apresentaremos o conceito de memória de modo a compreender a relevância desse elemento para sociedade. Na sessão a seguir, faremos um apanhado crítico acerca da concepção da memória na Arquivologia, problematizando como os discursos teóricos e pragmáticos naturalizam a ideia de memória sem privilegiar os seus aspectos como construção social.

Partindo das reflexões apresentadas até então, o capítulo sete problematizará as implicações técnicas do fazer arquivístico, especificamente, a avaliação documental, na preservação da memória. O intento desse capítulo é destacar como a falta de uma reflexão mais holística no desenvolvimento das rotinas arquivísticas podem impactar na preservação da memória social.

Os capítulos escritos convergem para as considerações finais, apresentadas no capítulo sete, que buscam reafirmar as reflexões trazidas ao longo do texto e apresentar desdobramentos futuros de pesquisa.

2 PERCUSSO METODOLÓGICO

Todo grande progresso da Ciência resultou de uma nova audácia da imaginação.

John Dewey

Segundo Koche (2011, p. 106), “a ciência pode ser encarada como um processo de investigação que se interessa em descobrir a relação existente entre os aspectos que envolvem os fatos, situações, acontecimentos, fenômenos ou coisas”. Nessa perspectiva, a ciência não investiga apenas os fatos, mas acima de tudo as dúvidas que são levantadas a partir de determinadas ocorrências.

Neste sentido, a presente pesquisa emerge das dúvidas e questionamentos em torno dos diversos discursos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas que delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico. Esses discursos, muitas vezes se contrapõem entre si, e traz graves impactos na preservação da memória. Portanto, o trabalho em questão visou apresentar e problematizar esses discursos para que seja possível perceber como essas normas e rotinas arquivísticas repercutem na preservação da memória.

Para que esse objetivo fosse cumprido, fizemos uso da pesquisa teórica, uma vez que é preciso identificar os discursos das diversas tradições arquivísticas para proceder a problematização na qual nos propomos. Cabe destacar que o uso do termo discurso nesse levantamento está relacionado as falas apresentadas pelos diversos autores da área. Não tivemos a pretensão de analisá-los a partir de correntes filosóficas e/ou linguísticas para identificar o contexto político-social de cada um, eles foram usados apenas para contextualizar as diversas correntes existentes, e assim, viabilizar a reflexão em torno da preservação da memória. Isso não quer dizer, porém, que desprezamos o contexto da produção dos discursos, alguns, quando necessário, foram situados historicamente e socialmente, todavia, sem grande aprofundamento devido a quantidade de autores utilizados.

Diante dessa premissa, no que tange aos procedimentos técnicos, fizemos uso

da pesquisa bibliográfica. Esse tipo de estudo visa a construção de novos conhecimentos a partir da produção científica já existente, além disso, possibilita ao pesquisador realizar um levantamento aprofundado do seu objeto de estudo. A realização da pesquisa bibliográfica seguiu as etapas de identificação, sistematização e análise crítica da produção bibliográfica acerca da temática pertinente ao campo de investigação. O direcionamento dessas etapas, ajudou a investigadora a privilegiar o desenvolvimento crítico-reflexivo propiciando maior familiaridade com o tema e, conseqüentemente, maior segurança nas suas intervenções.

A coleta das fontes se deu a partir de pesquisas em bases de dados, anais de eventos, manuais, repositórios institucionais, artigos em revistas científicas, teses, livros e publicações nacionais e internacionais de instituições arquivísticas representativas para a área. Outrossim, demos preferência a publicações de autores que desempenham papel de destaque nas pesquisas em Arquivologia, e de alguma forma, influenciaram com suas perspectivas teóricas e pragmáticas as normas e rotinas no âmbito arquivístico nacional e internacional.

Quanto aos objetivos do trabalho, optamos por realizar a pesquisa exploratória, visto a necessidade de uma investigação ampla dos aspectos relativos ao evento estudado. Entretanto, ciente da importância de mesclar métodos científicos com a finalidade de aprofundar os resultados da investigação, o modelo de tratamento informacional será o explicativo, visto a necessidade de buscar identificar e esclarecer os fatores que determinam a ocorrência dos fatos. “Nas ciências sociais, a aplicação desse método [pesquisa explicativa] reveste-se de dificuldades, razão pela qual, recorreremos a outros métodos” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

Corroborando com a delimitação da pesquisa explicativa, Andrade (2002, p. 20), assevera que esse tipo de estudo “é mais complexo, pois, além de registrar, classificar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes”. Assim, ao identificar e problematizar os processos discursivos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas que delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico e seus impactos na preservação da memória social, utilizamos o estudo exploratório-explicativo.

Por fim, quanto a natureza da pesquisa, tratou-se de uma investigação qualitativa, visto a necessidade de apreender a realidade socialmente construída, além de possibilitar a análise crítica do fenômeno. Além disso, segundo Vieira e Zouain (2005) este tipo de pesquisa atribui grande relevância aos depoimentos dos

sujeitos envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Portanto, é fundamental o uso desse método para compreendermos criticamente a influência desses discursos na preservação da memória.

3 TESSITURAS HISTÓRICAS DA GÊNESE ARQUIVÍSTICA

Sem continuidade com o passado, os rumos futuros perdem legitimidade. Sem conhecer as lutas intelectuais de nossos predecessores, deixamos de nos beneficiar de sua experiência e ficamos condenados a repetir seus erros. Como disse Shakespeare, “o passado é prólogo”. Antes de poderem escrever seu prólogo para o próximo século, os arquivistas profissionais precisam conhecer melhor seu próprio passado.

Terry Cook (2018)

Desde os primeiros registros escritos, é possível vislumbrarmos a necessidade das práticas arquivísticas para garantir o acesso às informações, contudo, apesar desse ímpeto, as ações eram desenvolvidas de forma empírica, sem qualquer vinculação com aspectos técnicos-científicos. Os primeiros arquivos surgiram no médio Oriente, mais especificamente, na Mesopotâmia, com os povos sumérios, diante da necessidade de registrar a produção agrícola. Assim, “foram criados de forma espontânea, organizando-se com as técnicas possíveis da época nos Templos e nos Palácios” (Porto, 2013, p. 15).

Com o passar dos anos, a escrita foi evoluindo e chegando a outras povos e civilizações, permitindo assim, a difusão dos registros e a criação de novos “arquivos”. Com essa ampliação, novas demandas vão surgindo e a produção de documentos vai sendo difundida pela necessidade de prova. Um dos arquivos mais relevantes para compreendermos o sistema de arquivamento da Antiguidade está localizado na Síria, no Palácio de Ebla, visto que eles foram organizados a partir de uma estrutura orgânica de produção⁵; além disso, foi encontrado um inventário junto a documentação, demonstrando o método de registro do acervo. Com isso, foi possível inferir, que os documentos estavam vinculados ao serviço do “Estado” e tratavam de

⁵ Para maiores informações consultar: ARCHI, Alfonso. Les Archives Royales d’Ebla. In Syrie: **Mémoire et civilisation**. Nates: Flammarion, 1993.

assuntos, tais como: decisões judiciais, relações comerciais, normativas jurídica, dentre outros. Outrossim, vale destacar que os documentos encontrados em Ebla tinham como suporte as placas de argila, meio convencionalmente utilizado na época.

Os arquivos não eram concebidos como meros depósitos ou reservas inertes de placas de argila. Eles constituíam já um complexo sistema de informação. Para além dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, um critério seletivo de preservação e a disponibilização de um serviço, determinado tanto pelo valor informativo das placas, como pela pertinência e rigor da sua integração sistêmica. (Silva et al., 1999, p. 48).

Ao longo dos séculos, os suportes foram sendo modificados para estruturas mais leves e funcionais, e o sistema alfabético aperfeiçoado, ocasionando assim, um aumento considerável da criação de espaços reservados para a guarda de documentos, principalmente, após a criação do suporte papel. Cabe salientar, contudo, que esse processo ocorria de modo heterogêneo, visto as diferenças socioculturais de cada civilização. A questão é que mesmo com essas diferenças, houve um aumento considerável da produção documental, todavia, esse cenário não configura, necessariamente, na existência da Arquivologia enquanto campo científico. Corroborando com essa vertente, Lopes (1998) afirma que não se pode falar na existência da área antes da idade moderna, “talvez, no máximo, em uma Arquivologia espontânea totalmente calcada no senso comum, embora, nem por isso, sem sistematização ou consistência”. (Araújo, 2013a, p. 52).

Com as revoluções intelectuais, políticas e econômicas advindas dos séculos XV e XVI, desvelou o interesse social na produção humana como artefato de memória, trazendo os arquivos para uma posição de destaque. Diante desse cenário, surge cada vez mais latente a necessidade de reflexões acerca das atividades executadas na organização dos arquivos, de modo a conseguir realizar a custódia e a preservação dos documentos.

O Renascimento manifestou-se através de uma revolução cultural, onde se verificou a mudança de valores e dos costumes medievais. Apareceram as primeiras Universidades que vieram possibilitar a propagação do conhecimento. Aumentou a documentação e, por conseguinte, surgiu a necessidade de organização e guarda dos documentos, oferecendo ao povo a capacidade de compreender e produzir registros. (Porto, 2013, p. 18).

Assim, a partir do século XVII, proliferaram inúmeros tratados e manuais voltados para regras e procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda de documentos; esses manuais tratavam, prioritariamente, da descrição e preservação dos itens, além de refletir sobre os aspectos de legitimidade e procedência (Araújo,

2013b). O primeiro manual, mundialmente reconhecido na área, é o *De re diplomática* de Dom Jean Mabillon (1681). Essa publicação trouxe os primeiros elementos da doutrina arquivística, ao fornecer as reflexões iniciais acerca da produção documental e o reconhecimento das características que atestam a fidedignidade dos documentos.

A obra de Mabillon, mesmo sofrendo inúmeras contestações, proporcionou a criação da diplomática como disciplina científica, e forneceu uma metodologia de análise para o reconhecimento das características formais dos documentos. Em consonância, Heloisa Bellotto (2006, p. 47) afirma: “a diplomática como ciência documentaria nasceu da reação do espírito crítico dos homens do século XVII à fidedignidade de certos “diplomas” mediáveis”. O fato é que as atividades de análise diplomática estavam ligadas a necessidade de investigação dos documentos, frente as constantes falsificações.

Contudo, mesmo diante deste contexto, a diplomática trouxe os primeiros princípios de orientação para o trabalho nos arquivos, tornando-se para Antonia Heredia Herrera (1991) e Luciana Duranti (1995) o primeiro pilar para o desenvolvimento da Arquivologia enquanto disciplina científica. Aquiescendo dessa perspectiva, Bellotto (2015) assegura que a diplomática é a chave da teoria arquivística, visto que todos os princípios fundamentais da área estão relacionados aos estudos diplomáticos.

É nesse intento que as primeiras escolas em Arquivologia pelo mundo, utilizou os aspectos diplomáticos na sua base curricular. Todavia, salienta-se que o aprofundamento e difusão da metodologia diplomática só ocorre após o surgimento de outros manuais, da criação de instituições arquivísticas nacionais e da aproximação da Arquivologia com outras disciplinas.

No seio de todas essas transformações sociais, o século XVIII trouxe um importante marco para a área: o surgimento das primeiras instituições arquivística nacionais: *Archivo General de Índias*, em Sevilha (1785) e o *Archives Nationales* Francês, em Paris (1790).

Organizações florescentes no século XIX, os arquivos nacionais partilharam a promessa de controle de um mundo complexo com seus planos de organização e arranjo, seu pressuposto de registro e veracidade, no século da História e dos estados nacionais [...] A criação do Arquivo Público deve ser compreendida, assim, a partir de uma matriz e de um campo comum, essencialmente europeu, prevalecendo o do Arquivo Nacional da França (Heynemann, 2018, p.1).

Os arquivos nacionais estabelecem a ideia de uma administração central, onde

os documentos públicos seriam organizados e preservados para a posteridade. Contudo, a criação do arquivo francês, a partir do Decreto do dia 12 de setembro de 1790, inaugura um novo olhar em relação aos documentos, no que tange a abertura do direito público ao acesso e da obrigatoriedade do Estado em prover a preservação e conservação do patrimônio documental. Essa concepção de direito público, é resultado da Revolução Francesa e da necessidade de instituir uma nova forma de governo centrada no povo.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcaram a transição do Antigo Regime para a Modernidade, verificaram-se novos regimes políticos e legais, e foi nesse “espírito”, isto é, no seio dos objetivos destas revoluções, que os arquivos modernos se constituíram. Surgiu aí o conceito moderno de “Arquivo Nacional”, que tem no seu caráter público (no sentido de “nacional”, relativo ao coletivo das nascentes Estados modernos) sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições. (Araújo, 2013a, p.52).

Portanto, com a Revolução Francesa, e os ideais liberais, difunde-se a perspectiva de Arquivos Nacionais, onde todos os documentos representativos para a nação deveriam estar reunidos em único local, formando assim, grandes coleções. A acumulação e a guarda de documentos no Arquivo Nacional Francês ocorria a partir de temas previamente estabelecidos, ou seja, foram classificados por assunto. Vale salientar, porém, que a concepção da classificação por assunto estava ocorrendo em várias áreas do conhecimento, até mesmo para que a ciência fosse explicada de forma mais didática. Assim, Duchein (1999) afirma que esta concepção ideológica da classificação de arquivos estava universalmente disseminada e parecia ser uma metodologia adequada a todas as áreas do conhecimento, uma vez que grandes sistemas de classificação científica, como o de Curvier para a Zoologia, o de Linneo para a Botânica e o de Berzéluis para a Química, estavam ocorrendo e tendo uma boa aceitação.

Diante desse contexto de popularização da classificação temática, os arquivos nacionais, recém-criados, elaboraram um modelo de classificação, no qual as diversas proveniências constituiriam um único conjunto divididos em cinco seções metódico-cronológicas: seção legislativa, seção administrativa, seção judiciária, seção dominial e a seção histórica.

Na obra *Uma história Social do Conhecimento*, Peter Burke (2003) discute a importância da classificação temática para a ordenação e recuperação das

informações após a invenção da prensa móvel, no século XV, e conseqüentemente, o aumento vertiginoso do conhecimento registrado. Além disso, Burke contextualiza o início da separação entre a literatura (acervo biblioteconômico) e os documentos administrativos (acervo arquivístico).

O início do período moderno foi um ponto de inflexão por várias razões, em primeiro lugar, a invenção da imprensa transformou os manuscritos em um tipo particular de documento e levou a seu armazenamento em separado, numa parte especial das bibliotecas ou em prédio próprio. [...] A segunda tendência tornou os arquivos necessários e a terceira os tornou possíveis. (Burke, 2003, p. 128).

Entretanto, com o passar do tempo, e o aumento vertiginoso dos acervos, o sistema utilizado já não atendia as necessidades do Arquivo Nacional Francês. Neste sentido, buscando capacitar os funcionários no tratamento e identificação dos acervos, e sobretudo, “formar jovens capazes de organizar os depósitos de documentos confiscados na Revolução Francesa, e renovar a história nacional” é fundada em 1821, por ordem de Luis XVIII, a *École Nationale des Chartes*⁶ (Marques; Tognoli, 2016, p. 71).

A escola se tornou um modelo a ser seguido em toda a Europa, fomentando a criação de novos cursos com a mesma base teórica. De modo geral, o curso estava baseado na história, diplomática, paleografia, sigilografia e heráldica. Aquiescendo dessa vertente e trazendo mais detalhes, Ivan Coelho de Sá, afirma que:

A *École Nationale des Chartes*, [...] oferecia um curso estruturado nas ciências auxiliares da história, cujo programa era constituído basicamente de paleografia, sigilografia, numismática, filologia, classificação de arquivos e bibliotecas, geografia histórica, sistemas monetários de pesos e medidas, história das instituições políticas da França, arqueologia e direito civil, canônico e feudal. Essas disciplinas eram fundamentais para a concretização dos objetivos principais de identificar e decifrar documentos, sejam eles convencionais, como manuscritos, iluminuras, cartas patentes, cartas heráldicas, bulas papais etc., ou tridimensionais, como selos sigilográficos, sinetes, moedas, medalhas, condecorações, brasões, cartelas e lápides. (Sá, 2013, p. 36-37).

Conforme pode ser inferido, neste período, a capacitação do profissional estava voltada a identificação e apreciação do valor documental (Favier, 2001), porém, devemos lembrar que neste período, os arquivos funcionavam como depósitos para recolhimento e conservação de acervos históricos, que serviam para reafirmar à ideia de nação forte e democrática a partir dos seus artefatos de memória. Contudo, a partir

⁶ No momento da sua criação, em 1821, chamava-se: *École Royale des Chartes*. A denominação de *École Nationale des Chartes* só ocorreu após a Revolução de 1830.

do fortalecimento da função científica dos arquivos e, conseqüentemente, do aumento do acesso e uso, novas técnicas de trabalho foram desenvolvidas, bem como, instrumentos foram lançados para contribuir com a disseminação dessas práticas. O sistema tradicional utilizado na organização de acervos, no que tange a classificação temática e o registro em inventários, foi reformulado, passando ainda, a constar como disciplina obrigatória do curso da *École Nationale des Chartes*⁷.

A grande concentração de documentos e as dificuldades de tratamento e recuperação da massa documental provocou as primeiras inquietações com o sistema tradicional de organização dos arquivos, no que tange a classificação temática e o registro em inventários. O fato é que o método de classificação temático não levava em consideração o contexto de produção dos documentos, logo, informações relevantes foram perdidas. Exemplificando essa situação, Duchein (1986, p. 15) assevera que os documentos da seção histórica foram ordenados por "local, reinados etc., de tal forma que, na maioria dos casos, tornou impossível determinar sua origem, ficando tudo profundamente misturado e disperso".

Nas primeiras décadas do XIX, diversos profissionais de arquivo tentaram produzir instruções normativas para revolver o problema na organização e classificação dos arquivos⁸. Neste cenário, surge em 1841, um dos principais fundamentos da Arquivologia moderna: o princípio de *respect des fonds*. Tal teoria foi formulada pelo Francês Natalis de Wailly, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior. "De Wailly, [...] foi o inspirador de uma circular assinada pelo ministro Duchatel e divulgada a 24 de abril de 1841, que é a certidão de nascimento da noção de fundos de arquivos". (Duchein, 1986, p. 17).

Segundo a teoria supracitada, os documentos deveriam manter-se agrupados por fundos, ou seja, os documentos de uma mesma instituição não poderiam ser misturados a outras proveniências. "O respeito aos fundos surge como resposta a problemas práticos, do fazer, se tornando um dos primeiros e talvez um dos principais

⁷ Em 1869, houve uma pequena reformulação e as disciplinas ficaram configuradas da seguinte forma: paleografia, línguas romanas, bibliografia, classificação de bibliotecas e arquivos, diplomática, instituições políticas, administrativas e judiciárias da França, direito civil e direito canônico da Idade Média e arqueologia da Idade Média.

⁸ No século XIX surge também os princípios de classificação que são utilizados até hoje nos documentos bibliográficos: a Classificação Decimal de Dewey (desenvolvida por Melvil Dewey) e a Classificação Decimal Universal (desenvolvida por Paul Otlet e Henri la Fontaine). Esses modelos trouxeram contribuições importantes em todas as áreas que lidam com documentos, contudo, com a teoria do respeito aos fundos, a Arquivologia vai delineando um caminho independente no que tange o seu sistema de organização.

princípios teóricos da área”. (Schmidt, 2012, p. 108).

A partir dessa teoria é possível explicar o contexto de produção e tramitação dos documentos, inferindo-se aí, a ideia de organicidade. A verdade é que, sem entender as intenções e objetivos da instituição produtora, é impossível compreender, de forma holística, a função do documento, bem como, compreender a sua relevância secundária de permanência. Portanto, a concepção de respeito aos fundos foi fundamental para desenvolver uma metodologia apropriada diante da centralização dos arquivos, e conseqüentemente, do aumento no volume documental nos arquivos nacionais.

Entretanto, vale salientar que apesar do reconhecimento da comunidade científica da área, o modelo proposto por Natalis de Wailly já vinha sendo praticado em outros lugares da Europa. Problematizando essa questão, Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 25) pondera que a formulação de um princípio “*no es resultado de un único momento ni sucede en un único lugar.*”⁹ Em consonância com o autor supracitado, Schmidt (2012) assegura que desde o fim do século XVIII essas metodologias já vinham sendo desenvolvidas por arquivistas alemães. Segundo a autora, em 1777, Philipp Esnst Spiess publicou a obra *Vom Archiven*, no qual trazia aspectos da prática de respeito aos fundos, contudo, o aprofundamento dessa vertente só ocorre em 1819 na academia de Ciência de Berlim.

Martín-Pozuelo Campillos (1996) apresenta na obra *La construcción teórica en archivística*, diversos vestígios percussores do princípio de respeito aos fundos¹⁰ em todo mundo, contudo, apesar dos registros dessas práticas, é quase impossível determinar o seu criador, diante de uma área que primeiro busca as soluções práticas do fazer, para depois se preocupar com os aspectos teóricos do saber.

A grande questão é que o princípio de respeito aos fundos, popularizado por Natalis de Wailly, contribuiu para o desenvolvimento da prática arquivística em todo o mundo e fomentou o desenvolvimento de outro manual essencial para a área: *Handeigling voor het ordenen em beschrijven van Archieven*¹¹ de 1898. A publicação foi produzida pela Associação dos Arquivistas Holandeses e sistematizada por

⁹ “Não é o resultado de um único momento nem acontece em um lugar”. (Tradução nossa)

¹⁰ Schellenberg (1980), Silva et al (1999) e Fonseca (2004) também questionam a origem do Princípio de respeito aos fundos, apontando, a concepção alemã, espanhola, italiana e dinamarquesa como anteriores a formulação proposta por Wailly.

¹¹ Manual de arranjo e descrição de arquivos, popularmente conhecido no Brasil como Manual dos arquivistas Holandeses.

Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin.

O objetivo da obra era analisar problemas relacionados ao trabalho com arquivos e fornecer soluções metodológicas às práticas. Contudo, mais que isso, o “Manual dos Holandeses” foi “o primeiro que discutiu estritamente a arquivística de forma a inferir reflexões que iam para o terreno teórico, pois dispunha de métodos e regras para os profissionais que trabalhavam em arquivos” (Albuquerque; Souto, 2013, p. 29). Complementando a discussão acerca do manual supracitado, Araújo destaca:

O resultado, para a Arquivologia, da aproximação a esse modelo foi o privilégio que passou a ser dado aos procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais dos arquivos. Somando-se ao acúmulo dos séculos anteriores, a Arquivologia consolidou-se como disciplina científica, em fins do século XIX, em torno da tríade documentos de arquivo, instituição arquivo e técnicas arquivísticas. (Araújo, 2013a, p. 53).

A partir do “Manual dos Holandeses”, a Arquivologia apresenta, pela primeira vez, uma certa autonomia das outras áreas do conhecimento, tal como a história, paleografia, biblioteconomia e diplomática, uma vez que sistematizou e reafirmou teorias e princípios próprios. Schellenberg (2012) aponta que a partir desse manual, o arquivista pode construir o seu campo teórico, pensando não apenas nos fazeres, mas sobretudo, nas bases metodológicas.

Devido a sua estrutura normativa constituída de cem (100) regras para a organização dos arquivos, o manual dos holandeses ficou conhecida como a bíblia da Arquivologia, por isso, foi traduzida em diversas línguas¹² e amplamente distribuído. A obra foi dividida em seis (6) capítulos, dos quais tratavam desde as origens e composição dos arquivos até o uso adequado das terminologias e linguagens para a construção dos instrumentos de pesquisa. Além disso, trouxe importantes contribuições para a consolidação do princípio da proveniência, ordem original, respeito aos fundos, organicidade, arranjo, descrição, instrumento de pesquisa, dentre outros.

Contudo, apesar de apresentar vários princípios fundamentais para a compreensão da área, Muller, Feith e Fruin são enfáticos ao pontuar que a regra

¹²Nos primeiros anos após seu lançamento, o Manual dos holandeses foi traduzido para o alemão, francês, inglês e italiano, atualmente, já foi traduzida para mais de 60 idiomas. Para o Português do Brasil, a obra foi traduzida, pela primeira vez, em 1960 através da iniciativa do Arquivo Nacional de solicitar a isenção dos direitos dos autores à Associação dos Arquivistas Neerlandeses.

dezesseis¹³ é a mais importante de todas, visto que dela, derivam todas as outras. Explicando a normativa, os autores afirmam:

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. [...] A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, [de] cujas funções o arquivo é o resultado. Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição e necessidades. (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 47).

Apesar de adaptações – levando em consideração os diferentes contextos arquivísticos no mundo – a regra supracitada ainda é uma das mais importantes para a área, sendo a base fundamental para o fazer arquivístico. Levando isso em consideração, alguns autores afirmam que o “Manual dos Holandeses” foi o grande marco para a entrada da Arquivologia no campo científico. Exemplificando essa perspectiva, Luciana Duranti (1995, p. 10) afirma que a obra traz “[...] os primeiros esforços reais para articular sistematicamente conceitos e métodos que encontram seu valor em ideias de teoria arquivística que têm lógica e consistência internas e não provenientes do contexto histórico, legal ou cultural”.

Aquiescendo dessa vertente, Ketelaar (2000, p. 324)¹⁴ pondera que o Manual dos Holandeses, na verdade, representou um ponto de partida para as discussões de cunho teórico, porém, a sua produção se deu, eminentemente, por ordens pragmáticas: “É importante lembrar que ele foi escrito para a instrução prática dos arquivistas holandeses, para ajudá-los a lidar com os documentos holandeses. É um manual para trabalhadores, não um tratado filosófico”. Visando assegurar a importância do Manual para a constituição da Arquivologia enquanto uma pretensa ciência, Araújo (2013b) explica que essa discussão se deu a partir do modelo positivista que se expandia nas Ciências Sociais e Humanas da época.

Em 1910, por iniciativa da recém constituída Associação de Arquivistas e Bibliotecários da Bélgica, ocorre entre os dias 28 a 31 de agosto, o I Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários em Bruxelas. O evento tinha como objetivo discutir os principais dilemas dos profissionais em questão, além de fortalecer as bases teóricas a partir das discussões entre os principais representantes das áreas.

¹³ Regra 16: O sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu. (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 44).

¹⁴ Ketelaar (2000) cita a declaração feita por Henry Howard Eddy, sobre a Publicação do Manual na década de 40 nos Estados Unidos.

Visando estabelecer a autonomia da Arquivologia e da Biblioteconomia, a organização do evento convidou um arquivista e um bibliotecário para a presidência do evento, e ainda, separou os grupos de trabalhos em quatro seções: a) Arquivos; b) Bibliotecas; c) Coleções e depósitos; d) Bibliotecas populares. Estiveram presentes representantes de dezenove países, incluindo o Brasil, que foi representado por Alcibíades Furtado (Auxiliar de Arquivo do Arquivo Nacional e Sócio do Instituto Histórico do Rio de Janeiro), Alexandre Max Kitzinger (Arquivista do Arquivo Nacional) e Manoel Cícero (Diretor da Biblioteca Nacional). Segundo os anais do Congresso¹⁵, a seção de Arquivos contou com vinte e cinco (25) questões que permeavam a reflexão dos profissionais da área na época, e ao final do evento, um relatório com as principais conclusões foi redigido coletivamente.

Durante o evento supracitado, Guillaume des Marez (1910) apresenta a sua reflexão diante da sétima questão: *“Comment faut-il classer les archives courantes des administrations communales?”*¹⁶ Assim, o arquivista belga afirma:

Este nos parece ser o momento de aplicação de princípios da ciência arquivística, de expor o que a experiência que nos ensinou, de suscitar eventuais discussões, que levem, portanto, à elaboração de regras destinadas a orientar a classificação científica e prática de nossos arquivos correntes. Existe uma necessidade urgente de reforma arquivística, particularmente em nossas grandes cidades, onde mudanças sociais e econômicas são realizadas com uma rapidez surpreendente. Uma boa organização dos arquivos é a base da boa administração, assim como uma contabilidade bem ordenada é a base de uma gestão financeira impecável. (Des Marez, 1910, p. 356, tradução nossa).

A oitava questão, intitulada de *“Comment doivent s'opérer les versements des archives des administrations contemporaines dans les archives anciennes?”*¹⁷ ficou a cargo dos arquivistas norte-americanos, no qual, debateram sobre as metodologias mais adequadas para lidar com o acúmulo de documentos públicos. Vale salientar, que “o contato dos Estados Unidos com a Arquivologia europeia dá-se a partir do Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários”, sendo fundamental para a difusão da aplicação do princípio da proveniência nos arquivos americanos e, posteriormente, para a criação do *Archives National* de Washington, em 1934 (Marques, 2011, p. 102).

Samuel Muller teve um importante destaque no Congresso de Bruxelas, sendo

¹⁵ Os anais do evento foram digitalizados pelo Arquivo Geral de Bruxelas e está disponível em: <http://extranet.arch.be/congres1910/> (Acesso em 20 jun. 2020).

¹⁶ “Como devem ser classificados os arquivos das administrações municipais? (Tradução nossa)

¹⁷ “Como devem funcionar as transferências dos arquivos das administrações contemporâneas para os arquivos antigos? (Tradução nossa)

escolhido como presidente do evento, representando a Arquivologia. Assim, os princípios constituídos no Manual dos Holandeses, “foi debatido e colocado para avaliação pública, sendo tal encontro, reconhecido como o local oficial de lançamento da obra”. (Schmidt, 2012, p. 47). Portanto, em 29 de agosto de 1910 os arquivistas presentes deliberaram pela aceitação do princípio da proveniência como universal e orgânico. Outros assuntos que ganharam destaque no Congresso foram os aspectos relativos a: Conservação/restauração de acervos, seleção e avaliação de documentos e a formação dos arquivistas.

O arquivista inglês, Hilary Jenkinson, apesar de não ter participado do Congresso, foi amplamente influenciado pelas discussões apresentadas, publicando em 1922, *A Manual of Archive Administration Including the Problems of War Archives and Archive Making*¹⁸. A obra foi escrita diante de um momento histórico complicado em todo o mundo, principalmente, por causa da Primeira Guerra Mundial e o crescente volume de documentos produzidos pelo Estado. Observando o acúmulo das massas documentais, Jenkinson propõem um manual visando a organização e o tratamento de arquivos para colaborar com o problema supracitado. Além disso, o autor se propõe a estudar a natureza e as características dos documentos arquivísticos, apresentando princípios fundamentais, que ajudariam a nortear a criação de novas instituições arquivísticas.

Vale ponderar, contudo, que a intenção de Hilary Jenkinson era escrever sobre o tratamento de arquivos de guerra, porém, a ausência de publicações em língua inglesa sobre a administração de arquivos e a necessidade de ampliar a função dos arquivos o motivou a expandir a abordagem. Silva *et al.* (1999) afirma que o Manual de Jenkinson acabou se tornando o guia dos arquivistas britânicos e americanos, servindo ainda, para reafirmar a Arquivística como uma profissão distinta dos Historiadores.

Além de trazer essa separação, Jenkinson (1922) assegura que os documentos são elaborados para atender as necessidades administrativas, logo, a sua produção não deve estar atrelada ao interesse da história. Com isso, o autor assegura o caráter probatório dos documentos, e conseqüentemente, apresenta as características inerentes a um documento de arquivo: Naturalidade, Imparcialidade, Autenticidade e Interdependência.

¹⁸ O referido documento é conhecido popularmente no Brasil como Manual de Administração de Arquivos.

Jenkinson traz ainda, explicações conceituais relevantes ao diferenciar e/ou associar alguns termos da área, tais como: a) *document x archives*¹⁹; b) *records x archives*²⁰; c) verdade arquivística x verdade histórica²¹. Contudo, algumas de suas explicações são contestadas por Terry Cook (2012), Schellenberg (1956), Duranti (1995), Schmidt (2012), dentre outros.

Outra abordagem bastante criticada de Jenkinson é a sua compreensão sobre as atribuições dos arquivistas, principalmente no que tange ao processo de avaliação documental. Para o autor, a intervenção do arquivista poderia afetar a integridade e o valor de prova, por isso, a avaliação deveria ser de responsabilidade do produtor, no qual, encaminharia para a custódia, apenas os documentos que deveriam ser preservados permanentemente. Assim, o arquivista seria responsável apenas pela custódia, não tendo nenhuma responsabilidade sob a seleção. Complementando essa vertente, Silva (2017, p. 178-179) afirma:

A ideia de Jenkinson sobre o papel do custodiante, como um responsável pela defesa física e moral, isto é, no sentido de proteger a autenticidade dos documentos, significa que esse custodiante tem um compromisso com os próprios documentos e não com os criadores nem com os usuários. Essa seria a sua finalidade pessoal e funcional.

Portanto, na visão de Jenkinson, a responsabilidade do arquivista seria com os documentos e não com os usuários. Entretanto, Schmidt (2012) pondera que esse discurso proposto pelo autor, é bastante delicado, pois

ao pensarmos que os arquivos também, tem como função manter a memória e servir de testemunho, além de permitir ao cidadão o exercício da cidadania tendo acesso às informações registradas resultantes das atividades jurídico-administrativas de um Estado, deixar um documento ser avaliado por quem o produz pode favorecer a manutenção apenas do que o discurso dominante quer contar e da forma como quer contar. Por isso, ainda que compreendamos a ideia de Avaliação de Jenkinson pela necessidade em assegurar tanto a Imparcialidade como o valor de prova do documento, talvez essa seja uma questão em sua obra a ser relativizada, ainda que analisada a partir de seu contexto de produção. (Schmidt, 2012, p. 121).

Apesar das críticas, o *Manual de Administração de Arquivos* trouxe importantes reflexões diante do contexto vivenciado pelos ingleses, além de contribuir com a consolidação da Arquivologia enquanto área do saber. Segundo Schmidt (2012), Jenkinson já se referiu a Arquivologia como uma ciência, a *Archive Science*, e inseriu

¹⁹ O autor associou *document* ao uso corrente e *archives* aos documentos de guarda permanente.

²⁰ O autor usa os termos como sinônimos e propõem o uso do termo *archives* como padrão.

²¹ A primeira é caracterizada pelo contexto de criação do documento e a segunda pelo conteúdo do documento.

outros elementos no discurso do fazer e do saber no campo dos arquivos. Além disso, a obra inaugurou a ideia da eficácia administrativa, que trará elementos fundamentais em obras posteriores.

Em 1928, uma nova publicação ganha destaque, o manual *Archivistica* do italiano Eugenio Casanova. A obra foi escrita a partir da experiência do autor no campo teórico e prático, fornecendo reflexões acerca da organização e preservação dos documentos. Além disso, Casanova promoveu a Arquivologia como disciplina científica na Itália, sendo o primeiro a denominar o termo “*Archivistica*”.

Casanova, estava atento aos debates internacionais na área dos arquivos, por isso, promoveu o debate teórico e prático por meio de uma revista bimestral de 1914-1921, que tinha como objetivo, fomentar o “aumento da disciplina arquivística”²². A revista intitulada *Gli Archivi Italiani* tratou de temas como a função jurídica, social e cultural dos arquivos, responsabilidade do Estado para com os acervos, formação profissional, organização e conservação de acervos, dentre outros. Esses temas, podem ser vistos de modo aprofundado nas reflexões do seu manual, escrito a posteriori. Por ser uma figura respeitada e representativa para a área, Casanova foi convidado para planejar o II Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários, que aconteceria em Milão/Itália em 1915. Contudo, o evento não ocorreu, devido a entrada da Itália na primeira guerra mundial.

Adentrando nos principais pontos que foram tratados no manual *Archivistica*, iniciamos destacando a preocupação do autor com as questões terminológicas, principalmente, no que tange a definição de Arquivos. Para Casanova (1928, p. 19), arquivo é “a acumulação ordenada de documentos de uma instituição ou indivíduo, no curso de sua atividade e conservada para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais daquela instituição ou indivíduo”²³.

A partir desse conceito, Casanova apresenta a dupla função dos arquivos: administrativa e cultural. Além disso, declara que uma pessoa física pode produzir arquivos, fato que foi anteriormente negado no manual dos holandeses. Essa perspectiva traz elementos relevantes para o debate dos arquivos pessoais, entretanto, não foi amplamente aprofundado.

²² *Gli Archivi Italiani*, 1914, p. 158. Tradução nossa.

²³ Texto original: “*L'archivio è la raccolta ordinata degli atti di un ente o individuo, costituitasi durante lo svolgimento della sua attività e conservata per il conseguimento degli scopi politici, giuridici e culturali di quell'ente o individuo*”.

Outro ponto que merece destaque na obra de Casanova é a sua intenção de ampliar a concepção dos arquivos ao invés de propor separações. O autor apresentou o arquivo administrativo e o arquivo histórico, sem distinções, argumentando que o segundo, deriva do primeiro, ou seja, já trazendo uma preocupação sistêmica. Além disso, ele busca integrar no mesmo conceito²⁴ os arquivos públicos e privados.

No que tange a proveniência, Casanova apresentou uma reflexão inovadora ao princípio. Segundo o autor, o respeito aos fundos e a ordem original não é necessariamente uma ação física, pode ocorrer de maneira intelectual preservando a organicidade no processo de descrição documental. (Casanova, 1928). Tratando-se de princípio, vale salientar ainda, a doutrina da territorialidade debatido por Casanova, que mesmo sendo utilizado em tratados desde XVII, é com o manual *Archivística* que essa vertente é usada como princípio da área.

[...] o princípio da proveniência, se afasta do simples padrão original da integridade da série, transforma-se em direção ao que é chamado de princípio da territorialidade, isto é, que, segundo o qual os atos seguem o destino dos territórios em que o documento foi elaborado. Este princípio se aplica principalmente a documentos e arquivos das administrações locais, qualquer que seja sua antiguidade; e isso importa a devolução dos documentos, seja por qualquer motivo removidos desse território; e, para arquivos atuais. Casanova, 1928, p. 214, tradução nossa).

Segundo Cencetti (1970, p. 15) a obra de Casanova pode ser definida como “[...] grande, confusa, pomposa, mas preciosa”, sendo muito dos seus conceitos, usados como base nas discussões contemporâneas. Com suas afirmações, Casanova influenciou vários estudiosos a pensar sobre a situação dos arquivos em seus territórios, destacamos nesse sentido, Adolf Brenneke e o seu manual *Archivkunde: ein Betrag zur Theorie und Geschichte des Europäuschen Archivwesens*²⁵ publicado em 1953²⁶.

Antes da obra de Brenneke, outros manuais foram publicados, principalmente no Leste europeu, contudo, o manual *Archivkunde* ganhou notoriedade no mundo, por suas contribuições na consolidação do pensamento alemão, e sobretudo, por estabelecer correlações entre as teorias desenvolvidas na Europa, encontrando um ponto de equilíbrio nos conceitos da área. Além disso, foi reconhecida como a primeira obra que desenvolve a teoria arquivística como uma ciência, chegando até

²⁴ No conceito de Arquivo citado acima.

²⁵ Arquivos: contribuição para a teoria e a história dos arquivos europeus. (Tradução nossa).

²⁶ Adolf Brenneke foi um historiador alemão e arquivista do Estado da Prússia, morreu em 1946, contudo, a sua obra foi publicada em 1953, sete anos após a sua morte, graças ao seu aluno Wolfgang Leesch, que reuniu as suas palestras e trabalhos e os configurou em formato de manual.

mesmo a ser considerado por Menne-Haritz (2005), o primeiro a delinear uma teoria moderna para o campo dos arquivos.

Para Brenneke (1968), a teoria arquivística é o resultado das diferentes formas de pensar os arquivos ao longo dos anos. Nesse sentido, o autor supracitado analisa os conceitos publicados anteriormente, visando estabelecer uma conexão entre eles. No que tange ao conceito de arquivo, Adolf Brenneke analisou os critérios utilizados por Heinrich August Erhard (1834), o manual dos arquivistas holandeses (1898) e por Eugenio Casanova (1928), chegando a seguinte proposta para a definição de arquivo: “conjunto de papéis e de outros documentos constituídos por pessoas físicas ou jurídicas no curso de sua atividade prática ou legal e que, como fontes documentais e provas do passado, se destinam à conservação permanente em um local”. (Brenneke, 1968, p.125, tradução nossa).

No que se refere ao princípio da proveniência, Brenneke corroborou com a perspectiva de Casanova ao destacar que este princípio não deve está necessariamente ligado ao atributo físico dos documentos. Para Brenneke, proveniência é um princípio funcional, ou seja, deve ser aplicado mesmo sem o considerar o caráter físico dos documentos. Corroborando com essa vertente Menne-Haritz (2005) explica:

Para ele, o princípio da proveniência significava que os documentos poderiam ser ordenados de modo a mostrar como surgiram dos negócios reais. Isso significava que as relações entre as ações subjacentes eram mais importantes para a sua compreensão pelos pesquisadores nos arquivos do que a própria disposição dos documentos na agência de origem. A ordem física dos papéis pode ser diferente das relações internas. Assim, a ordem física original só seria conservada se demonstrasse as relações internas. Caso a disposição real dos documentos quando foram transferidos para os arquivos contrariasse esse objetivo, a ordem deveria ser alterada de tal forma que a estrutura interna e a rede subjacente de atividades se tornassem visíveis (Menne-Haritz, 2005, p. 325, tradução nossa).

Ou seja, Menne-Haritz (2005) explica que Brenneke defendeu ser possível representar o contexto da produção documental, mesmo sem o arranjo físico, assim, as relações entre as ações subjacentes eram mais importantes para sua compreensão do conjunto dos documentos, do que necessariamente a organização física na instituição produtora. Essa concepção é considerada por muitos autores, como uma vertente inovadora²⁷ e a frente do seu tempo, visto que conceber a representação

²⁷ Mesmo já tendo sido evidenciada por Casanova, Brenneke trouxe uma reflexão mais aprofundada de como isso aconteceria na prática arquivística.

intelectual no contexto de produção dos documentos perpassa até mesmo a necessidade da materialidade física do suporte.

Sobre organicidade, Brenneke defendeu que ela deriva das atividades práticas e legais. Além disso, o autor explicou a perspectiva sistêmica nas organizações, comparando-o com um corpo vivo e orgânico em essência. Outrossim, o autor defendeu três diferentes – mas complementares – maneiras de estabelecer a organicidade, no que concerne: 1) a estrutura da organização; 2) a estrutura de suas tarefas e funções; e 3) a estrutura da organização com os documentos. “Essas três camadas diferentes demonstram três aspectos do mesmo corpo arquivístico, que os arquivistas deveriam tornar visível para os pesquisadores”. (Menne-Haritz, 2005, p. 327, tradução nossa).

Brenneke ainda traz contribuições relevantes sobre a centralização dos arquivos, diferença entre os documentos produzidos x acumulados e acerca da avaliação documental. Infelizmente, devido a sua morte em meados da década de 40, ele não pode vivenciar a explosão tecnológica e a influência dos seus pensamentos na doutrina arquivística atual.

Diante deste cenário de expansão da teoria e prática arquivística mundial, o século XX é marcado pela organização político-organizacional dos arquivos, que tinha por responsabilidade, fomentar a proteção aos arquivos, bem como, promover o diálogo entre os profissionais no desenvolvimento das práticas arquivísticas. Diante deste contexto, em 1931, sob a atribuição da Liga das Nações do Instituto da Cooperação Intelectual, é criado, o Comitê Consultivo Permanente em Arquivos. Após três anos de sua formação, o Comitê lança a sua primeira obra: o *Guia Internacional de Arquivos*.

Contudo, mais que criar publicações a nível internacional, Silva *et. al.* (1999) afirma que era preciso estabelecer um consenso a nível dos conceitos e de métodos de trabalho, assim, em 9 de junho de 1948 é criado, provisoriamente, por um comitê de arquivistas, convocado pela UNESCO, o *International Council on Archives*²⁸, presidido pelo Charles Samaran²⁹. Somente em 1950, com a realização do I Congresso Internacional de Arquivos, ocorrido em Paris, que a CIA foi oficialmente estabelecida.

O Conselho Internacional de Arquivos foi criado por iniciativa de dois

²⁸ Conselho Internacional de Arquivos, popularmente chamado no Brasil pela sigla CIA.

²⁹ Charles Samaran era o atual diretor geral dos Arquivos de França.

arquivistas dos Estados Unidos, srs. Buck e Brayer, logo apoiada pelos Arquivos Nacionais da França e pela Itália. A 9 e 11 de junho de 1948, em Paris, na sede da UNESCO e sob os auspícios dessa organização, teve lugar a sessão inaugural do conselho provisório tendo como presidente o sr. Charles Samaran e que adotou a ata constitutiva definindo os objetivos gerais e as atividades. (Arquivo Nacional, 1970, p. 3).

O Conselho tinha como missão buscar a integração internacional entre os profissionais de arquivo, inclusive, fomentando as discussões em busca de um consenso entre os conceitos e métodos de trabalho. Ademais, essa organização tinha como propósito, promover a preservação e acesso aos acervos, devido à importância social dos documentos de caráter permanente. Compreendendo melhor a missão da CIA, segue os objetivos do estatuto no momento de sua fundação:

- a) Reunir-se periodicamente num Congresso Internacional de Arquivos;
- b) Estabelecer, manter e fortalecer relações entre arquivistas de todos os países e entre todas as instituições e organismos profissionais e outros, públicos ou privados, onde quer que estejam, cujas atividades estejam relacionadas com a conservação, organização ou administração de arquivos;
- c) Promover todas as medidas conducentes à conservação, protecção e defesa contra todos os tipos de riscos do património da humanidade no domínio dos arquivos e contribuir para o progresso em todos os aspectos da técnica e administração dos arquivos, facilitando a troca de ideias e informações sobre os problemas relativos aos arquivos;
- d) Facilitar a utilização mais frequente dos arquivos e o estudo eficaz e imparcial dos documentos neles conservados, dando a conhecer melhor o seu conteúdo e esforçando-se por facilitar o acesso aos arquivos;
- e) Promover, organizar e coordenar, à escala internacional, todas as atividades relacionadas com a administração de arquivos;
- f) Cooperar com outras organizações que se ocupam da documentação que garante a conservação da experiência humana e a utilização desta documentação em benefício da humanidade. (Kecsckeméti, 1974, p. 47-48, tradução nossa).

Diante desses objetivos, a CIA fomentou inicialmente os Congressos Internacionais de Arquivos³⁰ e as conferencias internacionais³¹ visando o estabelecimento de um diálogo em torno de um consenso na área. Uma das grandes preocupações na época, era a necessidade de estabelecer uma padronização terminológica, visto que essas divergências de vocabulário estavam atrapalhando o desenvolvimento da teoria a nível internacional. Nesse sentido, em 1953, no II Congresso Internacional de Arquivos, foi instituído um Comitê de Terminologia Arquivística, composto por membros da França, Alemanha, Espanha, Holanda, Itália e Inglaterra, com o objetivo de identificar a equivalência dos termos e conceitos, e

³⁰ O Congresso deveria ocorrer a cada quatro anos. O primeiro foi em 1950.

³¹ *Conférences Internacionales dles Tables Rondes Internacionales des Archives (CITRAS)*.

conseqüentemente, instituir uma uniformização terminológica. Assim, em 1964 é lançado o *Elsevier's Lexicon of Archival Terminology*³², fruto do comitê de terminologia arquivística da CIA, com 175 vocábulos, agrupados em seis categorias distintas, no que tange: 1) documentos de arquivo; 2) estrutura de arquivos; 3) instrumentos de trabalho; 4) conservação de arquivos; 5) operações técnicas de tratamento; 6) utilização de arquivos e reprodução documental.

A publicação pretendia apresentar os termos mais usados na literatura arquivística internacional, contudo, acabou dando mais ênfase a realidade dos arquivos europeus. Além disso, a quantidade de vocábulos era incipiente para a realidade arquivística em efervescência após segunda guerra mundial. Por isso, a obra foi tida como incompleta, já no momento de sua publicação.

O próprio número de vocábulos e de conceitos estabelecidos não ia além de 175, o que, como é óbvio, estava muito longe de esgotar a complexidade de um tema tão amplo e profundo, como é a Arquivística, em vertiginosa evolução e com novos problemas para solucionar. (Silva *et. al.* 1999, p. 229).

Além dos eventos e produções técnicas, o Conselho Internacional de Arquivos suscitou a publicação de revista especializada para fomentar a reflexão arquivística, destacando-se nesse cenário, a *Archivum*. O primeiro número foi publicado em 1951 com as atas do I Congresso Internacional de Arquivos, contudo, a revista contemplou temáticas diversas em busca do desenvolvimento do campo. “Iniciava-se um longo processo de edição de e publicações voltadas para a divulgação dos princípios teóricos e das práticas arquivísticas associadas aos arquivos do mundo desenvolvido”. (Santos, 2008, p. 92).

A década de 50 foi uma época de grande expansão no desenvolvimento da teoria arquivística contemporânea, visto que as discussões em torno da massa documental acumulada, advinda das guerras, e as novas metodologias de tratamento diante deste cenário, ganharam notoriedade em todo o mundo, destacando-se a vertente anglo-saxônica.

Um dos grandes representantes da vertente supracitada, e reconhecido mundialmente por sua concepção de arquivos modernos foi Theodore Schellenberg. O arquivista iniciou sua carreira no *National Archives of the United States*³³ em 1935,

³² A obra foi publicada em francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês.

³³ O Arquivo Nacional dos Estados Unidos foi fundado em 1934 visando reduzir a massa documental acumulada e zelar pelos documentos produzidos e recebidos pelo governo norte-americano.

chegando em 1957 a subdiretor. Além disso, em 1954, Schellenberg foi convidado pela *National Librarian Harold White* a desenvolver um trabalho de capacitação, acompanhamento e orientação na administração de arquivos públicos na cidade de Canberra, Austrália, no qual, permaneceu por pouco mais de seis meses.

Quando de sua visita à Austrália, os arquivistas desse país baseavam-se em ideias retiradas da literatura alemã e inglesa, mas especificamente os trabalhos de Hilary Jenkinson e Adolf Brenneke, que quando aplicadas aos documentos “modernos” não surtiam resultado satisfatório. Esses “novos” documentos, os recém-criados pela administração pública e de crescimento vertiginoso, são os que Schellenberg define como “modernos”, em contraponto aos documentos considerados históricos, problematizados por seus colegas europeus” (Schmidt, 2012, p. 154).

Diante dessa experiência, e reunindo o material usado para conferências proferidas na Austrália, Schellenberg publica em 1956, uma das obras mais conhecidas no cenário arquivístico: *Modern Archives: principles and techniques*³⁴. A publicação destaca o aumento da massa documental e a emergência de compreender as necessidades administrativas frente as novas demandas governamentais. As grandes guerras mundiais fomentaram a explosão da produção documental e o poder estratégico da informação para o Estado, assim, Schellenberg assegura que “os princípios e as técnicas de arquivo têm evoluído em todos os países no que se refere à maneira pela qual os documentos oficiais são tratados quando em uso corrente na administração”. (Schellenberg, 2012, p. 12).

Nesse sentido, Schellenberg (2012) afirma a necessidade de repensar as metodologias de tratamento arquivístico, pois para ele, as ideias difundidas até então, não surtiam efeito quando aplicadas aos documentos modernos. Vale salientar que devido a sua visita a Austrália, e a forte influência desse país com os princípios difundidos por Jenkinson e Brenneke, a obra de Schellenberg busca a todo momento problematizar o que esses autores propuseram e apresentar novas reflexões diante dos “arquivos modernos”.

Assim, o autor compara os princípios e técnicas adotados pelos Estados Unidos e os países Europeus, demonstrando a diferença na sua aplicação. Explicando a sua posição, Schellenberg (2012, p. 12) assegura: “não creio que os métodos americanos sejam forçosamente melhores do que de outros países. São apenas diferentes. As diferenças [...] deverão ser entendidas devido a razões puramente profissionais”. A questão é que para o autor, há uma cisão profissional que deve ser estabelecida,

³⁴ Arquivos Modernos: Princípios e técnicas.

devido a natureza do objeto de trabalho, como veremos mais adiante.

A obra de Schellenberg foi dividida em três partes, no que tange: 1) Introdução; 2) Administração de arquivos correntes; 3) Administração de arquivos de custódia. No entanto, a primazia pela seleção e eliminação aparece em todas as partes, mesmo que de forma indireta, visto a necessidade de o arquivista compreender a seleção e preservação documental diante desse novo contexto e nas diferentes situações.

Trazendo definições para os arquivos modernos, Schellenberg apresenta uma nova conceituação para documentos e arquivos, no qual:

[Documento são] todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentarias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para a preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

[...]

O termo “arquivos” pode ser agora definido como: os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (Schellenberg, 2012, p. 41).

Ao longo da obra, fica evidente que o autor supracitado entende que os documentos modernos são aqueles relacionados a administração em sua fase de tramitação, é o que ele denomina de *records*. Já os arquivos, são os documentos que foram selecionados para a guarda permanente, ou seja, *archives*. Seguindo essa linha de pensamento, Schellenberg atesta as diferenças nas razões pelos quais os documentos foram acumulados e aponta as responsabilidades na “custodia”. Assim, os *records* devem ser mantidos pelo produtor e são preservados pelo seu valor de evidencia e informação. Por sua vez, os *archives* devem ser mantidos por uma instituição arquivística e foram recolhidos permanentemente pelo seu valor de pesquisa. Dessa forma, ele propõem uma separação metodológica e profissional para o tratamento desses acervos.

Apesar da visibilidade dada através da obra de Schellenberg, essa separação já vinha ocorrendo nos Estados Unidos, sendo formalizada em 1950, com a lei de arquivos pelo governo americano³⁵. Mesmo com essa promulgação, muitos arquivistas e pesquisadores se manifestaram contrários a essa cisão, inclusive, o

³⁵ Essa lei, entre outras coisas, oficializou uma nova profissão: o *record managers*.

Hilary Jenkinson que escreveu um artigo para o *Journal of the Society of Archivists*, no qual ele afirma que atribuir diferentes significados para os termos *archives* e *records* é uma ação arbitrária. (Londolini, 1990).

Corroborando com Jenkinson, Morris Radoff, publica em 1956 o texto intitulado *What Should Bind Us Together*, onde afirma:

Por que não pode o mesmo homem ser tanto o *archivist* quanto o *record manager*? O cuidado com a palavra escrita é tão complexo que nenhum homem possui ciência o suficiente para dominá-la? Será que é tão obscura que requer os esforços combinados de um obstetra, pediatra, geriatra? Ou tudo que é necessário é um humilde clínico geral? Estamos nós, em outras palavras, criando especialistas onde especialidade não existem; estamos pensando tanto no documento como um organismo vivo que requer cuidado especial nos vários estágios de sua vida, quando de fato ele é inanimado e com a mesma textura e forma do começo ao fim (Radoff, 1956, p. 5, tradução nossa).

Ao tratar dessa separação, é importante enfatizar a atribuição de valores apresentados por Schellenberg, que deve ser princípio norteador no processo de avaliação arquivística. O autor associou os documentos aos valores que ele obtém ao longo do ciclo de vida, assim, explicou seu conceito a partir dos valores primário e secundário. O valor primário está relacionado ao interesse da entidade produtora, visto que “os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado – administrativos, fiscais, legais e executivo. Esses usos são, é lógico, de primeira importância”. Quanto ao valor secundário, o autor aponta que é o valor atribuído a um documento oficial, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido. Assim, a preservação permanente se dá devido aos valores probatórios e informativos que essa documentação pode apresentar ao longo do tempo, mesmo após cessar o interesse primário. (Schellenberg, 2012, p. 180).

Com essa atribuição de valores, Schellenberg critica a vertente proposta por Jenkinson de custódia ininterrupta, afirmando que devido à grande quantidade de produção dos documentos modernos é impossível manter a linha de custódia intacta, portanto, para serem preservados permanentemente, os documentos precisam apresentar valor secundário. Esclarecendo essa perspectiva, Silva afirma:

[...] Schellenberg está criticando a visão de Jenkinson a respeito da necessidade da existência de uma cadeia de custódia responsável para determinar se um dado conjunto é arquivístico ou não. O volume e o descontrole nos procedimentos de criação, existentes na administração pública americana, impedem qualquer tentativa de controlar o vínculo entre os documentos, materializado no sistema de registro e arquivamento (Silva, 2017, p. 183).

A separação metodológica do saber arquivístico, a partir dessa distinção estabelecida por Schellenberg, fez emergir termos diferentes para uma mesma função: a classificação³⁶. Essa atividade é essencial para compreender o órgão produtor e estabelecer as relações orgânicas entre os documentos. Diante da cisão popularizada por Schellenberg, o termo classificação seria utilizado na fase corrente, e na permanente, a denominação seria arranjo. Assim, o instrumento produzido pelos *record managers* é o plano de classificação e o instrumento produzido pelos *archivists* é o quadro de arranjo. Essa distinção terminológica surge devido a algumas diferenças metodológicas do fazer arquivístico a partir da concepção do autor.

Neste intento, ao estabelecer o arranjo para os archives, Schellenberg estabelece como critério de organização o *record group*. O termo supracitado é utilizado pelos norte-americanos e consiste em

uma grande unidade arquivística estabelecida de modo um tanto arbitrário, considerando-se devidamente o princípio da proveniência e o desejo de se dar à unidade de um tamanho e caráter convenientes para os trabalhos de arranjo, descrição e publicação de inventários. (SCHELLENBERG, 2012, p. 254).

A proposta americana apresentava-se como um modelo diferente ao que vinha sendo desenvolvido na Europa³⁷, visto o estabelecimento de subdivisões internas no conjunto de documentos da mesma proveniência. Schellenberg (2012) defendia que era impossível aplicar o princípio da proveniência no grande volume de documentos produzidos após o século XX, portanto, foi necessário a divisão em unidades para que fosse viável o desenvolvimento das atividades arquivísticas na fase permanente.

Diante desse contexto, o conceito de *record group* difundiu-se rapidamente em países anglo-saxônicos com formação recente, visto que os arquivistas desses países, tratavam, sobretudo, com documentação ainda muito ligada à área administrativa e, portanto, não considerada “de arquivo”, no sentido histórico do termo. (Silva et al, 1999).

Um outro conceito muito expressivo na vertente americana que reflete na obra de Schellenberg é o “ciclo vital de documentos”. O termo estabelece a ideia que o

³⁶ A classificação consiste na análise e identificação do conteúdo dos documentos de modo a agrupá-los a partir de critérios pré-estabelecido. A atribuição de códigos pode ocorrer para facilitar o processo de recuperação da informação.

³⁷ O *archive group* foi o termo usado por Jenkinson para trazer o conceito europeu de fundo para o contexto britânico, contudo, na concepção trazida pelo autor, a entidade produtora de documentos deveria ser compreendida em seu sentido mais amplo. Deste modo, Jenkinson apresenta uma visão maximalista ao incluir todos os documentos em um mesmo grupo orgânico.

processo de gestão documental é similar à vida biológica de um organismo, portanto, o documento passa por fases com começo, meio e fim. Com essa vertente, os norte-americanos justificam o trabalho do *record managers* com as etapas de gestão no ciclo vital, finalizando as suas funções com a avaliação. Vale destacar que a avaliação, e conseqüentemente a atribuição dos valores, não ocorria na produção/gênese documental, mas sim, quando da transferência para o arquivo pelos *record managers*. Portanto, a partir desse momento, o trabalho do *record managers* estava finalizado e iniciava-se a atribuição dos *archivists*.

Corroborando com a discussão, Marques (2011, p. 108) afirma que diante desse contexto apresentado por Schellenberg “a gestão começa a se configurar como uma nova área, vinculando-se à Administração e, de certa forma, distanciando-se da Arquivologia, pelo menos em sua versão tradicionalmente ligada à História”. Essa separação foi tão forte na tradição norte-americana que resultou na fragmentação das associações profissionais, surgindo, portanto, a *Association of American Records Managers and Administrators (ARMA)*³⁸ e a *Society of American Archivists (SAA)*³⁹.

As separações e divergências estabelecidas nesse período, contribuíram para o enfraquecimento do elo entre as fases documentais (Eamer-Goult, 1995), criando, inclusive, barreiras perigosas no fazer arquivístico internacional. Atestando esse cenário, Parkinson (1993) afirma:

Ao distinguir *records* e *archives*, valores primário e secundário, Schellenberg foi capaz de estabelecer uma fronteira entre *records managers* e *archivists*, que se tornou um muro na década de 1960. *Records managers* eram guiados pelo imperativo da eficiência, *archivists* mudaram sua atenção para servir a fins educacionais. Embora ambas as profissões lidassem com o mesmo material, suas diferentes perspectivas pareciam renovar a distinção histórica entre os documentos administrativos e os arquivos históricos, que a teoria arquivística dos últimos cem anos havia tentado unir. (Parkinson, 1993, p. 58-59, tradução nossa).

A obra de Schellenberg é sem dúvida uma das mais importantes para a compreensão da Arquivologia contemporânea⁴⁰, todavia, é arbitrário atribuir ao autor supracitado, a criação de todos os princípios e métodos apresentados no seu manual. A verdade é que os apontamentos trazidos por Schellenberg já vinham sendo desenvolvidos e/ou discutidos nos Estados Unidos desde o início do século XX

³⁸ Voltada para os documentos administrativos (*records*).

³⁹ Voltada para os documentos de valor histórico (*archives*).

⁴⁰ O termo “Arquivologia contemporânea” é popularizado por Schellenberg demarcando um novo momento histórico para os arquivos, conforme ressalta Jones (2002).

através de Margaret Norton⁴¹ (1936), Emmett J. Leahy⁴² (1940), Philip Brooks⁴³ (1940), dentre outros. Outrossim, vale destacar ainda, a influência de Charles Dewey que selecionou e classificou documentos após a Guerra de Secessão, formando um fundo organizado coerentemente, a partir dos seus conhecimentos empíricos.

As reflexões da época acabaram sendo acentuadas devido ao surgimento da *Hoover Commission on Organization of the Executive Branch of the Government*⁴⁴. A atuação da Comissão Hoover estava atrelada a necessidade da organização do poder executivo do governo federal, frente as novas necessidades do período pós-guerras. No que tange aos arquivos, a comissão estabeleceu as práticas para a consolidação da área, partindo da experiência de importantes profissionais. Contudo, vale salientar que Schellenberg liderou um dos grupos de trabalho da comissão, onde imprimiu em seu relatório, a necessidade de ações voltadas para o controle da produção documental, a racionalização das eliminações, bem como, a ideia de *records centers* (centros de arquivamento intermediário)⁴⁵. Essas discussões em torno da eficiência da gestão de documentos nos arquivos norte-americanos, forneceu os pilares básicos para a promulgação da Lei de arquivos pelo governo americano (1950). Segundo Llansó I Sanjun (1993), o presente dispositivo legal inaugurou novas diretrizes para o trabalho com os documentos nos Estados Unidos, uma vez que proporcionou: 1) a criação do conceito de ciclo de vida; 2) os programas de ação continuada; 3) o controle da gestão; 4) a especialização de quem a praticava; 5) o surgimento de uma nova profissão: *record managers*.

Em 1953, o Congresso americano criou a segunda Comissão Hoover, visando dar continuidade efetiva as ações determinadas, contudo, Eamer-Goult (1995) afirma que nessa segunda fase, a comissão estava mais preocupada em resolver problemas referente ao *paperwork*⁴⁶ do que efetivamente propor soluções práticas para o

⁴¹ Margaret Norton, em 1936, estabeleceu uma regra para a definição de níveis de controle e gestão de documentos no estado de Illinois. O primeiro nível seria os documentos correntes (*current records*), o segundo, semi-correntes (*semicurrent records*) e o terceiro, os documentos não correntes (*noncurrent records*).

⁴² Emmett J. Leahy escreveu um artigo em 1940 intitulado "*Reduction of Public Records*", no qual ele aborda a importância de programas de destinação de documentos. O autor, pode ser considerado um dos precursores a tratar essa temática.

⁴³ Philip Brooks propôs o estabelecimento de valores dos documentos para facilitar o processo de seleção dos documentos.

⁴⁴ Para maiores informações acessar o artigo "Reorganização do executivo nos Estados Unidos da América do Norte". Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/12614>>. Acesso em 18 set. 2020.

⁴⁵ Para a guarda de documentos de valor primário de uso menos frequente.

⁴⁶ Na tradução livre: papelada.

trabalho dos *Records management*. Nesse mesmo sentido, Krauskopf (1958, p. 387, tradução nossa) afirma que a missão da segunda Comissão foi: "promover economia, eficiência e melhoria serviço na transação dos negócios públicos". Assim, os métodos recomendados estavam ligados a redução das despesas para o valor mais baixo possível, eliminação de serviços, atividades e funções duplicadas e/ou não essenciais, bem como, redefinição de responsabilidades.

Semelhante ao caso dos Estados Unidos, é criada no Canadá, a partir do final da década de 40, algumas comissões para o desenvolvimento de reformas do Estado em diversos segmentos, inclusive na área de arquivos. Destaca-se nesse cenário as Comissões Massey (1949-1951), denominada oficialmente de *The Commission on National Development in the arts, letters and Sciences*, e a Glassco (1961-1962), *The Royal Commission on Government Organization*.

A Comissão Massey apresentou um estudo minucioso sobre a situação arquivística canadense⁴⁷, confirmando o caos que se encontravam os documentos públicos. Deste modo, uma das primeiras recomendações foi a construção de um depósito central, com a instauração de um sistema de gestão de documentos sob o controle do Arquivista Federal. Todavia, Croteau (1977) afirma que o ímpeto pela efetividade da gestão de documentos pelo governo se deu, em primeiro lugar, pelas circunstâncias financeiras, e em seguida, pela falta de eficiência na recuperação da informação, no que segue:

O Governo Federal encorajou a gestão de documentos por várias razões, mas, como para tudo existe sempre uma razão maior, nestas circunstâncias, foi o aspecto financeiro. Era opinião geral que a administração e a conservação dos dossiês se tornavam muito dispendiosas. Começamos a nos perguntar: não poderíamos reduzir a documentação? Conservaríamos papéis não consultados? Em outras palavras, tomamos consciência que um problema existia em matéria de arquivo e que este problema começava a custar caríssimo. Uma vez levantada a questão, os motivos secundários se tornaram tão evidentes que ninguém ousava abordá-los. Tinha havido no passado uma falta de interesse em relação aos arquivos dos Ministérios. O mesmo com o pessoal de serviço. Tínhamos constatado que a localização de documentos levava cada vez mais tempo, que muito frequentemente o documento desejado não podia ser fornecido, que existiam tantos sistemas de classificação quantas pessoas que os planejavam e que quase sempre, com a saída de um elemento, tornava-se impossível decifrar o enigma dos fichários. (Croteau, 1977, p. 5).

A comissão Glassco, por sua vez, veio para retomar as lacunas e reafirmar o sistema de gestão de documentos, enfatizando ainda a necessidade de um só

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.collectionscanada.gc.ca/massey/h5-446-f.html>>. Acesso em 19 set. 2020.

organismo para efetivar a gestão dos dossiês do governo federal, e o papel dos arquivos públicos na seleção e eliminação dos documentos. A verdade é que após a criação do depósito central e a complexidade do trabalho a ser desenvolvido, era preciso estabelecer metodologias adequadas para tratamento e organização dos arquivos.

Diante das divergências e do crescimento das teorias arquivísticas em níveis internacionais, a UNESCO, por intermédio do *Records and Archives Management Program* (RAMP) estabeleceu, no final da década de 70, a publicação de importantes documentos que discutiam diversas temáticas da área, visando a padronização conceitual de teorias que estavam em efervescência, destacando-se nesse cenário a gestão de documentos⁴⁸. O RAMP buscou ainda, a conscientização da importância dos documentos e arquivos, bem como, contribuir para assessoramento dos governos no que tange o estabelecimento de infraestrutura para a gestão de documentos (Indolfo, 2007).

Em um artigo publicado do estudo RAMP, James B. Rhoads trouxe expressivas reflexões para a comunidade científica sobre o ciclo vital e a aplicação prática desse conceito, visando a economia e eficácia. Assim, o autor explica que um sistema de gestão de documentos deve abordar todos os períodos de existência dos documentos, desde a sua produção até a sua destinação final, portanto, temos as seguintes fases: 1) *Creación de los documentos*; 2) *Mantenimiento y uso de los documentos*; 3) *Disposición de los documentos*⁴⁹. (Rhoads, 1989).

É preciso enfatizar que a terceira etapa é quando ocorre o processo de destinação, portanto, os documentos seriam avaliados para a eliminação ou guarda permanente. Desta forma, Rhoads (1989) propõe um sistema integral de gestão de documentos, desde o nascimento (produção), vida ativa e produtiva (utilização e manutenção) e morte (eliminação). Diante do recolhimento para guarda permanente, o autor usa o termo “reencarnação”, visto que o interesse primário foi finalizado e o documento ganhou um novo valor que justifique a sua existência: o valor secundário.

Um sistema completo de gestão documental cuida de tudo o que acontece com um documento ao longo do seu "ciclo de vida", ou seja, desde o seu "nascimento", ao longo da sua "vida produtiva" como meio de realizar as

⁴⁸ A Gestão de documentos foi definida pela RAMP (1979) como “domínio da gestão administrativa geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização, até a destinação final dos documentos”.

⁴⁹ Compreendemos em português, a partir do contexto, as seguintes fases: 1) produção documental; 2) Utilização e manutenção; 3) Destinação. (Tradução nossa).

funções da organização, até a sua "morte" ou destruição, quando todos os propósitos úteis já foram alcançados, ou a sua "reencarnação", em forma de arquivo, caso justifique uma preservação permanente. (Rhoads, 1989, p. 3, tradução nossa).

Em seu texto, Rhoads (1989) destaca ainda a possibilidade de implementação de um programa de gestão de modo escalonado, ou seja, a partir de diferentes níveis no que tange: 1) nível mínimo; 2) nível mínimo ampliado; 3) nível intermediário; 4) nível máximo. A partir dessa premissa, o autor evidencia que quanto mais ampliado o programa de gestão de documentos, mais eficiência e economia a administração terá.

A obra de Rhoads ganhou grande repercussão internacional e é usada até hoje por muitos profissionais como referência na aplicação de programas de gestão documental. Entretanto, Llansó I Sanjuan (2006) aponta que Rhoads trouxe na sua obra a prevalência do valor administrativo em relação aos arquivos e o seu valor cultural. Outrossim, o autor supracitado afirma ainda, que diante desse contexto proposto por Rhoads, o arquivista teria que pesar em uma mesma balança os custos e os benefícios culturais da manutenção e conservação dos documentos. (Llansó I Sanjuan, 1993).

É preciso reafirmar que a gestão de documentos surge pela necessidade de controle da massa documental nos órgãos públicos, enfatizando principalmente, a concepção de eficácia e economia, portanto, o processo de destinação com a diminuição significativa da massa documental recolhida, torna-se um imperativo para atingir tal finalidade. Segundo o historiador Lawrence Burnet (Jardim, 1987, p. 35), a “gestão de documentos é uma operação arquivística entendida como o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos [...] de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro.”

Temos ciência da importância da avaliação diante do aumento considerável na produção de documentos em todo mundo, contudo, não basta impor a diminuição da massa documental, é preciso problematizar os aspectos utilizados no processo de destinação, visto que o percentual recolhido será responsável por contribuir na ressignificação da memória pelas sociedades vindouras.

Na busca por metodologias adequadas para o tratamento da massa documental em constante expansão e diante da ideia de ciclo vital que vinha ganhando cada vez mais adeptos pelo mundo, surge a “teoria das três idades”. É comum na literatura arquivística uma confusão entre estes dois termos, sendo muitas vezes, tratados como sinônimos. A esse respeito, Jardim (2015, p. 32) pondera que

“a teoria das três idades encontra suas bases na concepção do ciclo vital de documentos. Talvez por isso, seja frequente a confusão entre os dois termos” (Jardim, 2015, p. 32).

Além dessa divergência conceitual, também não há unanimidade quanto à autoria da teoria das três idades, visto que vários pesquisadores e profissionais já vinham desenvolvendo práticas e discursos utilizando a concepção de fases/idades, tais como a norte americana Margaret Norton (1936), o francês Yves Pérotin (1961), o belga Carlos Wyffels (1972), entre outros. Para além dos autores citados, Silva *et. al.* (1999, p. 207) afirma ainda que “o apodíctico princípio das três idades pode ter tido origem na Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação de documentos”, tendo autoria desconhecida, já que era uma atividade habitual.

Não nos cabe nesse momento, entrar no mérito do precursor dessa teoria, entretanto, queremos chamar atenção para as diversas localidades onde essa abordagem vinha ganhando notoriedade. A questão é que a internacionalização das discussões e a necessidade de propor estratégias mais adequadas ao grande volume de documentos propiciou a eclosão de metodologias mais efetivas para as teorias que vinham surgindo.

Segundo a concepção apresentada por Pérotin, a ideia da teoria das três idades era propor uma gestão efetiva em cada fase. Assim, o autor supracitado explica que para cada etapa alguns critérios devem ser levados em consideração, visto que cada idade deve possuir suas especificidades.

A primeira idade não apresenta grandes problemas teóricos. A única exigência é que os *bureaus* mantenham bons documentos e produzam dossiês que não sejam arquivados com papéis inúteis. [...] A segunda idade, deve-se dizer, é definitivamente mais difícil. Nós temos visto que a administração, nesta fase, muitas vezes tem uma tendência em não reconhecer a sua prole. Ela os expulsa prematuramente de seus lares ou casas e os coloca em porões sob condições deploráveis. Os serviços de arquivo, por seu lado, hesitam em aceitar os documentos nesta fase, que — devidamente classificados — poderiam estar sob o uso dos *bureaus*, já que ainda não podem ser disponibilizados ao público, não estão bem acondicionados e que são, portanto, muito complicados. A terceira idade fica totalmente a cargo dos serviços de arquivo. Os administradores, porém, não são completamente estranhos a ele: eles têm colaborado na eliminação preliminar, impondo quais são seus documentos que demandam conservação e expondo seus pontos de vista com autoridade sobre o valor dos documentos. Por outro lado, eles permanecem sempre como os clientes privilegiados dos arquivos, assim garantindo excelência na documentação retrospectiva (Pérotin, 1966, p. 368–369, tradução nossa).

Corroborando com abordagem de Pérotin, Mendo Carmona (2004) assegura que o objetivo da formulação da teoria das três idades é garantir que os documentos

recebam o tratamento adequado em cada uma das fases. Assim, para a autora, a teoria apresenta as seguintes implicações arquivísticas: 1) garantir a continuidade das intervenções do profissional sobre os documentos e permitir diferentes ações diante dos valores de cada fase; 2) criar sistemas de arquivo dentro de cada administração e permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas, transferência e eliminação em uma política integral de arquivos.

Apesar dos benefícios pragmáticos para a aplicação do ciclo vital, Silva *et. al* (1999) chama a atenção para a desagregação dos arquivos, visto que a teoria das três idades, a priori, foi compreendida por muitos, de forma simplista no que se refere a aplicação metodológica. Além disso, o estabelecimento de espaços físicos independentes e de etapas distintas de tratamento em um cenário de cisões profissionais acabou reafirmando em alguns países essa necessidade.

A chamada “teoria das três idades”, encarada de uma forma simplista, passou a acarretar um risco, que foi o de confundir um mero “estratagema” operativo com um princípio que consagra a separação efectiva do que não é estruturalmente divisível. A existência de serviços complementares e de depósitos múltiplos torna-se compreensível face à dificuldade em reunir num só espaço físico toda documentação arquivada por uma mesma entidade produtora. Contudo, a separação intelectual dos arquivos não pode ser justificada por esta separação material. Ao ser elevada ao estatuto de “teoria”, a invocação das várias idades arquivísticas pode induzir que se está a falar não apenas de fases etárias de uma mesma entidade, mas sim de entidades distintas, cuja distância temporal lhes confere conteúdos diversos e determinam metodologias próprias. Daí decorre que o objecto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas. (Silva *et. al*, 1999, p. 155)

A teoria das três idades ganhou grande notoriedade no cenário arquivístico, “[...] não é exagerado afirmar que, geralmente, onde os arquivos recebem um mínimo de atenção, isso é feito com base nas três idades”. (Rousseau; Couture, 1998, p. 126-127). Para tanto, cada realidade arquivística fez uso dessa abordagem de acordo com a sua compreensão teórica e pragmática, resultando assim, em cenários distintos de aplicação.

Buscando o caminho da unificação entre as duas vertentes mais fortes do discurso arquivístico na época, arquivistas canadenses buscaram combinar as práticas americana/anglo-saxónica com a concepção francesa/europeia, ou seja, integrando as diferentes concepções em uma única teoria. A ideia era mostrar que é possível conceber os documentos em fases distintas sem ignorar a integridade do conjunto. Assim, o caminho encontrado foi conceber “[...] os arquivos como um sistema de informação específico e coerente”. (Silva *et. al*, 1999, p. 155). Essa visão

sistêmica do fluxo documental é apresentada ao mundo na revista *Archives*⁵⁰, em 1980, através do artigo *L'Interdépendance des archives et de la gestion des documents* de autoria de Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau⁵¹.

Vale salientar, todavia, que devido às fortes influências no território canadense, pela cultura Francesa, britânica e norte americana, o país apresentava profícuas discussões em torno de reformulações e reinterpretação dos princípios e métodos arquivísticos que vinham sendo desenvolvidos a partir da década de 50. Corroborando com essa assertiva, Natália Tognoli e José Guimarães (2011, p. 24) afirmam que no que tange “às perspectivas de organização do conhecimento arquivístico, três abordagens distintas emergiram em solo canadense no final da década de 1980: a Arquivística Integrada, a Arquivística Pós-Moderna e a Diplomática Arquivística”.

A abordagem da Arquivística Integrada surge no Canadá Francês, mas especificamente em Québec, devido às dificuldades em desenvolver a teoria das três idades, tal como era compreendida naquele momento. Desta forma, Carol Couture e Jean Yves Rousseau, buscando apresentar uma perspectiva integrada e adequada as necessidades contemporâneas, foca seus estudos na gestão da informação orgânica, e, portanto, propõem a teoria das três idades numa perspectiva sistêmica. Além disso, promove importantes reflexões da gestão documental no âmbito da administração corrente, por ser a fase da produção, e, portanto, o início de todo o processo.

O facto de a importância da gestão documental ser realçada no âmbito da administração corrente constitui um facto decisivo para facilitar toda a cadeia de operações de organização, triagem e descrição dos documentos, seja qual for a sua idade. Além disso, a concepção sistêmica de arquivo choca com a dita “teoria das três idades”, na medida em que esta apresenta uma perspectiva descontínua, quer da segregação unívoca e ininterrupta do arquivo por parte da entidade produtora, quer da harmonia que existe nas relações internas ou de conteúdo. (Silva *et. al*, 1999, p. 155-156).

Apesar da divergência apresentada pelo autor supracitado acima entre a perspectiva sistêmica e a teoria das três idades, Couture e Rousseau (1998) reinterpreta a teoria de modo a garantir três objetivos centrais: 1) garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista permitindo a aplicação do princípio das

⁵⁰ DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves. *L'Interdépendance des archives et de la gestion des documents: une approche Globale de l'archivistique*. **Archives**: Québec, v. 12, n. 1, p.5-28, 1980.

⁵¹ Jacques Ducharme e Jean-Yves Rousseau são os principais representantes da Arquivística Integrada. Os autores, publicaram várias obras para melhor problematizar as ideias dessa integração, destaca-se nesse cenário, as obras *Les archives aux XX siècle: Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche* (1982) e *Les fondements de la discipline Archivistique* (1994).

três idades e do estabelecimento dos valores primário e secundário; 2) Possibilitar a articulação das atividades arquivísticas em uma política abrangente de organização de arquivos; 3) Integrar os valores primário e o secundário numa definição ampla de arquivo.

A partir da abordagem integrada, Couture e Rousseau (1998) afirmam que a Arquivística se apresentará como uma disciplina mais forte e coesa diante das constantes mudanças impostas pela administração e pela inserção das novas tecnologias. Portanto, em resumo, a “nova Arquivística” propõem integrar todas as fases do ciclo vital, rejeita a separação entre *records* e *archives* e defende a classificação em qualquer etapa da “vida” dos documentos. Assim, visando atender a essas premissas a abordagem integrada traz a relevância dos arquivos no âmbito administrativo, científico e cultural.

Cabe destacar ainda que a Arquivística Integrada defende a gestão da informação orgânica, pelo seu papel determinante na tomada de decisão nas organizações e pelo seu potencial científico e cultural. Nesse sentido, percebe-se que a área vai se encaminhando para o entendimento do potencial informacional dos arquivos, sem perder, contudo, os fundamentos básicos da disciplina.

É participando na resolução dos problemas ligados à gestão da informação nos organismos que a arquivística encontra sua nova vocação. Para corresponder de forma adequada ao desafio, a arquivística tem de definir-se em função de uma abordagem integrada e fazer escolhas estratégicas quanto à sua organização interna, às suas alianças e à sua renovação (formação e investigação). Dependerá destas escolhas estratégicas que a arquivística caminhe para um êxito ou para um fracasso. (Rousseau; Couture, 1998, p. 69).

É nesse contexto que Schmidt (2012), Tognoli e Guimarães (2011) afirmam que a Arquivologia começa a se aproximar da Ciência da Informação (CI), por encontrar nela, aporte científico para o seu desenvolvimento, principalmente no que se refere a gestão da informação. Nesse período, a CI estava em ampla ascensão e se configurava como uma área interessada na informação e seu potencial de gerar conhecimento. Portanto, a Arquivologia foi se aproximando, timidamente, visando somar esforços na compreensão desse novo objeto. Todavia, essa parceria é motivo de muitas contestações e divergências entre arquivistas e pesquisadores mais tradicionais da área.

A proposta da Arquivística integrada trouxe novos fundamentos para pensar a área em uma perspectiva mais ampla, principalmente, ao demonstrar a possibilidade

de unir as correntes de pensamento que se constituíam na época. Assim, essa “nova Arquivologia” começa a se espalhar pelo mundo, influenciando, inclusive a realidade brasileira. Corroborando com essa assertiva, Tognoli e Guimarães (2011) afirmam que a prática arquivística no Brasil encontra um espaço de interlocução na Arquivística Integrada, “uma vez que desde a década de 1970, trabalha com o ciclo vital dos documentos como parte de uma única área, relacionando-se com a CI, à medida que estabelece com ela um diálogo a partir do binômio documento/informação registrado”. (Tognoli; Guimarães, p. 2011, 29).

Concomitantemente ao desenvolvimento da vertente integrada em Québec, no Canadá Inglês, arquivistas e pesquisadores também começaram a desenvolver novas abordagens, visto que os métodos estabelecidos no século XIX e início do século XX, não atendiam mais a realidade contemporânea. Para autores como Taylor (1987) e Cook (1994) o objeto da Arquivística deve perpassar o suporte documental e recair na informação em seu sentido mais amplo, ou seja, no papel exercido por esses registros na formação da memória humana e organizacional. É nesse sentido, que se desenvolve a concepção da “Arquivística Pós-Moderna”. Vale salientar, contudo, que a nomenclatura pós-moderna é usada por Terry Cook para conceber a mudança paradigmática da prática arquivística.

Para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o seu papel na formação ativa da memória coletiva (ou social). Dito de outra maneira, o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, dos arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto; do resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para a conscientemente construída e ativamente mediada “arquivização” da memória social. (Cook, 2012a, p. 125)⁵².

Apesar de usar o “pós-moderno” para designar essa vertente, o Terry Cook é conhecido como pai da perspectiva crítica da Arquivologia, uma vez que ao invés de estabelecer “novos paradigmas”, o autor focou esforços na tentativa de “superar as visões positivistas calcadas em pressupostos de neutralidade e passividade” existentes na teoria e prática profissional. (Araújo, 2014, p. 46).

Em suma, de acordo com reflexão trazida por Terry Cook, os arquivistas deveriam superar os roteiros pré-estabelecidos na sua prática profissional e conceber os documentos para além do seu conteúdo. O autor supracitado, defendia que o

⁵² Publicação original em: COOK, T. Archival science and postmodernism: New formulations for old concepts. **Archival Science**: International Journal on Recorded Information, v.1, n.1, p.3-24, 2001.

documento é instrumento de poder, nesse sentido, “o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo”. (Cook, 2012a, p. 128). Portanto, ao selecionar documentos para a eliminação sem estabelecer um pensamento crítico, os arquivistas estão reforçando o que as estruturas de poder vigente determinam como a nossa memória coletiva e, conseqüentemente, como conhecemos a nós mesmos.

Diante dessas premissas, Terry Cook defende a reformulação do conceito de avaliação, para o autor, os documentos precisam ser selecionados com base no contexto de produção do documento, e não apenas no conteúdo. Ademais, Cook ressalta que os documentos devem representar todos os grupos sociais, e não apenas as estruturas de poder vigente, visto que os documentos devem refletir a complexidade e dinamicidade da sociedade para que possamos ter referentes amplos para a resignificação da memória social. Corroborando com essa perspectiva, Eastwood (apud Cook, 2012a, p. 126) assegura: “é necessário entender o meio político, econômico, social e cultural de qualquer sociedade para entender seus arquivos”.

Portanto, a concepção da avaliação estabelecida por Cook é chamada de macroavaliação, por utilizar elementos subjetivos no ato da seleção, assim, temos:

A macroavaliação é o jeito canadense de fazer avaliação. Em resumo, a macroavaliação avalia o valor social tanto do contexto funcional-estrutural quanto da cultura do local de trabalho no qual os documentos são criados e utilizados por seus criadores, e a inter-relação dos cidadãos, grupos, organizações com esse contexto funcional-estrutural. (Cook, 2005, p. 101, tradução nossa.)

A partir dessa vertente, Cook (2012a) propõem uma “redescoberta” da proveniência, para o autor, é preciso sair da concepção reducionista da análise do conteúdo em si (valor informativo proposto por Schellenberg) e executar uma seleção baseada no contexto do registro. Assim, a seleção documental irá refletir suas interações, funções, atividades e cultura.

A proposta apresentada pelos arquivistas canadenses, especialmente por Terry Cook, foi de grande pertinência para a área, visto a necessidade de repensar as práticas arquivísticas. Como visto até então, as metodologias foram sendo desenvolvidas para atender as necessidades de organização e custódia, todavia, ao focar nos aspectos tecnicista, a noção de memória e a função social dos arquivos acabam ocorrendo de forma naturalizada, ou seja, sem uma reflexão holística acerca

do potencial informacional dos acervos para a sociedade. No artigo intitulado *Avaliação de documentos no Brasil, Portugal e Espanha: estudo das metodologias utilizadas*, Cintia Chagas (2018) aponta a ausência da macroavaliação nesses países e a predominância pela perspectiva defendida por Schellenberg, inclusive, nos dispositivos legais que normatiza as práticas arquivísticas. Esse cenário é uma realidade em vários países do mundo, a vertente schellenbergiana ainda é muito forte, mesmo com o advento tecnológico e a complexidade social advinda no século XXI.

Ainda no Canadá da década de 80, surge a chamada Diplomática Arquivística, estudos que visam superar a visão clássica da análise diplomática calcada na paleografia e na espécie documental. Influenciados pela Arquivística Pós-Moderna, os autores defendem que o documento deve ser analisado a partir do seu contexto de produção e criação. Conforme explica Tognoli e Guimarães (2011, p. 32), com o surgimento dos novos formatos/suportes e o aumento da burocracia documental, fez-se “necessário a apropriação do método analítico-comparativo da Diplomática para que os arquivistas possam compreender o processo de produção dos registros em meio eletrônico e tradicional”.

Com essa abordagem, a diplomática amplia o seu foco em direção da gênese documental e de sua contextualização diante da entidade geradora e/ou acumuladora, possibilitando ao arquivista, reconstruir todo o contexto de produção, a partir de uma peça documental. Vale destacar, contudo, que apesar de ganhar folego no Canadá com Luciana Duranti⁵³, as bases conceituais da Diplomática contemporânea foram desenvolvidas na Itália, a partir dos estudos de Paola Carucci. Aos poucos, autores como Francis Blouin, Hugh Taylor, Tom Nesmith, Bruno Delmas e Heloisa Bellotto foram ampliando as discussões e aplicando essa nova metodologia em seus países.

A verdade é que o final do século XX foi marcada por profícuas discussões em torno das metodologias arquivísticas diante do aumento das Tecnologias da Informação e Comunicação. Pesquisadores e arquivistas em todo mundo lançaram pesquisas e novas abordagens para solucionar os novos problemas que emergiam diante dos arquivos digitais. A grande questão é que nem os antigos problemas haviam sido resolvidos, a falta de uma uniformidade discursiva e das práticas

⁵³ Luciana Duranti publicou no começo da década de 90, a obra *Diplomatics: new uses for an old Science* no qual analisa a aplicação dos métodos tradicionais da diplomática para os documentos contemporâneos e propõem uma nova maneira de trata-los. Para maiores informações: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11567>>. Acesso em 07 out. 2020.

arquivísticas ainda resultavam em divergências no saber e fazer profissional. Deste modo, a Arquivologia vai se moldando às necessidades contemporâneas, em um discurso de superação paradigmática, quando na verdade, ignora velhos problemas “epistemológicos” que vão se somando em diferentes realidades arquivísticas.

Na Austrália, em 1996, Frank Upward desenvolve a teoria do *Records Continuum* a partir da dificuldade de implementar a gestão de documentos em arquivos digitais⁵⁴. Para o pesquisador, é inviável garantir a integridade e contextualização dos documentos digitais, uma vez que muitos são gerados simultaneamente e, às vezes, por diversos produtores em contextos contínuos. Diante desse cenário, Jay Atherton (1985, p. 47, tradução nossa) explica que “o impacto do computador no ciclo vital tem sido impressionante, pois com os dados digitais os estágios do ciclo vital não podem ser separados. A natureza e a volatilidade dos dados registrados não o permitirão”.

Assim, Upward (1996), baseado pelas ideias de Atherton (1985), defende que a gestão de documentos deve ser aplicada de modo contínuo, cabendo ao profissional atuar em todas as fases, inclusive no momento da criação. Com isso, o autor supracitado evidencia uma ruptura da dicotomia *records* e *archives*, estabelecidas pelos norte-americanos – e seguida na Austrália até então –, visto que ambos os profissionais devem compartilhar as responsabilidades na aplicação da gestão.

O modelo de *continuum* apresentado por Upward é constituído por eixos, coordenadas e dimensões que representam as atividades de modo contínuo, ou seja, os eixos, apresentam coordenadas que se relacionam por meio de dimensões em um construto espaço-temporal. Segundo Caroline Williams (2006) os eixos representam os elementos gerais para demonstrar o fluxo contínuo e as responsabilidades: quem [identidade] fez o que [transacional], quais evidências existem sobre isso [evidência] e como isso pode ser recuperado [Recordkeeping]. Esses elementos ocorrem em quatro dimensões ou camadas que representam ações: 1) Criar; 2) Capturar; 3) Organizar; 4) Pluralizar⁵⁵.

⁵⁴ As discussões em torno do *Continuum* já vinham sendo desenvolvidas, contudo, foi na década de 90, na Austrália, que o *Records Continuum Model* ganhou novas dimensões. O efetivo nascimento dessa vertente, no ponto de vista teórico, ocorre com a publicação do artigo *From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship* do arquivista canadense Jay Atherton no periódico *Archivaria* em 1985 (reeditado com alterações em 1987), o artigo ajudou a problematizar a teoria das três idades como um modelo estagnado e antiquado às mudanças tecnológicas e sociais.

⁵⁵ Pluralizar está relacionado aos sistemas de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva. Ou seja, refere-se à disponibilização como evidência da memória coletiva.

Para esclarecer esse processo Gilliland, Mckemmish e Lau (2019, p. 131) corroboram:

Nas estruturas integradas de guarda e arquivamento de registros do continuum, a avaliação “se torna um processo recursivo multifacetado que começa com a definição do que deve ser criado (dimensão 1), o que deve ser captado e gerenciado como registro (dimensão 2), o que deve ser gerenciado como uma parte da memória individual ou organizacional (dimensão 3) e o que deveria ser pluralizado além da memória organizacional ou individual (dimensão 4).

Através dessa concepção, Upward demonstra que a teoria do *continuum* percebe a manutenção dos documentos como multidimensional e com ações contínuas/simultâneas. Contudo, vale salientar que na concepção de *continuum* os documentos são considerados no seu sentido mais amplo, ou seja, englobando registros orais, escritos, suportes digitais, imagens e demais artefatos que sejam capazes de fornecer traços da atividade social e organizacional, dando ênfase, portanto, ao conteúdo informacional e não ao suporte no qual o documento se apresenta. Diante desta perspectiva, os arquivos podem ser “[...] caracterizados como formas de testemunhar e construir memórias, tendo um papel crítico na governança, responsabilidade, identidade, memória individual e coletiva, justiça social e herança cultural. (Gilliland; Mckemmish; Lau 2019, p. 125).

Outro ponto que carece de destaque na obra de Upward (1996) é a problematização da ideia de custódia. Para o autor, o profissional não pode ser um mero custodiador de documentos, ele deve participar de todo o processo de gestão, inclusive, contribuindo no momento da produção com o estabelecimento de diretrizes e critérios preestabelecidos. Contudo, vale enfatizar que a premissa maior para a superação da abordagem custodial é que no ambiente digital as instituições arquivísticas não podem ter a custódia física dos documentos, dificultando a destinação dos mesmos e a efetividade do ciclo vital. Portanto, segundo Bantin (1998, p. 22) seria necessário “[...] desenvolver novas metodologias e técnicas para gerenciar os documentos em um ambiente de custódia distribuída”.

A abordagem distribuída proposta por Upward (1996) enfatiza os ambientes distribuídos dos documentos, justamente pela impossibilidade do gerenciamento linear dos acervos digitais, contudo o autor destaca que a sua vertente não substituirá a abordagem custodial, ou seja, não pretende causar uma ruptura com as práticas tradicionais, no que segue:

Em resumo, as abordagens pós-custódia não precisam significar uma ruptura com o passado, apesar de sua falta de ênfase na guarda física. [...] Abordagens pós-custódia envolvem uma nova maneira de pensar sobre arquivos e gestão de documentos e, como tal, fornecem uma nova análise, novas formas para considerarmos, diferentes associações de ideias e um paradigma que é sentido intuitivamente. [...] as abordagens pós-custódia envolvem um trabalho através do entendimento de custódia contínua e sobre as responsabilidades e autoridades envolvidas. Elas se constituem de novas orientações para as questões arquivísticas, diferentes formas de aplicar nossas habilidades e conhecimentos e em novas direções profissionais. Embora tenham surgido antes das considerações sobre a gestão de documentos digitais, isso não precisa resultar em uma divisão da profissão, a não ser que permitamos o desenvolvimento de um novo dualismo. (Upward, 1996, p. 274, tradução nossa)

O uso do prefixo “pós” no termo custodial foi inspirado pelas ideias de John Lyotard no que tange ao pós-modernismo e ao que o termo significava diante do contexto vivenciado de transformações político-econômico-social. A utilização desse prefixo não pretendia lançar uma ruptura paradigmática, conforme afirmou Upward (1996), e sim, uma abordagem diferente ao que já vinha sendo desenvolvido. Portanto, seria um meio para apresentar novas estratégias metodológica e práticas arquivísticas para além da concepção de custódia.

Para fundamentar a sua proposta de *Records Continuum*, Upward fez uso da teoria da estruturação do sociólogo inglês Anthony Giddens, visto a relevância de sua explanação acerca da complexidade dos sistemas sociais e as implicações desse cenário. Para Upward (1996) a teoria da estruturação possibilita aos profissionais de arquivo problematizar como o trabalho está institucionalizado e as formas como o profissional defende a sua existência. Contudo, o delineamento inicial da sua abordagem, teve como influencia os trabalhos de Foucault e Derrida, demonstrando que as bases do *continuum* está assentada no pensamento filosófico, sociológico e historiográfico pós-moderno.

Diante dessas bases teórica, Upward apresenta o documento como uma entidade lógica, que independe do suporte ou formato. Nesse sentido, os seus metadados estão em um movimento contínuo de transformação dos seus significados. Em suma, os documentos arquivísticos são entendidos como evidencia de transações contextualizadas e dinâmicas, por isso, no momento da avaliação o foco deve ser transferido do registro em si para o contexto de criação desses registros. A maior vantagem da abordagem do *continuum* é a possibilidade de perpassar a ideia de linearidade do ciclo vital, compreendendo que os documentos devem ser

vislumbrados em uma perspectiva mais ampla, onde há uma relação contínua entre passado, presente e futuro.

Por fim, cabe destacar que a concepção de *records continuum* acabou englobando as discussões que estavam ocorrendo em vários países devido a necessidade de repensar a prática arquivística na era dos arquivos digitais, destacando, sobretudo, as influências canadenses e americanas de autores como Terry Cook, Jay Atherton, Luciana Duranti, David Bearman, Margaret Hedstrom, entre outros.

Nos anos seguintes, as discussões teóricas no campo arquivístico foram se desenvolvendo no sentido de encontrar metodologias efetivas para a gestão dos arquivos digitais, criando-se, portanto, reflexões acerca de sistemas, plataformas e repositórios para facilitar a gestão, custódia, preservação e disseminação. Além disso, os estudos em diplomática ganharam novas dimensões diante da necessidade de atestar integridade, autenticidade e confiabilidade aos documentos digitais.

Na emergência do fazer, muitos profissionais focaram seus esforços na vertente empírica, retardando o amadurecimento de vários aspectos teóricos que já vinham sendo problematizado⁵⁶. Diante desse contexto, muitos países que já utilizavam a metodologia do ciclo vital, continuaram defendendo a sua utilização, mesmo com as limitações impostas à gestão dos arquivos digitais. Assim, as discussões vão se delineando pela necessidade de adequar as antigas metodologias/premissas ao atual cenário arquivístico.

A influência das tradições norte-americana e europeia ainda é muito forte em todo o mundo, no que tange aos fundamentos da disciplina, ou seja, mesmo apresentando diferenças fundamentais em sua estrutura, ainda são reconhecidamente, a base do conhecimento arquivístico. Interessante destacar que apesar dessas influências, o desenvolvimento da Arquivologia norte-americana e Europeia se deu por motivações distintas, devido as diferenças político-econômica-social na institucionalização dos espaços de custódia e no interesse por sua manutenção.

Na obra *Uma trajetória da Arquivística a partir da análise do discurso*, o professor e arquivista Thiago Barros (2015) pontua que a formação dos países Europeus, as revoluções sociais e o seu percurso histórico acabaram por emergir a

⁵⁶ Alguns pesquisadores se apoiaram na Ciência da Informação, por considerar que a Arquivologia não tinha respostas suficientes para essa nova realidade.

vertente dos arquivos numa visão de história, identidade e memória bem diferente da concepção norte americana. A institucionalização dos arquivos nos Estados Unidos, bem como o interesse por sua organização, se deu basicamente no século XX com o objetivo de diminuir a massa documental acumulada devido a necessidade de economia e eficácia. Portanto, nunca houve no fazer arquivístico norte-americano a responsabilidade efetiva pela memória, o cerne sempre esteve no potencial informacional dos documentos para auxiliar a administração, com eficiência e baixo custo. Corroborando com essa perspectiva Barros (2015) afirma que avaliação se tornou para os norte-americanos a atividade fundamental e crítica geral da Arquivística.

Portanto, a partir dos discursos apresentados nesse capítulo, o conhecimento arquivístico foi se desenvolvendo em cada país para atender as necessidades locais, mas assentada em uma base 'universalmente conhecida'. Em consonância, Jardim (2015) afirma que diante da pluralidade de concepções práticas e teóricas que emergiram no mundo, principalmente no século XX, surge na literatura expressões como "arquivologia francesa", "arquivologia canadense", "arquivologia brasileira" dentre outros, para evidenciar o fracionamento do campo. Com o aumento da circulação das informações devido a popularização da tecnologia, algumas tradições começam a ser conhecidas em países distantes, mas não necessariamente utilizadas, uma vez que a pratica arquivística ainda está fortemente ligada ao Estado, seja por meio de legislações instituídas, da gerencia do Arquivo Nacional ou pela formação acadêmica ainda centrada em instituições públicas⁵⁷.

3.1 DISCURSOS EM TORNO CIENTIFICIDADE DA ARQUIVOLOGIA: entre o saber e o fazer

O relato acerca do processo histórico da Arquivologia demonstrou que a área foi se delineando a partir das práticas sociais, contudo, a diversidade de correntes teóricas, perspectivas e tradições acabaram por emergir na discussão acerca da cientificidade do campo. Nesse sentido, visando compreender os aspectos que permeiam essa reflexão, bem como os discursos em torno da pretensa cientificidade,

⁵⁷ Essa última, especialmente no Brasil.

iniciamos essa seção buscando compreender o conceito de ciência, para em seguida, vislumbrarmos como a Arquivologia está inserida na literatura da área diante dos diversos discursos e tradições. A partir dessa conjuntura, problematizaremos esse cenário com vistas a apontar caminhos de interlocução. A nossa intenção não é de apresentar respostas conclusivas quanto a cientificidade do campo, apenas promover uma contextualização necessária ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Definir ciência não é uma das atividades mais simples, visto que ao longo dos anos, o termo foi sendo ampliado e ganhando múltiplas dimensões. Nesse sentido, Pierre Bourdieu enfatiza que a própria definição de ciência se apresenta diante de um jogo de poder no qual as delimitações são construídas para atender interesses específicos de áreas que se julgam dominantes. Destarte o autor explica:

A definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem [...]. (Bourdieu, 1983, p. 128).

Essa perspectiva defendida por Bourdieu está assentada na reflexão de que a ciência se insere em um universo de formas e produções simbólicas, portanto, segundo o autor, “a ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de forma e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros”. (Bourdieu, 1983, p. 122). Assim, determinar o que é ‘ciência’ costuma ser um trabalho complexo, visto as diversas perspectivas apresentadas pelos autores da Filosofia da Ciência, mas sobretudo, pelas lutas de poder existentes no campo científico.

Nesta mesma linha de pensamento, Michel Foucault (2010) também problematiza o conhecimento científico a partir das estruturas de poder, para o autor, “o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Destarte, Foucault explica que o poder ganhar força a partir dos discursos, uma vez que esses enunciados são o conjunto de pensamentos oriundos das relações de poder. (Foucault, 2010, p. 30).

Nesse sentido, cabe destacar que os discursos além de imprimir a relação de poder, também é produto da sua época, portanto, Foucault (2013, p. 62) destaca a concepção de heterogeneidade para explicar que os discursos não são comuns, ao contrário, é um “espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”. Isto posto, é importante enfatizar que para o autor, a ciência não pode ser vislumbrada a partir de uma perspectiva linear, uma vez que os processos discursivos

ocorrem de maneiras distintas a partir de pluralidade social.

Na obra *Arqueologia do Saber*, Foucault explica que para compreendemos os discursos em torno da ciência, é preciso reconhecer os elementos que a legitimam. Trazendo esses pressupostos, o autor supracitado explica:

Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo não é revelar os pressupostos filosóficos que podem habitá-lo; não é retornar aos fundamentos que a tornaram possível e que a legitimam: é colocá-la novamente em questão como formação discursiva; é estudar não as contradições formais de suas proposições, mas o sistema de formação de seus objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas teóricas. É retomá-la como prática entre outras práticas (Foucault, 2013, p. 224).

Visando o estudo da ciência, a partir de um olhar crítico e reflexivo, Japiassu propõem a investigação epistemológica, na qual se interessa em compreender a base da construção do conhecimento científico. Nesse sentido, ele constrói a sua pesquisa, *a priori*, em torno da ponderação sobre o termo “saber”. O autor defende que “saber” tem mais força na atualidade do que a própria ciência, visto que:

É considerado saber, hoje em dia, todo um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais-ou-menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino. Neste sentido bastante lato, o conceito de "saber" poderá ser aplicado à aprendizagem de ordem prática (saber fazer, saber técnico...) e, ao mesmo tempo, às determinações de ordem propriamente intelectual e teórica. É nesse último sentido que tomamos o termo "saber". (Japiassu, 1979, p. 15).

Diante dessa assertiva, Japiassu (1979) explica que podemos nos servir do termo “saber” para designar várias disciplinas intelectuais, que não se configura como ciência, mas que apresenta elementos importantes para uma área. A partir desse cenário, o autor aponta o conceito de ciência como sendo: “o conjunto das aquisições intelectuais, de um lado, das matemáticas, do outro, das disciplinas de investigação do dado natural e empírico, fazendo ou não uso das matemáticas, mas tendendo mais ou menos à matematização”. (Japiassu, 1979, p. 15-16).

Apesar do conceito apreendido por Japiassu enfatizando a influência das ciências naturais, a sua obra apresenta relevantes ponderações acerca do estudo da ciência e sobre o processo de significação do conhecimento científico. Ademais, a reflexão em torno da investigação epistemológica no qual ele propõe, permite aos pesquisadores lançar um olhar crítico e reflexivo em torno do conhecimento cotidiano, especulativo, técnico e científico.

Ampliando o conceito de ciência, Sokal (2004) explica que a palavra “ciência” vem sendo comumente utilizada para pelo menos quatro significados distintos, nos

quais: 1) denota um esforço intelectual voltado para uma compreensão racional do mundo natural e social; 2) denota um corpus de conhecimento substantivo atualmente aceito; 3) denota a comunidade de cientistas, com seus costumes e sua estrutura social e econômica; 4) denota ciência e tecnologia aplicadas. Apesar de apresentar os diferentes significados ao termo, o autor afirma que para ele, ciência é em essência “uma cosmovisão que dá primazia à razão e à observação e uma metodologia que visa adquirir conhecimento preciso do mundo natural e social”. (Sokal, 2004, p. 3, tradução nossa).

Em consonância, Fourez (1995, p. 81) apresenta a sua definição, afirmando que a Ciência pode ser considerada como “uma tecnologia intelectual destinada a fornecer interpretações do mundo que correspondam a nossos projetos”. Complementando esse conceito, Rendón Rojas (2011) explica que a ciência deve possuir três componentes essenciais: o objeto de estudo, metodologia e aparato teórico. Dito isso, toda investigação científica deve possuir um núcleo central formado por conceitos e teorias que fornecem base para o desenvolvimento de pesquisas na área, possibilitando a permanência de uma tradição ou mudanças de teorias. (Rojas, 2011).

Thomas Kuhn (2011), por sua vez, conceitua ciência como um tipo de atividade que consiste em resolver problemas (como um quebra-cabeça) a partir da articulação do paradigma. Esse, estabelece o padrão de racionalidade comumente aceito por uma comunidade científica, sendo, portanto, o princípio fundante de uma ciência. Em outros termos, “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (Kuhn, 2011, p. 13). Assim, segundo o autor, o paradigma é o conjunto de premissas que garantem a realização de uma pesquisa científica, portanto, a aquisição de um paradigma é o primeiro passo para um campo se tornar científico.

Na obra *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn (2011) destaca a relevância da história da ciência para compreender o desenvolvimento de uma disciplina científica e vislumbrar o processo de sua revolução. Nesse sentido, o autor enfatiza que para uma área alcançar o *status* de ciência, é preciso atingir uma maturidade científica, onde o paradigma seja reconhecido e legitimado pela comunidade da área. “A aquisição de um paradigma [...] é um sinal de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar”. (Kuhn, 2011,

p. 31).

Entretanto, Kuhn explica que ao longo do tempo, a ciência vai ganhando novas dimensões e necessidades, gerando anomalias, e conseqüentemente, crises paradigmáticas. Segundo o autor, “quanto maiores forem a precisão e o alcance de um paradigma, tanto mais sensível este será como indicador de anomalias é, conseqüentemente de uma ocasião para a mudança de paradigma”. (Kuhn, 2011, p. 92). Portanto, para ele, há um processo natural de superação de paradigmas, através de crises, gerando a revolução científica, conforme pode ser visto no quadro 1.

Quadro 1- Esquema de evolução científica de Thomas Kuhn

fase pré-paradigmática → ciência normal → crise → revolução →
nova ciência normal → nova crise → nova revolução → ...

Fonte: Disponível em: <https://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-sintese.htm>

A perspectiva apresentada por Kuhn está baseada nos estudos da filosofia da ciência decorridos após a concepção positivista de Augusto Comte no século XIX. Contudo, a abordagem positiva ainda é muito presente na ciência, principalmente, quando se trata da rigidez metodológica e o discurso da ciência como único meio plausível para a construção do conhecimento. O fato é que definir ciência não é um dos trabalhos mais fáceis, visto a diversidade de correntes teóricas e autores que propõem esse debate desde a antiguidade clássica.

Dito isso, Araújo (2014) pontua que o modelo que inspirou as primeiras conformações científicas da Arquivologia, foi o positivismo. A partir deste modelo, a área começou a desenvolver manuais e um discurso pragmático privilegiando os procedimentos técnicos de intervenção, tais como inventários, descrição e ordenação. Esse movimento favoreceu a libertação da arquivística do *status* de disciplina auxiliar para tornar-se uma área autônoma, dotada de um conjunto próprio de técnicas. Esse cenário é evidenciado pela produção do Manual dos Arquivistas Holandeses, considerado por Duranti (1995), Thomassen (1999), Silva *et.al* (1999), Ribeiro (2002) Fonseca (2011), Schmidt (2012), dentre outros, o primeiro tratado científico da área.

Cabe destacar, contudo, que o Manual dos Holandeses não teve por objetivo a elevação do campo ao *status* científico, a sua publicação se deu por fatores meramente pragmáticos. Em consonância, Fonseca (2011) afirma que em nenhum

momento os autores mencionam a questão da Arquivologia, demonstrando assim, que nunca houve qualquer intenção de codificação de um campo de conhecimento. As normas estabelecidas deveriam direcionar as práticas de arranjo e descrição, entretanto, para os autores supracitados anteriormente, o texto acabou perpassando o seu foco, ao pontuar a definição de arquivo (objeto), princípios norteadores (objetivos) e metodologia de trabalho (método).

No artigo intitulado *The development of archival Science and its european dimension*, Thomassen (1999) traz os argumentos necessários para atestar a entrada da Arquivologia na era científica, baseado na concepção teórica de Kunh. Segundo o autor, o Manual dos Holandeses foi a revolução científica que proporcionou a institucionalização de um paradigma consensualmente aceito. Antes dessa publicação, Thomassen (1999, p. 1) afirma que cada aspecto da área “[...] era ambíguo, uma mistura de duas abordagens diferentes, a abordagem diplomática e a administrativa. Não foi possível chegar a um acordo geral sobre a aplicação”. Com o manual, traduzido e popularizado em vários países, a Arquivologia ganha um corpo teórico aceito e referenciado pela comunidade da área.

Nesse sentido, Theo Thomassen apresenta:

A arquivística clássica (isto é, a arquivística conforme foi codificada pelo Manual de Muller, Feith e Fruin de 1898) identifica como seu objeto o conjunto de documentos criados ou recebidos por uma administração ou um oficial; e identifica o item físico como a identidade fundamental. As interações entre as entidades fundamentais são consideradas orgânicas por natureza. Os objetivos são: controle físico e intelectual dos documentos, em parte na preparação de sua publicação. A metodologia consiste na aplicação do princípio da proveniência e do princípio da encomenda original. Por fim, a técnica pode ser caracterizada como a descrição formal de documentos físicos e sua disposição não de acordo com sua forma, mas de acordo com uma classificação natural, classificação que reflete a organização do criador dos documentos. (Thomassen, 1999, p. 1, tradução nossa).

Corroborando com essa perspectiva, Schmidt (2012) pontua que após o reconhecimento dos fundamentos da área, através da publicação do Manual dos Holandeses, tornou-se possível o desenvolvimento científico da Arquivologia.

Em dissonância, Ketelaar (2004, p. 2, tradução nossa) assegura que o Manual dos Holandeses não ofereceu uma teoria arquivística, e sim, “uma metodologia desenvolvida de acordo com uma abordagem fenomenológica justificada cientificamente”. O autor continua a sua explanação, afirmando que o próprio manual evidencia que o texto foi construído para ser uma doutrina arquivística, por isso, é escrita sob a orientação normativa. Doutrinas não possibilita críticas, não incentiva a

pesquisa, ela aponta aspectos do processo de trabalho do arquivista no que tange a codificação, normalização, disciplinamento e regulamentação da prática profissional. Assim, o autor conclui: “*a doctrine is not science*” (Ketelaar, 2004, p. 2).

Conforme fora dito, a doutrina evidencia uma ordem prática e aponta possibilidades para instrumentalizar o trabalho, contudo, o Manual dos Holandeses, acabou perpassando essa premissa, visto que além de trazer as cem normas, os autores se preocuparam em explicar cada item, fornecendo assim, reflexões fundamentais para a constituição do campo. Nesse sentido, Gilliland, Mckemmish e Lau (2019, p. 26) explicam que “o paradigma opera em múltiplos níveis conceituais, funcionais e profissionais, como uma estrutura para a teoria de arquivo, assim como a sua prática. Nessa estrutura, a teoria se desenvolve da prática e a prática de desenvolve da teoria”.

O fato é que após o manual dos Holandeses, as reflexões em torno da cientificidade da Arquivologia foram ganhando cada vez mais espaço na área. Enquanto alguns pesquisadores tentavam reafirmar, adaptar e reformular os conceitos, outros continuavam afirmando a impossibilidade de a Arquivologia ser uma ciência. O espanhol Borja de Aguinalgade, por exemplo, ainda na década de 80, afirma que a área não tinha aparatos suficientes para ser compreendida como uma ciência independente, visto a ausência de problemática, objeto e métodos próprios. Para ele, falta um corpo teórico sólido, visto que os estudos que surgem não apresentam uma fecundação expressiva a continuidade do *corpus científico*. Outrossim, a falta de uma unidade terminológica e as diferentes representações do fenômeno arquivístico inviabilizava a construção coletiva da ciência. (Borja De Aguinalgade, 1988).

A respeito da questão terminológica Heredia Herrera (1991, p. 165) explica: “*Uma ciencia o una disciplina necesita tener como vehículo de expresión un léxico común para conseguir un entendimiento correcto. Es preciso contar con términos claros, exactos, que respondan a conceptos universales em matéria de arquivos*”.⁵⁸

Diante dessas fragilidades, os pesquisadores da área buscaram aumentar a produção acadêmica, inclusive promovendo maior circulação de periódicos. Além disso, congressos, seminários e reuniões internacionais foram criadas para discutir o

⁵⁸ Uma ciência ou disciplina precisa ter um léxico comum como veículo de expressão para alcançar uma compreensão correta. É necessário ter termos claros, exatos, que respondam a conceitos universais no campo dos arquivos. (Tradução nossa)

status científico, e ainda, a questão da unidade terminologia. Um dos exemplos desses eventos foi o 9º Congresso Internacional de Arquivos, ocorrido em Londres, em 1980. Ainda durante essa década, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou o *Dictionary of archival terminology*, fornecendo assim, aparatos para o desenvolvimento de dicionários especializados em diversos países, inclusive no Brasil. A criação de uma unidade terminológica a nível internacional favoreceu o surgimento de mais pesquisadores adeptos a cientificidade da Arquivologia, uma vez que o campo estava caminhando para atender as possíveis lacunas.

Apesar da incerteza de muitos estudiosos quanto a cientificidade, Thomassen (1999) é categórico na sua defesa que a Arquivologia é uma ciência. Para o autor, os paradigmas da área estão evidentes ao longo da história de sua constituição e desenvolvimento. Entretanto, ele pondera que apenas na contemporaneidade, podemos afirmar que temos um paradigma global, consensualmente aceito, visto que antigamente os paradigmas estavam muito relacionados a experiências europeias e/ou americanas.

Apesar de Thomassen (1999) assegurar que a Arquivologia está efetivamente se tornando ciência, muitos pesquisadores asseguram que a área não passa de uma disciplina. Entretanto, é fundamental situarmos essas ponderações, visto que a palavra disciplina pode ter pelo menos três significados distintos: 1) disciplina como ramo do saber; 2) disciplina como componente curricular; 3) disciplina como conjunto de normas ou leis que regulam uma determinada atividade ou o comportamento de um determinado grupo. (Pombo, 2004).

Corroborando com os diferentes significados para o termo supracitado, autores como Heckhausen (1972) e Geertz (1996) afirmam que a **disciplina científica** e a **disciplina curricular** devem ser identificadas e problematizadas devido as suas particularidades conceituais. Assim, compreende-se, segundo os autores, que a primeira está relacionada com a ciência enquanto atividade de investigação, e a segunda, como atividade de ensino. Complementando a compreensão de disciplina científica, Jardim (2008, p. 33) afirma:

É uma atividade socialmente organizada, que pressupõe um discurso e uma prática que constitui um corpo de conhecimento envolvendo uma comunidade de especialistas dessa ciência. Supõe organizações científicas que reconhecem quem é ou não membro do corpo de cientistas, definem regras deontológicas e metodológicas. Uma disciplina científica pressupõe a existência de publicações especializadas, regras de qualidades para os trabalhos a serem publicados e apresentados nos congressos.

Ainda nesse contexto, Tonodi (2009) assegura que uma disciplina científica deve cumprir determinados requisitos para se tornar uma ciência, no que tange: 1) ter um objeto; 2) o objeto deve ser investigado para um propósito específico, tal como estabelecer leis universais; e por fim, 3) possuir método próprio. O autor supracitado afirma que a Arquivologia atende em partes esses requisitos, visto que falta definir melhor o método científico da área, contudo, ele afirma que a Arquivologia é uma disciplina científica em pleno desenvolvimento.

O fato é que autores como Thomassen (1999), Santos (2015), Fonseca (2005), Schmidt (2012), defendem a ideia da Arquivologia enquanto ciência. Para isso, caracterizam o desenvolvimento científico da área a partir de fases paradigmáticas, onde há crises e o surgimento de novos paradigmas diante das necessidades latentes. Nesse sentido temos:

Quadro 2 - Esquema de evolução científica da Arquivologia baseado em Kunh

<p>Fase pré-paradigmática → Arquivologia Clássica → crise → revolução → Arquivologia Moderna → nova crise → nova revolução → Arquivologia contemporânea → ...</p>

Fonte: Elaboração da pesquisadora baseado na periodização proposta por Schmidt (2012)

Todavia, apesar da defesa desses autores para explicar o desenvolvimento científico da Arquivologia, é inviável pensar nesse processo de forma linear, pois esses cenários coexistem e refletem condições específicas de cada pesquisador e de cada contexto social onde a Arquivologia está inserida. Nesse sentido, mais que buscar a validação de cientificidade a partir de pressupostos da ciência positiva, é fundamental compreendermos a complexidade desse campo, observar a historicidade e considerarmos as emergências discursivas do seu surgimento e legitimação.

Destarte, Foucault (2008) explica que um discurso não pode ser vislumbrado de maneira isolada, mas em suas relações com acontecimentos de ordem técnica, política, economia e social. Portanto, reduzir a discussão em torno da cientificidade da Arquivologia ao modelo paradigmático de Kunh, limita a compreensão da área a partir das experiências plurais de sua constituição e desenvolvimento, além disso, forja a ideia de uma Arquivologia singular, cronologicamente estabelecida e consensual.

Corroborando com essa perspectiva, Jardim (2016, p. 74) reafirma que as “disciplinas científicas não desenvolvem percursos lineares e são constituídas por dinâmicas históricas e sociais próprias”, nesse ínterim, a Arquivologia se apresenta multifacetada e carregada de características individuais. Portanto, para entender essa área, é preciso compreender que a Arquivologia não se desenvolve como um projeto universalizante, ao contrário, muito de suas características foi sendo moldada para atender as necessidades dos Estados nacionais. Assim sendo, os diversos discursos acerca dos saberes e fazeres estão intimamente relacionados a cada contexto. Isto posto, o autor supracitado assevera,

Dado que o conhecimento arquivístico não se desenvolve como um projeto universalizante, mas, sobretudo, como um conjunto de respostas ao Estado nacional emergente, não chega a ser surpreendente que, ao longo do tempo, tenham surgido expressões como “arquivologia francesa”, “arquivologia canadense”, arquivologia brasileira” etc. Esses atributos, reconhecidos por parte da comunidade arquivística à arquivologia produzida em distintos países, sugerem a ideia de que uma disciplina científica pode, em termos epistemológicos, ser classificada em decorrência de características nacionais. Evidentemente, as circunstâncias histórico-sociais de cada país resultaram em diferentes formas de institucionalização da Arquivologia desde o século XIX. “Tradições arquivísticas” nacionais foram forjadas sob tais circunstâncias. Porém, isso seria suficiente – em termos científicos – para uma arquivologia circunscrita a fronteiras nacionais? Seja como for, não é possível negar que certas matrizes do saber e fazer arquivísticos, associadas a contextos nacionais, tiveram e seguem tendo influência na Arquivologia. (Jardim, 2015, p. 20)

Corroborando com a perspectiva da Arquivologia plural e buscando compreender os aspectos que permeiam a teoria e prática do campo, Eric Ketelaar (2019) mapeia os paradigmas dessas várias “Arquivologias” a partir da concepção de “viradas” e “voltas” arquivísticas. Para o autor, as viradas e voltas estendem os limites tradicionais da área e possibilitam perceber uma disciplina dotada de complexidade (Ketelaar, 2019). Entretanto, apesar desses múltiplos cenários, esses movimentos de idas e vindas consolidou um certo consenso, a necessidade de compreender o arquivo a partir do contexto de criação.

Apesar de parecer um avanço pequeno, essa compreensão forneceu mecanismos fundamentais para situar a Arquivologia única dentro do contexto científico. Dito isto, Duranti e Michetti (2019) afirmam que a Arquivologia é uma ciência com uma metodologia própria de atuação, que encontrou nas relações interdisciplinares, um campo fértil para o seu desenvolvimento, sem por isso, perder sua identidade. Estabelecer os diálogos com outros campos mais consolidados não é

demérito, ao contrário, é uma oportunidade de vislumbrar possibilidades para a solidificação do seu núcleo.

[...] os arquivistas devem estudar conceitos, leis e modelos de vários campos para promover transferências úteis ao seu próprio campo, incentivar o desenvolvimento da teoria arquivística em áreas emergentes de esforços e pesquisa, eliminar a duplicação de esforços teóricos em diferentes campos, e promover a coerência do conhecimento científico. No entanto, para desenvolver o corpo de conhecimento arquivístico, quando os arquivistas trazem esses conceitos, leis e modelos estranhos ao sistema, devem torná-los consistentes com todas as suas partes, submetê-los a um processo de feedback e inseri-los na estrutura fundamental do sistema. Somente assim poderão manter a integridade e a continuidade da disciplina, ao mesmo tempo em que promovem seu enriquecimento e crescimento [...]. Em outras palavras, uma disciplina pode de fato ser um conjunto de princípios e métodos retirados de outras. O que é essencial para manter a integridade é que as entidades que vêm de fora sejam reunidas em um sistema coeso. Uma disciplina deve ter sua própria metodologia, mesmo que resulte de uma variedade de processos tomados e adaptados de outras disciplinas [...]. (Duranti; Michetti, 2019, p 72).

Conforme fora dito, essas relações foram fundamentais para o desenvolvimento da Arquivologia, uma vez que possibilitou o amadurecimento de vários elementos essenciais na compreensão da área. Todavia, ao mesmo tempo, limitou o desenvolvimento de pesquisas com foco no campo arquivístico. Jardim explica: “a ideia de pesquisa em Arquivologia era associada à ideia de investigação em fontes arquivísticas para a produção de conhecimento em outras disciplinas. Pensar a Arquivologia com um território científico, [...] é algo relativamente novo”. (Jardim, 2016, p. 73). Talvez por isso, ainda há uma linha tênue entre produção técnica centrada nos métodos arquivísticos do fazer e a produção epistemológica preocupada no desenvolvimento do saber, o que denota para muitos pesquisadores contrários a cientificidade da Arquivologia, uma disciplina que ainda é essencialmente tecnicista.

Contudo, Jardim (2016) chama a nossa atenção para a vinculação da Arquivologia como uma Ciência Social Aplicada, afirmando que o problema não está necessariamente nos assuntos pesquisados, mas na falta de uma metodologia própria. Assim, “pensar os métodos de pesquisa em Arquivologia torna-se algo imperativo, junto às escolhas teóricas, empíricas e metodológicas que norteiam nossos projetos de investigação, como, aliás, em qualquer campo científico”. (Jardim, 2016, p. 74).

Ainda refletindo acerca da pesquisa em Arquivologia, David Gracy (1994) explica que devem ser respeitadas cinco condições fundamentais para o seu desenvolvimento, nas quais: 1) Deve ir além das simples narrativas e aplicar uma

metodologia apropriada; 2) A pesquisa deve priorizar a natureza arquivística da informação; 3) Deve ser apoiado pela Ciência da Informação; 4) Deve ser internacional; 5) Buscar os fundos necessários para o financiamento das investigações.

Conforme pode ser visto na proposta de David Gracy, o autor defende a vinculação das pesquisas de Arquivologia com a Ciência da Informação, fato que ganhou grande aceitação em vários países do mundo. Todavia, especialmente no Brasil, Jardim (2016) afirma que as pesquisas arquivísticas estão avançando de modo muito tímido, em grande parte, pelo fato da maioria dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* estarem vinculados a Ciência da Informação, inserindo, portanto, os “pesquisadores num cenário acadêmico distinto do que seria um mestrado ou doutorado em Arquivologia”. (Jardim, 2016, p. 75). Esse posicionamento de Jardim, se dá devido a limitação de alguns programas de pós-graduação em estudar aspectos que envolvem a epistemologia da Arquivologia, por considerar que a área é eminentemente tecnicista e deve está submetida aos aportes teóricos da CI.

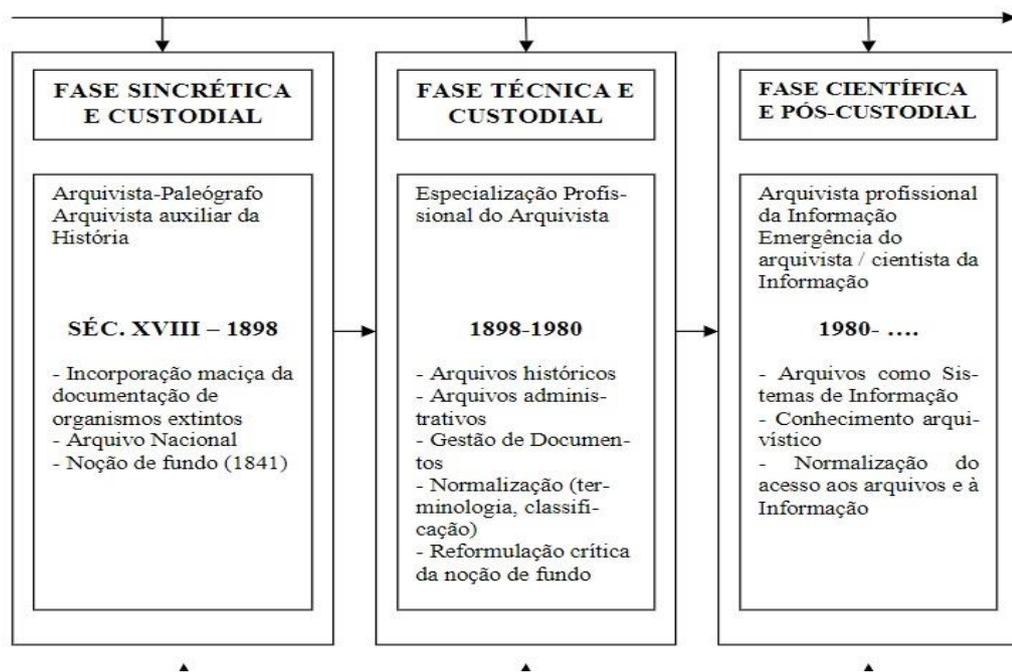
A portuguesa Fernanda Ribeiro, por exemplo, defende que a formação dos arquivistas deve estar alicerçada nos aspectos teóricos-metodológicos da CI, com base nos seguintes elementos:

- Combinar disciplinas nucleares da área da ciência da informação de caráter obrigatório, com disciplinas de áreas interdisciplinares (Ciências Sociais e Humanas, Informática e Computação, Administração e Gestão), que constituem complementariedade indispensável;
- Anular as separações artificiais entre pretensas especializações de “arquivos” e biblioteca/documentação”, por não haver justificação, do ponto de vista epistemológico;
- Fazer a síntese com a área dos Sistemas (tecnológicos) de informação, uma vez que, hoje, a tecnologia é absolutamente indissociável da informação (na gênese, uso e preservação). (Ribeiro, 2004, p. 10).

A defesa da autora, consiste em considerar que a revolução tecnológica e digital tornou inevitável a mudança de paradigma da Arquivologia, e conseqüentemente do objeto da área, portanto, acabou arrastando definitivamente a Arquivística para o campo da CI, já que ambas possuem o mesmo objeto de investigação: a Informação. Diante desse contexto, Ribeiro (2011, p. 69) define a Arquivística como sendo uma disciplina da Ciência da Informação, “[...] que estuda os arquivos, quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente”. Vale destacar, que por considerar a área uma disciplina, a autora classifica a história

da Arquivologia em três fases, de acordo com suas características teóricas e prática: 1) Fase sincrética e custodial; 2) Fase técnica e custodial; 3) Fase científica e pós-custodial. Para melhor compreensão, vejamos a imagem a seguir:

Imagem 1 – Fases da história dos arquivos



Fonte: Ribeiro (2011, p. 63)

Esse posicionamento vem ganhando muitos adeptos em países como Portugal e Brasil, o que reflete diretamente na produção acadêmica e conseqüentemente, nos discursos em torno da pretensa cientificidade. Contudo, não há uma unanimidade em nenhuma tradição arquivística, cada pesquisador apoia a sua investigação a partir de pressupostos distintos. Refletindo essa realidade, Terry Cook (2018, p. 67) comenta: “a Arquivologia é rica em colagem de camadas superpostas, de ideias contraditórias coexistentes ou até misturadas; de pensadores que apresentam diferenças mais de abordagem do que de ideias fundamentais”.

Isto posto, afirmar que a Arquivologia atende todos os pressupostos para ser denominada de ciência dependerá do entendimento que os pesquisadores e

profissionais possuem da área e ainda, da realidade teórica e prática de cada país. Entretanto, cabe enfatizar, que apesar da falta de unanimidade quanto ao *status* científico da Arquivologia, não se pode negar que a área vem caminhando cada vez mais para alcançar esse cenário. A fim de possibilitar argumentos que congregue com essa posição, vejamos a seguir os encontros e desencontros da Arquivologia e da Ciência da Informação, e como a busca pela autonomia científica da primeira, vem se desenvolvendo na contemporaneidade.

4 ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: encontros e desencontros

O documento é arquivístico, a informação é orgânica. Arquivologia e Ciência da Informação se encontram, mas mantêm clara separação nas especificidades de cada campo do conhecimento.
Marcia Vitoriano (2017)

A Ciência da Informação começa a apontar no mundo após as revoluções científicas e técnicas ocorridas após as grandes Guerra Mundial. A emergência pelo controle e acesso às informações e a necessidade de utilizar as tecnologias a favor do desenvolvimento e do progresso do Estado fez emergir uma ciência interdisciplinar calcada na realidade social. É certo que a Ciência da Informação apresenta antecedentes importantes para o seu surgimento no século XX, tal como os estudos de Paul Otlet e Henri de La Fontaine que ampliou a concepção de documentos e possibilitou a discussão sobre a democratização da informação, a partir da criação do método de classificação universal.

Para tanto, foi a explosão informacional decorrente do avanço científico e tecnológico demandado pela Segunda Guerra Mundial, a necessidade de dispor às informações aos usuários e o surgimento das novas tecnologias, sobretudo o computador, os responsáveis pelo desenvolvimento da Ciência da Informação no mundo (Pinheiro, 2002). Os primeiros estudos da Ciência da Informação ocupavam-se de perspectivas quantitativas, mapeamento de fluxos e métricas, contudo, ao longo dos anos, ela foi ganhando novos desdobramentos e ampliando o foco de interesse ancorada também em perspectivas cognitivas e sociais. No artigo intitulado “*Teorias*

e *tendências contemporâneas da CI*”, Araújo (2017) destaca que ainda hoje os paradigmas físicos, cognitivos e sociais coexistem no desenvolvimento de pesquisas da área, mesmo existindo tensões e contradições entre elas, uma vez que “algumas dessas teorias são construídas justamente na oposição a outras [...]”. (Araújo, 2017, p. 27).

O fato é que definir Ciência da Informação a partir dessas influências múltiplas e difusas não é uma tarefa simples. Para tanto, Capurro e Hjørland apresentam uma definição que contempla um pouco da complexidade dessa área. Para os autores, a Ciência da Informação

Se preocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas. Como uma disciplina, procura criar e estruturar um corpo de conhecimentos científico, tecnológico e de sistemas, relacionado à transferência de informação. Tem tantos componentes da Ciência pura (teórica) ao problematizar um assunto sem considerar a aplicação imediata, quanto da ciência aplicada (prática) ao desenvolver serviços e produtos. (Capurro; Hjørland, 2007, p. 186).

Para atender essas demandas, a Ciência da Informação estabelece diálogos com as mais variadas áreas do conhecimento, tendo sempre o olhar direcionado para o fenômeno informacional. É nesse contexto, que desde a sua origem, até a contemporaneidade, a interdisciplinaridade se configura como uma das principais características da CI. Para explicar essa interdisciplinaridade, Saracevic (1996) explica que os problemas decorridos dos grandes fluxos informacionais se tornaram interesse de diversas áreas do conhecimento, por isso, desde as primeiras discussões acerca da CI, estavam presentes engenheiros, bibliotecários, químicos, linguistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, entre outros. Contudo, apesar das inúmeras contribuições teóricas dessas áreas, o autor supracitado aponta que a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (incluindo a Inteligência Artificial) e a Comunicação foram os campos que forneceram os mecanismos necessários ao desenvolvimento da CI (Saracevic, 1996).

A partir deste contexto explicitado por Saracevic, é possível perceber que a Arquivologia não aparece enquanto campo de contribuição no surgimento da CI, mesmo apresentando os mesmos problemas decorrentes do aumento do fluxo informacional. A ausência da participação da Arquivologia nesse processo é evidente na literatura clássica da Ciência da Informação, contudo, é preciso lembrar que a Arquivologia passava por um período de “reinvenção”. Nos Estados Unidos, inclusive,

esse é o período que ocorre a separação profissional dos *records managers* e os *archivists*.

No artigo intitulado *Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível*, Araújo (2014) destaca que na sua gênese, a CI não tem a preocupação com a custódia, e sim, com a recuperação, circulação e disseminação da informação. "Depois, o foco não propriamente nos documentos (registro físico), mas em seu conteúdo objetivo ou, dito de outro modo, na informação contida nos documentos" (Araújo, 2014, p. 111), o que afastava cada vez mais a Arquivologia da CI, visto que nesse período, a ideia de custódia ainda estava muito imbricada na Arquivologia.

Corroborando com esse pensamento e apresentando uma visão radical acerca da Arquivologia, Le Coadic (1996)⁵⁹ afirma que

[A Arquivologia é uma] disciplina auxiliar da História, [que] preocupa-se com a preservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. **Os arquivos não passam de documentos conservados**, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos. (Le Coadic, 1996, p. 14, grifo nosso).

A posição de Le Coadic apresenta uma perspectiva arcaica da Arquivologia, pautada ainda em um modelo custodial, que dia a dia vai perdendo espaço nas discussões teóricas da contemporaneidade. Todavia, o interesse do autor nessa passagem é demonstrar que a Biblioteconomia apresentava elementos mais complexos para contribuir com a Ciência da Informação, apesar de sua vertente também empírica⁶⁰. Ainda segundo o autor, as áreas que apresentaram maior influência na consolidação da CI foram a Biblioteconomia, Museologia, Documentação⁶¹ e Jornalismo.

Realmente, a Arquivologia após as grandes guerras mundiais ainda estava buscando estabelecer as melhores estratégias para lidar com o aumento do fluxo informacional, compreendendo a produção e acumulação dos documentos de arquivos diante de tantas transformações. Certamente a aproximação com a CI podia contribuir nesse processo, porém, a necessidade de encontrar respostas rápidas aos

⁵⁹ O pesquisador é formado em engenharia, doutor em ciências pela Universidade de Paris, pesquisador no C.E.A. (Commissariat à l'Énergie Atomique) em Grenoble; apesar de sua formação europeia, trabalhou no Canadá e nos Estados Unidos durante alguns anos.

⁶⁰ Interpretação evidenciada a partir da argumentação do autor em sua obra "A Ciência da Informação" (1996).

⁶¹ Importante destacar que documentação não está vinculada ao campo da Arquivologia, está pautada na área desenvolvida por Paul Otlet e Henri de La Fontaine.

problemas práticos talvez tenha limitado a sua participação em alguns momentos. Além disso, o objeto da Arquivologia ainda estava muito centrado no suporte documental, cenário que foi sendo modificado com a Arquivologia Integrada (Rousseau e Couture) e a Arquivística Pós-Moderna (Terry Cook), ambas trazidas por pesquisadores Canadenses após a década de 80.

Rousseau e Couture (1998) evidenciavam a necessidade de buscar uma convergência entre as áreas de informação visto a possibilidade teórico metodológica que a CI poderia viabilizar. Nesse sentido, os autores apontavam o objeto da Arquivologia em direção a **Informação Orgânica**, ou seja, perpassando o suporte material. Na mesma direção, Jardim e Fonseca (1992, p. 40) assegurava que o ponto comum entre a CI e a Arquivologia está na informação registrada, todavia, essas áreas assinalam uma “débil interação” que “[...] pode ser compreendida pelo não reconhecimento de seus interesses comuns como também pelas suas diferenças”.

Diversos autores se debruçaram em torno do conceito de informação no âmbito da Arquivologia com o intuito de demonstrar as contribuições que a CI podia fornecer a esse campo, mas sobretudo, na intenção de viabilizar aspectos epistemológicos mais adequados a nova realidade que se apresentava nas instituições. Diante da virtualização dos registros documentais é preciso repensar o objeto da Arquivologia perpassando a questão material e evidenciando as relações orgânicas que as fundamentam. Vitoriano (2017, p. 60) assegura que ao apresentar a gestão da informação nos âmbitos dos arquivos [...] “fica claro como ela perpassa todas as atividades das organizações. Registrada ou não, fixada em suportes de várias origens, a informação possibilita à organização cumprir sua missão e seus objetivos sociais”.

As múltiplas possibilidades de suporte documental ou até mesmo a imaterialidade do registro preocupavam os arquivistas na garantia da autenticidade, fidedignidade, integridade e preservação da autoridade funcional, por isso, os autores da área sempre evidenciaram a importância de reafirmar que o objeto da Arquivologia não se resume a informação, mas sim, às informações arquivísticas/registradas/orgânicas. Os documentos de arquivo são caracterizados por registros advindos da produção e acumulação de pessoa física ou jurídica em decorrência de suas atividades, nesse sentido, os documentos são criados dentro de um processo de tomada de decisões e estão relacionados entre si.

Explicitando essas relações e trazendo outras reflexões relevantes, Delmas (1996) afirma:

A informação como processo administrativo, técnico ou de conhecimento está presente em todo o caminho do documento de arquivo. Produzido necessariamente para e por ação de uma determinada pessoa, esses documentos trazem informações, textos ou dados, que dizem respeito ou que garantam data e local específico, de acordo com certas modalidades, e com um objetivo preciso. A noção de que um documento institucional poderia incluir o conceito de informação orgânica, a qual é uma parte dele, mas do qual hoje se distingue inequivocamente. Isto porque não é o meio, mas sim a informação que corresponde às normas, estruturas, linguagens, procedimentos, validações necessárias e pertinentes para suas ações e anterior a qualquer reconstrução ou discurso histórico. É por essa razão, lembremo-nos que os historiadores sempre deram status privilegiado aos documentos de arquivo como fontes da verdade. Mas esta confiança, com base no documento, que é fusão do meio com a informação orgânica, é posta em dúvida pela instabilidade de um ou de outro. A noção de informação orgânica está implícita nas noções de arquivos e fundos. Agora, a noção deve ser considerada além de qualquer referência a um meio físico ou suporte. Parece evidente hoje que o objeto da diplomacia contemporânea é a informação orgânica e não o meio (Delmas, 1996, p. 440, tradução nossa).

A preservação do vínculo arquivístico a partir da ideia de informação orgânica foi essencial para a compreensão da Arquivologia diante do ambiente digital, ao mesmo tempo que possibilitou a sua aproximação com a Ciência da Informação. Essa convergência da Arquivologia e CI encontram novos pontos de equilíbrio a partir da ampliação da noção social, político e cultural da informação orgânica.

Os esforços de cientistas e profissionais da informação que investigam a pesquisa básica e aplicada na Arquivística e na CI são necessários na atual sociedade, complexa e pluralista, na qual os atores sociais buscam no patrimônio documental conteúdos informacionais que atendam de fato suas necessidades sociais e culturais de grupos e indivíduos, tais como: construção de identidades culturais; construção e preservação de memórias individuais e coletivas; e construção da cidadania. (Silva; Fujita; Dal' Evedove, 2009, p. 287-288).

A Ciência da Informação tem na sua vertente social pontos fundamentais para o desenvolvimento da Arquivologia, na qual destacamos nesse momento, os estudos acerca de patrimônio, memória, identidade e cidadania. Apesar de outras áreas também refletirem esses aspectos, é a CI que proporciona uma compreensão mais cabível a partir da realidade informacional. Diferentemente da contribuição da História que naturaliza a relação entre documento, informação e memória, a Ciência da Informação fornece à Arquivologia, a compreensão do seu objeto na sua dimensão material e funcional, e ainda, na sua dimensão social, político, cultural, imaterial e simbólica. Contudo, Barros e Amélia (2009) asseguram que essa contribuição é uma via de mão dupla, visto que os estudos com os documentos de arquivo fornecem mecanismos fundamentais para a compreensão dos fenômenos informacionais diante

desse novo modelo de sociedade⁶².

Esses pontos de encontro atuam como um solo fértil para os pesquisadores a partir da década de 90, que buscam demonstrar como a Arquivologia pode ser um campo interdisciplinar importante para os estudos da CI. Contudo, essa relação foi sendo desenvolvida de diferentes maneiras ao longo do mundo; enquanto alguns defendiam a vinculação e a contribuição mútua entre as áreas, outros defendiam que a CI fornece mecanismos de cientificidade para a Arquivologia, e, portanto, ela seria uma disciplina dentro do universo da CI.

A respeito desse momento, Armando Malheiro da Silva, *et. al.*, explica:

A Arquivística atravessa um período saudável de debates a respeito do seu próprio objeto. [...] Nesse contexto, não é de se admirar que coexistam opiniões divergentes sobre a própria disciplina, sintoma alias típico de qualquer momento de transição. Por um lado, há os que continuam a ver a Arquivística essencialmente confinada à problemática dos arquivos históricos, considerando o *records management* como uma área distinta; por outro, há os que, invocando a “era da informação”, se afastam dos princípios estruturantes da disciplina e vêem a Arquivística como um corpo de doutrinação empírica (ou um somatório de técnicas), cujo único objetivo é responder pragmaticamente às solicitações informativas da sociedade; finalmente, ainda, surgem os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso – é a defesa da Arquivística como Ciência da Informação. (Silva, *et. al.*, 2002, p. 156).

A possibilidade de fornecer aspectos epistemológicos mais estruturados à Arquivologia certamente a aproxima da CI, contudo, esses encontros precisam ser frutíferos para ambos os lados, evidenciando as especificidades e fortalecendo as identidades de cada campo. Ignorar essa demanda, acaba aumentando o abismo entre elas e fomentando uma rivalidade desnecessária que ocasiona na estagnação teórico-metodológica, visto o esforço por construir aportes para defender a sua negação, ao invés de colaborar com o desenvolvimento de uma *episteme* sólida para ambas.

Na obra *O Campo Científico*, Pierre Bourdieu (1983) explica a lógica das disputas científicas e a necessidade pelo o princípio da dominação. Para o autor, o funcionamento do campo científico produz e supõem formas específicas de interesse. Ao passo que a ciência está em um processo dinâmico de desenvolvimento, as disputas e hierarquização ficam evidentes em todo o transcurso histórico de sua constituição. No Brasil, os encontros e desencontros da Ciência da Informação e a

⁶² Refiro-me à Sociedade da Informação e do Conhecimento que é caracterizada após o advento tecnológico, ganhando notoriedade a partir da década de 90.

Arquivologia são facilmente acompanhadas pela produção acadêmica, contudo, é possível ainda, vislumbrarmos esse cenário a partir das diferentes classificações das áreas de conhecimento pelo CNPQ.

A Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) foi apresentada pela primeira vez em 1976 com a finalidade de organizar o universo da ciência e tecnologia no país. Desde a sua primeira versão, a Ciência da Informação está presente, entretanto, não como área do conhecimento, ela aparece como subárea da Comunicação, e tem como especialidades, os Sistemas de Informação, Biblioteconomia e Documentação. Em 1982, a Arquivologia começa a aparecer como área do conhecimento ao lado da Ciência da Informação, entretanto, esse cenário é modificado em 1984 e segue até os dias atuais. Vejamos no quadro a seguir, a sistematização dessas informações:

QUADRO 3 – Resumo da presença da CI e Arquivologia na TAC ao longo dos anos

TAC 1976	
Área	Comunicação
Subárea <i>Especialidade</i>	Ciências da Informação <i>Sistemas de Informação</i> <i>Biblioteconomia</i> <i>Documentação</i>
TAC 1982	
Grande Área	Ciências Humanas, Sociais e Artes
Área	Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia
Subárea <i>Especialidade</i>	Teoria da Informação <i>Teoria Geral da Informação</i> <i>Processos da Comunicação</i> <i>Teoria da Classificação</i> <i>Representação da Informação</i> <i>Métodos quantitativos</i> <i>Bibliometria</i>
Subárea <i>Especialidade</i>	Tratamento da Informação <i>Técnicas de recuperação da Informação</i> <i>Processos de disseminação da informação</i> <i>Organização de arquivos</i>
TAC 1984	
Grande Área	Ciências Sociais Aplicadas
Área	Ciências da Informação
Subárea <i>Especialidade</i>	Teoria da informação <i>Teoria Geral da Informação</i> <i>Processos da Comunicação</i> <i>Representação da Informação</i>

Subárea <i>Especialidade</i>	Biblioteconomia <i>Teoria da Classificação</i> <i>Métodos quantitativos</i> <i>Bibliometria</i> Técnicas de recuperação da Informação Processos de disseminação da Informação
Subárea <i>Especialidade</i>	Arquivologia <i>Organização de arquivos</i>

Fonte: CNPQ (1976; 1984; 1984)

Esta classificação político-institucional funciona para fins de fomento à pesquisa no Brasil, contudo, está longe de ser consensualmente aceita pela comunidade científica. Vale salientar que na época da aprovação, havia poucos cursos de graduação em Arquivologia no país, e, portanto, uma escassa produção acadêmica (pesquisa). Esse cenário foi explicitado nas recomendações do documento *Avaliação & Perspectiva* (1978) que entre outras coisas, evidencia a necessidade de formação de mestres e doutores em Arquivologia, e ainda, destaca a iminência pela desvinculação da imagem eminentemente técnica da área. Quanto esta última, o documento pondera:

O fato de a biblioteconomia e a Arquivologia estarem voltadas para a aplicação de técnicas não quer dizer que no seu âmbito não se realizem pesquisas ou se produzam novos conhecimentos, da mesma forma que a Ciência da Informação não é exclusivamente teórica e desvinculada de aplicações práticas. (CNPQ, 1978, p. 52).

Em 2005, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) formam uma comissão especial para propor uma nova TAC. Nessa proposta, a Arquivologia seria uma área independente da CI e teria como subáreas: Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Métodos Arquivísticos; e Arquivologia Especializada. Já na proposta para a Ciência da Informação, aparecem as seguintes subáreas: Fundamentos da Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Gestão da Informação; Disseminação e Uso da Informação; Política e Economia da Informação; e Tecnologias da Informação.

Na ocasião, pesquisadores contrários e a favor dessa formulação justificaram a sua opinião a partir de diferentes vertentes. Em mensagens trocadas em uma lista

de discussão da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), José Maria Jardim e Odila Fonseca posicionam-se da seguinte forma:

Acreditamos ser um avanço significativo, especialmente considerando-se a Tabela em vigor, o reconhecimento da Arquivologia como área de conhecimento autônoma, nos termos do documento elaborado por Comissão Especial de Estudos nomeada pelo CNPq, CAPES e FINEP. Se analisarmos a definição da Comissão citada (“por área do conhecimento entende-se o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”) não encontramos razões para não considerarmos a Arquivologia como área de conhecimento autônoma. Esse grau de autonomia, porém, não significa isolamento. [...] Ainda que rica de possibilidades e apresentando resultados iniciais muito instigantes, a relação da Arquivologia com a Ciência da Informação ainda é historicamente muito recente e bastante incipiente, no Brasil e no exterior. O fato de que a pesquisa sobre temas arquivísticos tenha encontrado abrigo em alguns programas de pós-graduação em Ciência da Informação, demonstra uma busca de efetivas relações interdisciplinares, mas não uma inserção da Arquivologia na Ciência da Informação. Essa delicada construção interdisciplinar cujos resultados – voltamos a afirmar – ainda são muito recentes, sinaliza a produção de territórios de investigação promissores, mas ainda está longe de sugerir elementos que sustentem, neste momento, que a Arquivologia constitui-se numa subárea da Ciência da informação. [...] Uma disciplina não pode ser reduzida à área de aplicação de outra. Se a Ciência da Informação encontra campos de aplicação na Arquivologia, a literatura dessas áreas sugere que essa é uma via de mão dupla. Dissertações e teses produzidas nos últimos anos em alguns dos nossos programas de pós-graduação em Ciência da Informação parecem sinalizar essa perspectiva. Em graus maiores ou menores de intensidade, esse processo ocorre também no desenvolvimento de relações interdisciplinares da Arquivologia com áreas como a História, a Administração e a Ciência da Computação. [...] A Arquivologia desvincula-se cada vez mais da sua condição de “ciência auxiliar da História” ou subárea da Administração e ganha contornos de uma disciplina dotada de autonomia e profunda interdisciplinaridade. Nesse sentido, as relações desenvolvidas entre Arquivologia e Ciência da informação vêm sugerindo, a partir do início dos anos 90, um território rico em termos de pesquisa. Não se trata, no entanto, de um fenômeno internacional em larga escala. No Brasil, esse processo talvez se dê de forma ainda mais evidente do que em outros países. (Jardim; Fonseca, 2005 apud Marques, 2007, p. 72-73).

Em resposta aos adeptos pela cisão, Marteleto, Lara e Smit apresentaram a opinião delas, em novas trocas de mensagens na lista de discussão da ANCIB. Para as pesquisadoras, a Arquivologia não deve ser separada da Ciência da Informação, nesse sentido, elas justificam:

a) Parte importante da pesquisa e pós-graduação nas áreas da Arquivologia e da Biblioteconomia é elaborada no contexto de programas de pós-graduação em Ciência da Informação. A Arquivologia e a Biblioteconomia são campos de conhecimento historicamente imbricados nas Ciências da Informação, de modo que sua separação não contempla a tradição e nem as perspectivas de diferenciação, que justifiquem sua separação; b) Atualmente, todos os Programas de pós-graduação em Ciência da Informação estão instalados junto a Cursos de Graduação em Biblioteconomia e Arquivologia em todo o país, configurando a Ciência da Informação como área que integra

esses diferentes saberes. As unidades universitárias e, na maior parte das vezes, os próprios cursos de graduação mudaram nas últimas décadas a sua denominação de “Biblioteconomia” para “Ciência da Informação”. Outro fato que atesta o abarcamento, pelo campo denominado “Ciência da Informação”, desse conjunto de cursos, é a mudança de nome da associação que congrega os cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia para Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação – a ABECIN. A separação desses campos, na tabela, não corresponderia, portanto, nem à tradição da área e nem à realidade hoje constituída. (Marteleto; Lara; Smit, 2005, apud Marques, 2007, p. 73-74).

Apesar das autoras acima destacarem que a Arquivologia encontra seu espaço de desenvolvimento científico nos programas de pós-graduação em CI, diversos estudiosos⁶³ questionam a centralidade desse espaço e a falta de autonomia no desenvolvimento das pesquisas. Nesse contexto, Costa (2012, p. 447) comenta:

O conhecimento produzido pelos atores do campo arquivístico no Brasil favorece, junto às agências de fomento, os programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, nas esferas quantitativa e qualitativa. Todavia, a Arquivologia e seu arcabouço teórico-metodológico parecem não ser plenamente abordados pela ciência da informação, ou seja, as temáticas arquivísticas não se encontram nas agendas de pesquisa, embora os programas de pós-graduação em Ciência da Informação aceitem pesquisas com estas temáticas.

Ao tratar dessa questão, não podemos ignorar a quantidade de teses e dissertações que foram publicadas nos programas de pós-graduação em CI com temáticas voltadas a Arquivologia, contudo Jardim (2015, p. 181) pondera que “a estrutura da pós-graduação vigente parece não sinalizar as possíveis influências desses diálogos nas estruturas de pós-graduação em Ciência da Informação”, e isso não se configura, necessariamente, um problema, pois os Programas em CI não são obrigados a se encaixarem nas demandas teórico-metodológicas da Arquivologia. Explicando melhor essa questão, José Maria Jardim (2015, p.76) afirma: “a produção se plasma sob um projeto cujas linhas de pesquisa e conhecimentos acionados não contemplam diretamente a Arquivologia. [...]. Essa é uma exigência legítima do Programa no qual se encontram”. Diante dessas questões, o autor assegura a necessidade de autonomia das áreas, e conseqüentemente a abertura de programas de pós-graduação em Arquivologia para contemplar as necessidades desse campo.

Como bem sabemos, a proposta de separação pelo CNPQ não foi consolidada. Alguns pesquisadores apontam que a falta de pós-graduação em Arquivologia, e portanto, a falta de uma cultura de pesquisa na área, pode ter sido um fator definidor

⁶³ Podemos citar, como exemplo, os seguintes estudiosos: Marques (2007), Marques; Rodrigues (2011), Costa (2012), Jardim (2011, 2015), Fonseca (2004), entre outros.

para a não oficialização dessa cisão. Há ainda, aqueles que tecem uma crítica a tabela de conhecimento do CNPQ afirmando que a mesma, foi delineada a partir de uma perspectiva enciclopédica (Marques, 2017) e desrespeita à trajetória histórica e à configuração epistemológica da Arquivologia ao reduzi-la a uma disciplina no escopo da CI (Rendón Rojas, 2017). Cabe salientar que “na literatura arquivística internacional, salvo algumas exceções, a Arquivologia não é reconhecida como uma subárea da Ciência da Informação”, conforme destaca Jardim (2015, p. 170).

Enfim, mesmo que essa separação não tenha ocorrido, essas discussões colaboraram ainda mais para fomentar nos pesquisadores da Arquivologia um interesse por sua autonomia. Esse cenário pode ser facilmente vislumbrado no Brasil, diante do aumento exponencial de pesquisas em torno de aspectos epistemológicos, pela criação de periódicos com foco em Arquivologia, ampliação da produção bibliográfica, criação de grupos de pesquisa, implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na área e eventos voltados para a produção referente ao ensino e pesquisa em Arquivologia⁶⁴. Outrossim, em 2021, foi inaugurada uma base de dados⁶⁵ para reunir as pesquisas que vem sendo desenvolvidas no Brasil por docentes e discentes dos cursos de Arquivologia em instituições públicas.

Diante deste contexto, é perceptível que a Arquivologia brasileira vai buscando o seu caminho de modo a garantir a sua autonomia, porém, “o diálogo com outras disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação, não afeta a sua identidade como disciplina científica”, uma vez que conforme apontam Rousseau e Couture (1998) a autonomia não é isolamento. (Rendón Rojas, 2017, p. 113). A interdisciplinaridade, e, portanto, a contribuição mútua, pode elevar ainda mais a consolidação dessas áreas, ao passo que as disputas só contribuem para o enfraquecimento. O respeito às especificidades e ao processo de amadurecimento é parte essencial desse contexto, pois conforme já destacado ao longo dessa tese, a Arquivologia é um terreno múltiplo, dinâmico e heterogêneo, o que resulta em diferentes cenários ao longo do mundo.

Nesse sentido, Jardim (2015) defende que ter a Arquivologia como disciplina

⁶⁴ O REPARQ vem se tornando um dos principais eventos para pesquisadores na área de Arquivologia, seu interesse é ampliar as discussões acadêmicas e científicas, proporcionando troca de experiências sobre o ensino e a pesquisa em Arquivologia.

⁶⁵ A base de dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) foi desenvolvida em 2021, sendo resultado de proposta sugerida na tese da professora Dra. Maria Meriane Vieira Rocha. Mais informações, consultar o sitio eletrônico: <http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica>

científica, autônoma e legitimada é extremamente salutar para os diálogos interdisciplinares com a CI, por isso, limitar o seu desenvolvimento a espaços periféricos é um desserviço ao desenvolvimento científico de ambas as áreas. Schmidt (2012) defende que a Ciência da Informação encontrou na fragilidade epistemológica da Arquivologia o espaço necessário para a sua atuação. Outrossim, evidencia que a sustentação dessa relação é promovida fundamentalmente por pesquisadores atuantes na CI. É nesse contexto que Marques (2017) afirma que a subordinação ou a autonomia da Arquivologia parece variar de acordo com interesses específicos. Neste ínterim, retomamos a posição de Bourdieu (1983, p.123) onde ele afirma que “o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse”.

Visando trazer respostas eloquentes para a relação da CI e da Arquivologia diante dos encontros e desencontros vislumbrados ao longo desse texto, partilhamos da seguinte hipótese de Silva (2012, p.95):

[...] A Arquivologia e a Ciência da Informação são campos do conhecimento distintos (tendo em vista as suas especificidades); que lidam **com um objeto comum, a informação** (de acordo com algumas características e sob pontos de vista ou ângulos diferentes); que **compartilham de alguns códigos conceituais** (símbolos) similares; que **possuem zonas interdisciplinares promissoras entre si**; e que **se encontram em um processo de delineamento dos seus contornos** e demandas do ponto de vista do saber e das suas práticas (domínio gnosiológico e domínio pragmático) [...]. (Grifo nosso).

Diante da reflexão desse capítulo, podemos perceber que apesar da Ciência da Informação e Arquivologia apresentarem pontos importantes de interseção, muitas as vezes as disputas político-institucionais tendem a gerar movimentos de tensão que aprisionam e dificultam o desenvolvimento teórico-metodológico das áreas. É nesse sentido que reafirmamos a importância do olhar interdisciplinar no desenvolvimento de pesquisas, visto que a ciência deve perpassar as fronteiras impostas e os modelos pré-concebidos que as engessam. Silva, Fujita e Dal' Evedove, (2009) defendem que só a partir dessa construção colaborativa, a Arquivologia e a CI cumprirão o seu papel social, ao passo que ganharão a visibilidade necessária perante a sociedade.

5 DISCURSOS TEÓRICOS E PRAGMÁTICOS EM TORNO DAS NORMAS E ROTINAS DO FAZER ARQUIVÍSTICO

O conhecimento arquivístico disponível tem resultado da nossa capacidade em relacionar dialeticamente as práticas com suas consequências e pressupostos teóricos. Esta é a diferença entre um arquivista e um "guardador de documentos", entre gerenciar a informação e ordenar documentos, entre uma prática teórica e cientificamente construída e um fazer calçado em um bem intencionado senso-comum.

José Maria Jardim (1998)

Conforme fora mencionado anteriormente, a Arquivologia apesar do seu desenvolvimento nos últimos séculos, ainda é reconhecida por muitos pesquisadores pela sua característica normativa, principalmente quando tratadas as questões do fazer profissional. Corroborando com essa vertente, o sueco Berndt Fredriksson (2003) destaca a necessidade de fomentar mais pesquisas centradas nas rotinas arquivísticas. Segundo o autor, a compreensão de cada atividade poderá viabilizar o surgimento de métodos adequados para consolidar a ciência arquivística.

Uma parte essencial do desenvolvimento do método para o autor, é subdividir as atividades dessa área, com vistas a compreender melhor cada uma delas, nesse sentido, Fredriksson (2003) afirma que a Arquivística normativa é subdividida em seis ramos principais, dos quais temos: 1) teoria arquivística⁶⁶; 2) criação de documentos; 3) avaliação; 4) arranjo e descrição; 5) preservação; e, 6) acesso aos documentos. Para o autor supracitado, cada atividade possui teorias específicas e, portanto,

⁶⁶ O que o autor chama de teoria arquivística se refere as doutrinas do fazer arquivístico.

metodologias próprias. Contudo, cabe salientar que apesar da individualidade teórico-metodológica, os ramos se relacionam, e em alguns casos, possuem interdependência.

Com vistas a explicar as normas e rotinas da prática arquivística Rousseau e Couture (1998) por sua vez, apontaram sete (7) atividades centrais que permeiam o cerne da área, são elas: 1) criação/produção; 2) classificação; 3) avaliação; 4) descrição; 5) aquisição; 6) difusão; e, 7) preservação. Essa subdivisão, segundo Kuroki (2018) foi amplamente difundida ao redor do mundo, por viabilizar a compreensão das funções arquivísticas, e conseqüentemente, por possibilitar uma conciliação entre a função social e a ordem prática da gestão de arquivos. Além disso, o autor destaca que as atividades citadas estimulam a aplicação dos métodos a partir do Princípio da Proveniência e do Macroprincípio da Organicidade visando, sobretudo, atender e suprir as demandas dos usuários-clientes. (Kuroki, 2018, p. 119).

Apesar da relevância dessas funções para compreender as atividades inerentes ao fazer arquivístico, é importante frisar que a proposta de Rousseau e Couture não configuram uma unanimidade entre os pesquisadores e arquivistas, haja vista as diferenças entre as tradições desenvolvidas pelo mundo. Para tanto, após as diversas leituras realizadas para a escrita deste trabalho, fica evidente que há um certo consenso em três atividades, são elas: classificação, avaliação e a descrição.

Corroborando com essa vertente, Barros e Martins (2015) e Lopes (1996, 2000) destacam que a descrição, classificação e avaliação são as atividades primordiais na organização e difusão dos arquivos. Apesar de concordar com os autores acima, Souza (2003, p. 241) evidencia que a atividade matricial é a classificação, pois “a partir dela que as outras funções/intervenções ganham corpo, consolidam-se, configuram-se”. A defesa de Souza está alicerçada na premissa que a classificação preserva o caráter orgânico do conjunto documental, mas sobretudo, traz à tona os documentos existentes na instituição, o autor complementa ainda: “acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, porque não é possível acessá-los ao conteúdo informacional existente”. (Souza, 2003, p. 241).

Apesar da relevância da classificação, não podemos esquecer a função da avaliação e a descrição no processo de tratamento informacional, juntas, elas propiciam a organização e o acesso, servindo como ponte entre o documento e o usuário. Nesse sentido, focaremos as nossas reflexões nestes três elementos, visando compreender melhor os discursos teóricos e pragmáticos em torno dessas

rotinas.

5.1 CLASSIFICAÇÃO

O ato de classificar está presente nas atividades cotidianas humanas desde as primeiras civilizações, o processo mental de agrupar elementos a partir de características determinadas, é uma das fases fundamentais do pensamento humano. Contudo, ao longo do tempo, a classificação foi ganhando espaço na produção científica e sendo fundamental para a organização e representação da informação e do conhecimento. Freitas e Albuquerque (2017) explicam que a Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito foram essenciais para essa ampliação, sendo este último, o responsável pela determinação das relações conceituais na elaboração de instrumento teórico metodológico.

Na prática arquivística, a classificação sempre esteve presente, mesmo que empiricamente. Cabe salientar que se considera, nesse sentido, a classificação como uma operação intelectual de organização a partir de características pré-estabelecidas que visava facilitar a recuperação dos documentos. Contudo, ao longo do tempo, esse conceito foi ficando amplo demais para as necessidades da área, que encontrou no princípio da proveniência e no respeito à ordem original o cerne da concepção da classificação na Arquivologia.

Neste ínterim, Sousa afirma (2004, p. 123)

O que parece ser o fundamento teórico-metodológico da classificação de documentos arquivísticos é sem dúvida a base sobre a qual tem se construído a Arquivística contemporânea: o princípio da proveniência, que delimita externamente o conjunto, e o princípio da ordem original, que dá o caminho para a organização interna do fundo.

Antes do estabelecimento dos princípios norteadores da classificação arquivística, era comum encontrar documentos separados por assuntos, temas, locais, datas, dentre outros critérios⁶⁷. Essas metodologias acabavam dispersando as relações orgânicas da instituição produtora e misturando documentos de diferentes proveniências, conforme ressalta Duchein (1986). A partir desses princípios, a classificação nos arquivos deveria focar no contexto (funções e atividades) e não

⁶⁷ Metodologia influenciada pelas classificações científicas estabelecidas em outras áreas do conhecimento humano.

propriamente no conteúdo, visto que o documento de arquivo só faz sentido se espelhar o contexto de sua produção e na relação com os demais documentos do seu conjunto.

Explicando melhor a aplicação do princípio da proveniência e do respeito à ordem original na classificação arquivística, Freitas e Albuquerque (2017, p. 824) comentam:

O princípio da proveniência direciona-se aos aspectos externos do documento. Ele demanda, num processo de classificação, que se atente ao organismo produtor dos documentos, englobando suas funções e atividades. Já o princípio que se concentra nos aspectos internos dos fundos de arquivo é o princípio da ordem original, que é um princípio de origem italiana e diz respeito a ordem como os documentos foram acumulados, ou seja, deve-se preservar a organização dada pela entidade produtora, afim de preservar as relações entre os documentos.

Para tanto, apesar da relevância desses requisitos para a aplicação da classificação, cabe salientar, que na prática, essas diretrizes só ganham melhor delineamento após o século XX. No artigo intitulado *Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito*, Sousa (2006) explica que os manuais e artigos publicados sobre a temática, incluindo o Manual dos Arquivistas Holandeses, fundamentavam-se na busca por soluções de problemas relativos à organização de documentos mais antigos. Além disso, refletiam o lugar, a experiência do autor e o tipo de documento acumulado. Diante deste cenário, as contribuições, apesar de relevantes, eram limitadas.

Essa conjuntura muda de figura após a segunda guerra mundial e a necessidade de pensar estrategicamente a organização de documentos modernos, pois como afirma Sousa (2003, p.250) “o aumento do acervo documental criou uma nova realidade e exigiu novos métodos”. Diante desse panorama, destaca-se Schellenberg ao sintetizar e detalhar princípios norteadores para classificação arquivística. Cabe destacar, porém, que o autor supracitado fazia uma distinção entre as operações desenvolvidas nos arquivos correntes e permanentes. Essa separação originou dois termos: classificação (arquivo corrente) e arranjo (arquivo permanente). Essa diferenciação não era privilégio apenas dos arquivistas norte-americanos, o italiano Elio Lodolin também teve essa preocupação, visto que para o autor, o trabalho desenvolvido em cada fase tinha objetivos distintos e, portanto, carecia de delineamento específicos. Para tanto, essa realidade não é uma unanimidade, em muitos países, a classificação é compreendida da mesma forma em ambas as idades.

O pesquisador Tarcísio Sousa (2002) pondera que essa distinção terminológica foi fruto da cisão profissional que ganhava destaque nos Estados Unidos:

O uso de dois conceitos aparentemente distintos para definir a mesma operação se deu por conta da fratura (com repercussões teóricas e profissionais) existente entre os arquivos correntes (aqueles mantidos nos setores de trabalho da organização) e os arquivos permanentes (mantidos indefinidamente, pelo conteúdo acerca da trajetória do sujeito acumulador e de suas relações sociais), que gerou, inclusive, duas profissões distintas: gestores de documentos (arquivos correntes) e arquivistas (arquivos permanentes). (Sousa, 2002, p. 11).

Apoiando essa cisão, ao elaborar a obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, Schellenberg (2006) evidenciou as diferenças do tratamento e organização nas fases correntes e permanentes. Para melhor compreensão, cabe salientar que o livro foi dividido em três partes, sendo o primeiro, aspectos introdutórios, o segundo, a administração de arquivos correntes, e o terceiro, administração de arquivos de custódia.

Quanto aos documentos correntes e a prática da classificação, o autor supracitado afirma que há três elementos a serem considerados: a) **a ação que os documentos se referem** (função); b) **a estrutura do órgão que os produz** (organização); e c) o **assunto dos documentos** (conteúdo informativo). Diante desses elementos, Schellenberg (2006) propõem três métodos de classificação, são eles, o funcional, estrutural e por assunto. Para tanto, o último deve ser uma exceção, devendo ser utilizado em casos especiais e sem utilizar métodos universalmente estabelecidos. Nesse sentido, o autor explica:

A maior parte dos documentos públicos deve ser classificada segundo a origem organizacional e funcional. Os que merecerem classificação por assunto não devem ser forçados num esquema elaborado segundo princípios estabelecidos a priori, mas devem ser agrupados em classes estabelecidas pragmaticamente sobre uma base a posteriori. Essas classes devem ser criadas gradativamente, à medida que a experiência atesta a sua necessidade. (Schellenberg, 2006, p. 94).

Portanto, na classificação arquivística as classes devem ser formadas a partir das necessidades administrativas, ou seja, a medida em que documentos são criados, assim, o profissional que for proceder a classificação deve conhecer muito bem o funcionamento da instituição e acompanhar o crescimento de suas atividades e funções para proceder as adaptações necessárias. Para auxiliar nesse processo, a elaboração de um plano de classificação é essencial, pois “ao ordenar as atividades hierarquicamente, ele fornece, instantaneamente, uma visão do todo e também de como este foi distribuído”. (Smit; Kobashi, 2003, p. 36). Além disso, Heron (1995)

defende que o plano de classificação fornece a prova tangível da aplicação dos princípios da proveniência e da ordem original.

Neste sentido, para iniciar a construção do plano de classificação o primeiro passo é a escolha do método. Em seguida, as classes devem ser estruturadas acompanhadas de códigos (notação). Segundo Ferreira (2012, p. 58) o sistema de “notação abrange toda a complexidade que envolve o processo classificatório, sintetizando (as metodologias de notação) questões teóricas e metodológicas que se encontram subjacentes na elaboração de planos de classificação”. Todavia, para facilitar o trabalho dos arquivistas na elaboração do plano, o canadense Frenière (1974) propôs duas categorias das funções dos documentos: 1) ligada as atividades-meio; 2) ligada as atividades-fim. Cada categoria teria divisões hierárquicas partindo das funções (classes), subfunções (subclasses) e as atividades (divisões). Essa metodologia é utilizada em muitas tradições arquivísticas pelo mundo, inclusive no Brasil, por facilitar o agrupamento de documentos respeitando os princípios arquivísticos.

Os apontamentos apresentados por Schellenberg e Frenière foram primordiais para a ampliação das discussões em torno da classificação, contudo, Sousa (2006) e Martín-Pozuelo (1995) defendem que é impossível um modelo universal de classificação nos documentos de Arquivo, tendo em vista as diferentes tradições/influências arquivísticas, e, por conseguinte, as diferenças terminológicas e metodológicas de cada país. Ademais, não há uma padronização das tipologias documentais produzidas pela administração, cada instituição tem sua cultura organizacional e a produção documental é fruto das múltiplas influencias sociais. Isso não quer dizer, contudo, que não exista, em alguns países, um modelo de referência para a construção de um plano de classificação.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), mediante a resolução N. 14 (2001), adotou um modelo de classificação para servir como base às instituições. A proposta no CONARQ está assentada no método decimal, onde as classes representam as funções desempenhadas, havendo ainda, a possibilidade de subdivisões.

As funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão. Em outras palavras, os assuntos recebem códigos numéricos, os quais refletem a hierarquia funcional do órgão, definida através de classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se sempre do geral para o particular. Para este

instrumento adotou-se o modelo de código de classificação decimal. Como o próprio nome indica, o sistema decimal de classificação por assuntos constitui-se num código numérico dividido em dez classes e estas, por sua vez, em dez subclasses e assim sucessivamente. (CONARQ, 2001, p.9)

Em outros países, também é possível encontrar um plano de classificação servindo como base, porém, isso não se configura em um modelo universal de classificação, bem como existe na Biblioteconomia através da CDU (Classificação Decimal Universal). Isso não quer dizer, contudo, que pesquisadores não tenham tentado desenvolver tais métodos para a Arquivologia, para tanto, sem grande sucesso. Em 1985, o canadense Michel Roberge lançou uma proposta de uma classificação universal de documentos administrativos, após analisar mais de vinte planos de classificação de instituições públicas e privadas do seu país. O estudioso propôs um sistema alfanumérico na qual admite nove classes, nove subclasses e apresentou ainda as possibilidades de subdivisões, conforme podemos observar na imagem a seguir:

Imagem 2 – Estrutura da classificação universal proposta por Roberge

Structure de classification universelle		
Catégories:	Gestion	G
	Exploitation	X
Classes:	9 classes possibles	G1 à G9 X1 à X9
Sous-classes	9 sous-classes possibles	1 à 9
Divisions (D4):	90 divisions possibles	10 à 99
Divisions (D5):	90 divisions possibles	010 à 099
Divisions (D6):	90 divisions possibles	10 à 99
Divisions (D7):	9 divisions possibles	1 à 9
Subdivisions uniformes(U) ² :	9 possibilités	1 à 9
Subdivisions spécifiques(S) ² :	900 possibilités	010 à 099
Subdivisions nominatives(N) ² :	900 possibilités	100 à 999

Fonte: Héon (1999, p. 79).

No artigo publicado pela Revista *Catalana d'Arxivística* em 1990, o pesquisador defendeu o seu modelo dentro de uma política de gestão de documentos, pois para ele, a classificação está dentro de um sistema mais amplo, e por isso, não caminha isoladamente. (Roberge, 1990). Além disso, o autor explica que para realizar a classificação, é necessário conhecer todos os documentos produzidos pela instituição,

assim, ele propõe um inventário que terá como objetivo, identificar e localizar todos os documentos.

Apesar de acreditar e defender o seu modelo de classificação universal de documentos administrativos, baseado no sistema funcional, Roberge não teve ampla aceitação da comunidade científica. Martín-Pozuelo Campillos, pesquisadora espanhola, foi uma das responsáveis em refutar essa proposta. No texto intitulado *Dificultades para la concepcion de una clasificación universal en Archivística* (1995), a autora defende que a dificuldade para a criação de uma classificação universal reside na própria teoria arquivística, que tem na proveniência e nas especificidades de cada arquivo, a sua base de sustentação. Além disso, segundo a autora, não é possível pensar num modelo universal quando não se tem uma teoria unificada. Explicando essa questão, Martín-Pozuelo Campillos (1995, p. 97) afirma:

[...] a própria teoria arquivística marca os limites na concepção desse sistema de classificação que poderia ser considerado internacional e universalmente. Para sua possível concepção, conceitos hoje considerados pilares básicos da doutrina arquivística devem ser revistos. (Tradução nossa).

A autora explica que definir o princípio da proveniência como base para a classificação não resolve todos os problemas, visto que três elementos fundamentais que resultam desse princípio não estão bem delimitados: 1) o conceito de documento de arquivo; 2) o conceito de arquivo; e 3) o conceito de classificação arquivística.

Para ilustrar esse cenário, na obra *La construccion teórica en archivística: el principio de procedência* (1996), Martín-Pozuelo Campillos afirma que há pelo menos três entendimentos de classificação: 1) Atividade de caráter geral que consiste em reconhecer, especificar e definir as séries orgânicas que constituem o arquivo levando em consideração a estrutura e a configuração arquivística do fundo. 2) A classificação propriamente dita. 3) Operação de organizar as unidades dentro das séries utilizando-se de outros critérios, como por exemplo: topográfico, cronológico ou alfabético, sendo uma ação equivalente a ordenação.

Perpassando o entendimento proposto por Martín-Pozuelo Campillos e trazendo uma pesquisa mais ampla, Sousa (2006) apresenta 27 (vinte e sete) definições para o conceito de classificação. A partir da leitura da obra dos dois autores, percebe-se que há algumas confusões entre os conceitos, principalmente, quando se utiliza três termos envolvidos no processo de organização arquivística: **classificação**, **ordenação** e **arquivamento**.

O pesquisador brasileiro Tarcísio Sousa (2006) defende que a classificação e

a ordenação se referem ao aspecto intelectual e o arquivamento, ao aspecto físico. Já Heredia Herrera (1991), trazendo a concepção da prática espanhola, defende que a classificação é uma operação intelectual, enquanto a ordenação é uma dimensão mecânica. Essa separação não ocorre igualmente em outras tradições arquivísticas, que utilizam um único termo para ambas as atividades, é o caso da Itália (*ordenamento*), França (*classement*) e Inglaterra (*arrangement*).

O fato é que as terminologias utilizadas em cada tradição acabam por influenciar a compreensão da ação e o desenvolvimento teórico metodológico da atividade pelo mundo. Heredia Herrera (1991) é enfática ao defender a separação dos conceitos, dessa forma ela explica:

É um tanto estranho a persistência na confusão de ambos conceitos, quando de fato em qualquer campo, classificação e ordenação não admitem igualdade de significados. A classificação pressupõe sempre o estabelecimento de classes, de famílias, agrupadas estrutural ou hierarquicamente dentro de um grupo. A ordenação é simplesmente alinhamento dentro de cada 'subconjunto'. São conceitos que cobrem essas notas, quer o apliquemos a qualquer manifestação social ou material, a bibliotecas ou arquivos. (Tradução nossa).

A confusão conceitual e terminológica não se encerra nessas questões apresentadas. Apesar do consenso da classificação arquivística ser delineada a partir de uma estrutura hierárquica, partindo do geral para o particular, não há uma unanimidade conceitual para os termos: fundo, classes, subclasses, série, subsérie, grupos, dentre outros; o que dificulta ainda mais uma proposta universalizante para classificação em arquivos. O canadense Gilles Héon (1995, 1999) levanta essa problemática e justifica a dificuldade dos arquivistas em compartilhar um modelo estabelecido internacionalmente. Para exemplificar a falta de padronização terminológica, Héon (1995, p. 84, tradução nossa), apresenta algumas definições para o termo “série”:

- **Série...** sequência de documentos de arquivo da mesma natureza dentro de um determinado fundo (Léxico de Terminologia de Arquivo de Elsevier, 1964, citado por Couture e Rousseau, 1982, pág. 425).
- **Série...** divisão do quadro de arquivo de um fundo arquivístico em que encontramos uma série de documentos da mesma natureza” (Champagne e Chouinard, 1987, p. 162).
- **Série...** primeira divisão dentro de um fundo arquivístico definido por um quadro de classificação” (ANQ, 1992, p. 150).
- **Série...** divisão que engloba todos os aspectos de uma atividade, função ou assunto dado (Laval University Archives Division 1977, citado por Couture e Rousseau, 1982, pág. 425).

Sousa (2022) vai ainda mais longe ao afirmar que nem o conceito de função

apresenta uma unanimidade, para ele, “as definições, quando existem, são herméticas e ambíguas”. Nesse sentido, ele se questiona: a classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? (Sousa, 2022, p. 1)

Para minimizar os problemas, Héon (1995) destaca a importância de compreender a classificação e suas divisões para além dos termos utilizados. Contudo, ele também defende a necessidade da padronização para facilitar o trabalho dos arquivistas. O fato é que empreender uma padronização diante de tantas ambiguidades nas tradições arquivísticas é um trabalho árduo que depende de uma comunidade científica comprometida para tal finalidade. Todavia, cabe salientar que essa padronização terminológica não resultaria efetivamente em um modelo de classificação universal, pois esse não é o único problema, como destacamos anteriormente.

A classificação é uma atividade essencial na rotina arquivística e merece de reflexões contínuas, visto que é essa ação que proporciona a ponte necessária para as atividades de avaliação e descrição. Nesse sentido, é fundamental que os profissionais atentem para as complexidades inerentes ao processo e desenvolvam as demais atividades em continuidade ao plano de classificação, pois apesar de aparecerem separadas na literatura, a avaliação e descrição são atividades decorrentes da classificação, por isso, não podem ser pensadas isoladamente. Vejamos a seguir um pouco mais sobre as atividades citadas.

5.2 AVALIAÇÃO DOCUMENTAL

Conforme já fora dito, na primeira metade do século XX a produção documental ganhou volumes exponenciais devido as necessidades decorridas das grandes guerras mundiais e da disseminação das tecnologias da Informação. Certamente, esse processo ocorreu de formas distintas ao longo do mundo, uma vez que as demandas aconteceram paulatinamente em cada realidade, porém, não se pode negar que essa fase propiciou a criação e aperfeiçoamento de métodos específicos para o tratamento dos acervos, como por exemplo, a avaliação documental.

A ação de avaliar é comumente conhecida pela sociedade como uma atividade

corriqueira e espontânea que utiliza determinados critérios para a realização do ato de avaliação. Na prática arquivística, essa rotina é essencial para manter a racionalidade institucional, e conseqüentemente, a eficiência administrativa, todavia, a forma que essa ação será executada, dependerá de vários fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, nos quais, discutiremos ao longo dessa tese. Corroborando com a relevância da avaliação na Arquivologia, Couture (2015, 153) afirma que esse processo “constitui o núcleo central da arquivística contemporânea e o que dá racionalidade e relevância à aquisição de arquivos, institucionais ou pessoais”.

No Dicionário de Terminologia Arquivística a avaliação consiste no “processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos” (Arquivo Nacional, 2005). Este conceito é o mesmo adotado pelo *International Council on Archives* (ICA), em sua base de dados *Multilingual Archival Terminology*, na versão em língua portuguesa. Entretanto, o conceito supracitado é carregado de influências teóricas que foram desenvolvidas pelas tradições arquivísticas norte-americanas, e ganhou no Brasil, aparatos para a sua reprodução.

As primeiras discussões em torno da eliminação de documentos ou guarda permanente em acervos governamentais podem ser vislumbradas a partir da segunda quinzena do século XIX. Kolsrud (1992) assegura que a Alemanha foi um dos percussores dessas práticas, visto que em 1833, os ministérios alemães já contavam com “tabelas de temporalidade”⁶⁸, entretanto, muitas vezes essa eliminação era executada apenas pelo produtor. Nesse sentido, em 1858 um decreto foi sancionado para que os arquivistas fossem notificados acerca dos documentos selecionados para eliminação, visto que havia uma preocupação em quais documentos estavam sendo destruídos. Vale salientar, contudo, que a prioridade era a preservação e não a eliminação (Kolsrud, 1992).

Na Inglaterra, ao contrário, existia uma tendência à destruição de documentos que perpassava à necessidade de preservação, tanto que em 1877 foi expedido o *Public Record Office Act*, uma norma que permitia a eliminação de documentos públicos anteriores ao ano de 1715⁶⁹. Em consonância, Kolsrud (1992, p.27, tradução

⁶⁸ Hoje interpretamos como uma Tabela de temporalidade, contudo, não havia essa denominação na época e não possuía um modelo pré-estabelecido.

⁶⁹ Esse prazo foi aumentado em 1898 para os documentos datados até 1660.

nossa) afirma que “existia uma tendência tradicional na Inglaterra de enfatizar a destruição dos inúteis mais do que a preservação dos valiosos”, onde utilizava-se como único critério para a eliminação, a idade de produção do documento.

No artigo intitulado *La función valoración en la archivística contemporânea*, Couture (2003) aponta que nesse período, havia duas grandes formas de pensar a avaliação, o pensamento inglês voltado para a necessidade de eliminação e o alemão que privilegiava a avaliação para a conservação:

O que à primeira vista pode parecer um jogo de palavras, na verdade contém uma diferença fundamental. O arquivista da primeira tendência [avaliar para eliminar] preocupa-se especialmente com os interesses administrativos, financeiros e de curto prazo (economia de espaço) oferecidos pela eliminação, enquanto o arquivista da segunda tendência [avaliar para conservar] está mais interessado no patrimônio e conservação a longo prazo (arquivos como testemunhos). (Couture, 2003, p. 25, tradução nossa).

Um dos primeiros manuais técnicos⁷⁰ que se ocupou do assunto, foi *A Manual of Archive Administration* publicada em 1922 pelo inglês Hilary Jenkinson. O autor ressaltava que a ação de avaliar deveria ficar a cargo da administração, segundo ele, apenas os materiais preservados pelo criador poderiam ser considerados arquivos. A justificativa de Jenkinson estava assentada na necessidade de manter a imparcialidade e autenticidade dos acervos, visto que os documentos são subprodutos espontâneos da administração, e, portanto, devem refletir os interesses institucionais.

As discussões sobre a necessidade de eliminação foi ganhando cada vez mais ênfase nos anos seguintes, mas foi com a perspectiva de valor, introduzida por Brooks (1940), que os arquivistas encontraram a base para o desenvolvimento da atividade de avaliação. Para o autor, os documentos que não possuem algum tipo de valor, (legal, administrativo ou histórico) devem ser eliminados. Apesar das primeiras reflexões de Brooks, foi Schellenberg, na década de 50, quem desenvolveu e sistematizou a noção de valor na prática arquivística.

Schellenberg (2006) propõem que a avaliação seja realizada tendo como parâmetros os valores primários, para o órgão de origem, e secundários, para fins de investigação e prova. Contudo, a ideia do autor é eliminar o máximo de informações possíveis, visto o grande número de documentos produzidos e acumulados devido a expansão das atividades governamentais. Porém, para realizar a atividade de

⁷⁰ O Manual dos Arquivistas Holandeses (1898) trouxe discussões relevantes sobre o volume da massa documental acumulada nas instituições e a necessidade de problematizar o processo de eliminação, contudo, não propôs nenhuma solução ou metodologia para a execução da avaliação.

avaliação, Schellenberg explica que é essencial que o arquivista conheça o contexto de produção da documentação, visto que “o significado de um documento depende das relações estabelecidas com a atividade geradora”. (Chagas, 2018, p. 4).

Explicando didaticamente a metodologia de avaliação proposta por Schellenberg, ele pontua que os documentos de valor primário devem ser avaliados pelo produtor, porém com ajuda do arquivista, visto a possibilidade de o documento vir a ter um valor secundário. Quanto ao valor primário, os avaliadores devem observar os valores administrativos, fiscais e legais dos documentos. Já na análise do valor secundário, a função de avaliar cabe ao arquivista, observando-se, a existência do valor probatório e informativo.

Quanto a avaliação dos valores secundários, Tognoli (2010, p. 30) esclarece:

Cabia, portanto, ao arquivista estabelecer a análise dos valores secundários e proceder à seleção dos documentos que seriam importantes para fins de pesquisa. Para Schellenberg, a razão pela qual um documento era criado, para servir às necessidades de seu criador, não era a mesma razão pela qual ele deveria ser preservado. Por esse motivo, o autor acreditava que o criador não possuía critérios para proceder à avaliação dos documentos de valor secundário, à medida que não possuía vivência acadêmica para saber qual documento possuía valor para a pesquisa.

Na obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, Schellenberg (2006) detalhou testes e reflexões que deveriam guiar o avaliador durante todo o processo, entretanto, enfatizou que “os padrões não devem ser encarados como absolutos ou finais. Na melhor das hipóteses, servirão tão-somente como guias para orientar o arquivista através dos traiçoeiros caminhos da avaliação”. (Schellenberg, 2006, p. 226).

Os discursos em torno da avaliação documental nos Estados Unidos, apoia-se em grande parte no modelo inaugurado por Brooks e sistematizado por Schellenberg, ambos funcionários do governo dos Estados Unidos, e preocupados com o aumento da massa documental acumulada. Kolsrud (1992) afirma que a obra de Schellenberg representou uma síntese (adaptada) das principais discussões sobre a avaliação da época, incluindo aí, as concepções teóricas desenvolvidas na Inglaterra e Alemanha. O norte americano, conseguiu apresentar uma metodologia que integrou a necessidade de eliminação e de preservação, além de enfatizar a importância do administrador e do arquivista no processo.

Deste modo, a perspectiva de atribuição de valor ganhou muitos adeptos ao redor do mundo, todavia, forneceu também, parâmetros para o desenvolvimento de

novas metodologias. Para Kolsrud (1992), Duranti (1994), Silva et. al. (1999) e Couture (2005) os principais países que contribuíram com o desenvolvimento da avaliação Arquivística foram os Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e Canadá. Certamente, pesquisadores desses países apresentaram grande influência para a avaliação, porém, não podemos desconsiderar outros países que tentaram promover debates relevantes em torno dessa prática e acabaram influenciando novas reflexões. Vejamos o quadro a seguir:

QUADRO 4 – Diferentes abordagens metodológicas para o processo de eliminação

ABORDAGEM	AUTOR	LOCAL
Valores primários e secundários	Schellenberg (1956)	Estados Unidos
Plano documental	Booms (1987)	Alemanha
Estratégia documental	Samuels (1986)	Estados Unidos
Macroavaliação	Cook (1992)	Canadá
Microavaliação	Eastwood (1992)	Canadá
Avaliação do fluxo informacional	Ribeiro; Silva (2000)	Portugal
Avaliação integrada	Couture (2005)	Canadá
Teoria dos atos dos documentos	Smith (2005)	Estados Unidos
Vigência e prazo precaucional	Vázquez Murillo (2006)	Argentina
Avaliação pela evidencia	Rockembach (2012)	Brasil

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Arquivística alemã é profícua de discussões em torno da avaliação de documentos, destaca-se nesse cenário Karl Otto Müller (1926), Heinrich Otto Meisner (1937), Fritz W. Zimmerman (1958) e Hans Booms (1972). O primeiro argumentava que a avaliação era uma atividade crucial dos arquivos e deveria ser executada pelo arquivista. O segundo, propôs que o corpo administrativo das instituições deveria

revisar os seus documentos em um prazo de cinco anos e selecionar os que já não eram úteis, contudo, seriam os arquivistas que procederiam a eliminação. Para facilitar o processo, Meisner formulou três regras para guiar a avaliação: idade, conteúdo e hierarquia do corpo administrativo⁷¹.

Já Zimmerman defendia a ideia que o valor do documento deveria basear-se no seu conteúdo e na demanda de uso e não na origem. Kolsrud (1992, p. 32, tradução nossa) afirma que para o autor, “a demanda de mercado deve ser o critério decisivo para a permanência dos registros”. Após uma série de críticas, em 1979, Zimmerman apresentou algumas explicações e adaptações da sua abordagem, contudo, foi a perspectiva de Hans Booms que ganhou destaque internacional, por atribuir a importância dos critérios contemporâneos a criação documental.

A ideia de **plano documental** de Hans Booms surge originalmente em 1972 através do artigo intitulado *Gesellschaftsformen und Überlieferungsbildung Zur Problematik Archivalischer Quellenbewerteng*⁷², a intenção do autor, era propor uma nova metodologia de trabalho, uma vez que Booms discordava dos modelos tradicionais prussianos do início do século XX e do marxismo. Deste modo, antes de iniciar a descrição do seu modelo, Booms (1987) pontua que a avaliação tem grande significância social, por isso, deve ser desenvolvida com atenção e levando em consideração o contexto social e os valores históricos do período de produção do documento.

Portanto, a sua proposta consiste na tentativa de construir uma tabela/plano que permita observar os eventos históricos ocorridos concomitantemente (ou em período aproximado) a sua constituição, e, por conseguinte, a significância social de cada documento. Para Booms, a análise do período de produção documental, fornece informações relevantes no processo de avaliação e minimiza a subjetividade. A esse respeito, Cíntia Aparecida Chagas (2020, p. 491) comenta que o objetivo do plano é “estabelecer exatamente os eventos, ações, omissões e desenvolvimentos que são essenciais e que documentam o período e o sujeito considerados. Deve-se orientar pelo princípio do máximo de documentação, com o mínimo de documentos”.

O plano documental deve ser atualizado em um prazo máximo de 20 anos, visto

⁷¹ Os níveis hierárquicos das autoridades foram estabelecidos por Müller em: autoridade central, autoridade intermédia e autoridade local. Deste modo, acreditava-se que quanto mais local for a autoridade menor seria o valor dos documentos.

⁷² Traduzido para inglês e publicado no periódico *Archivaria* sob o título “Society and the Formation of a Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources.

a dinamicidade social que determina mudanças de interesses. Além disso, o plano deve ser produto de uma cooperação entre o arquivista, profissionais de diversas áreas e a sociedade, sem tirar, contudo, o papel central do arquivista no processo. Quanto a este aspecto, Kenosi e Moatlhodi (2012), afirmam que na abordagem de Booms, os produtores, usuários e custodiadores de acervos devem trabalhar juntos, para definir e assumir as responsabilidades, contudo, o poder absoluto na seleção dos registros permanentes é do arquivista.

O desenvolvimento do método de Booms cumpre, essencialmente, à necessidade de otimizar a composição do patrimônio documental que servirá a pesquisa histórica. Para tanto, apesar das contribuições para a arquivística alemã, o modelo proposto por Hans Booms não se mostrou eficiente, principalmente, após 1990 com a reunificação do país. Após esse período, o debate dos pesquisadores e arquivistas alemães concentrou esforços em três rotinas do fazer que careciam de melhor delineamento devido a sua importância para a ciência dos arquivos: 1) avaliação; 2) arquivamento de documentos eletrônicos; e, 3) descrição e acesso.

Focando na avaliação, os estudiosos asseguraram que era impossível estabelecer requisitos padronizados de valor, devido as diferenças inerentes a cada nível de governo (federal, estadual ou municipal). Além disso, a avaliação deveria abandonar a ideia de privilegiar os interesses de pesquisa de alguns grupos da sociedade, a exemplo dos historiadores.

Trazendo apontamentos relevantes para compreender a avaliação na Alemanha, Silva e Parrela (2020) explicam:

O federführungsmodell é o modelo de avaliação dos Arquivos Federais. [...] Para realizar a avaliação, existem alguns instrumentos de suporte aos arquivistas, como a matriz de avaliação de documentos governamentais, com alguns critérios de análise: significado da tarefa/objetivo, jurisdição/legislação, tipo e qualidade da execução da tarefa, tradição e procedimentos para categorizar a área subordinada. Com base em critérios, perguntas são feitas para uma avaliação baseada também em pontos fortes e fracos. Há também o plano de arquivo como instrumento para a avaliação. O modelo de avaliação horizontal e vertical é o principal em nível estadual (*Landesarchiv* Baden-Württemberg). Seu objetivo é conseguir uma transferência de arquivos condensada, que, de forma confiável, reflita a seção das realidades da vida com a qual a tarefa de uma agência governamental está relacionada. Os arquivistas só podem conseguir isso se tiverem um conhecimento preciso dos processos realizados pela administração. A diferença fundamental entre o modelo de *federführung* e a avaliação horizontal e vertical é que, enquanto o primeiro se concentra na liderança administrativa, a última baseia-se no reconhecimento de que no serviço público estadual várias agências, geralmente, estão envolvidas no cumprimento de uma tarefa de ordem pública e os documentos mais

informativos podem não ser necessariamente encontrados no nível mais alto. (Silva; Parrela, 2020, p. 6).

No que tange aos arquivos municipais, Silva e Parrela (2020, p. 7) destacam que a abordagem apresentada por Booms (1987) forneceu mecanismos importantes para o processo de avaliação nesse nível, visto que os arquivos municipais devem “representar de maneira abrangente a sociedade local e as realidades de vida, documentar seus eventos, fenômenos e estruturas, grandes ou pequenas, e, assim, fazer justiça à pluralidade local (política, econômica, cultural e social)”. Para tanto, a abordagem concreta para atender a essa necessidade foi fornecida por Irmgard Christa Becker nos anos 2000.

Os diferentes parâmetros de avaliação, segundo Taylor (2016), forneceram metodologias mais práticas, esquemáticas e sofisticadas, além de atender a diferentes escolas de pensamento, em espaços específicos. Contudo, é importante frisar que por serem desenvolvidas rotinas distintas, cada nível governamental (Federal, Estadual e Municipal) definem a sua legislação e normas de aplicação.

Saindo do cenário Alemão e chegando aos Estados Unidos, Helen Samuels, introduziu no artigo *Who Controls the Past* (1986) a ideia de **estratégia de documentação**. O objetivo dessa metodologia, em suma, é orientar a seleção de documentos e garantir a retenção de informações adequadas de uma área geográfica específica, um tópico ou um evento que que foi disperso pela sociedade (Society Of American Archivists, 2020).

Para que seja possível essa ação, Samuels definiu quatro atividades para o desenvolvimento das estratégias documentais:

1) escolha e definição do assunto a ser documentado; (2) seleção da equipe e estabelecimento do local da estratégia; (3) estruturação da pesquisa e exame da forma e conteúdo da documentação disponível; (4) seleção e guarda em local apropriado da documentação. (Samuels, 1986, p. 116, tradução nossa).

A partir dessas atividades, Samuels (1986) assegura que é possível criar um processo analítico que irá ajudar a guiar a seleção dos documentos, bem como, assegurar a retenção de informações referentes a um assunto ou local. Ademais, essa metodologia promove a interação entre muitos arquivos, a partir do diálogo que é estabelecido. Alguns anos após as primeiras premissas, a autora promove novos apontamentos ao incluir a análise funcional institucional ao seu modelo de avaliação.

A análise funcional surgiu em contraponto ao método de análise da estrutura

administrativa, para a autora, os registros de arquivo devem ser processados de acordo com a utilização, visto que o uso, é capaz de fornecer dados completos acerca da instituição. Apesar dessa perspectiva ter sido direcionada para universidades e faculdades, a análise funcional tem sido aplicada em diversos ambientes institucionais. A respeito desses novos apontamentos da teoria de Samuels, Terry Cook (1992) explica que a autora passou, em substância e retórica, de um foco artificial e confuso para uma metodologia orgânica e funcional, que se baseia essencialmente nas atividades do criador dos registros, e ainda, diminuiu o papel do usuário/pesquisador no processo de avaliação.

No artigo *Documentation Strategy*, Cook (1992) faz uma análise do modelo apresentado por Samuels, ao mesmo tempo que discorre sobre a necessidade da comunidade arquivística formular novos modelos para o processo de avaliação, visto que para ele, “a abordagem tradicional de avaliação não funciona mais. (Cook, 1992, p. 182, tradução nossa). Diante desta premência, o próprio Terry Cook trouxe uma abordagem para colaborar com essa agenda da área: a **macroavaliação**.

Essa abordagem foi construída a partir do reconhecimento da importância dos valores sociais para compor as bases de valoração, bem como das relações orgânicas da produção documental. Deste modo, a macroavaliação tem por objetivo, atentar para as relações orgânicas de criação documental e o seu contexto sociocultural, ou seja, suas características estão assentadas na relação entre função, estrutura e cidadãos. Em outras palavras,

A macro-avaliação avalia o valor social tanto do contexto funcional-estrutural como da cultura do local de trabalho em que os documentos são criados e usados pelo seu criador (es), e a inter-relação dos cidadãos, grupos, organizações— “o público”— com este contexto funcional-estrutural. Se a avaliação tradicional designa o valor a longo prazo do conteúdo dos documentos, ou uma série de documentos, por seu valor potencial de investigação, a macro-avaliação avalia a importância do contexto funcional de sua criação e uso contemporâneo. A avaliação trata de documentos enquanto que a macro-avaliação trata de seu contexto mais amplo (ou “macro”. (Cook, 2012b, p. 149-150).

Portanto, na macroavaliação, o autor supracitado defende a ideia que a estrutura organizacional favorece uma representação fiel do produtor, ao mesmo tempo que espelha o modelo de gestão administrativa com suas funções. Tudo isso, é fruto das relações externas, pois uma instituição faz parte do meio social onde ela está inserida. Desta forma Cook (2003, p. 92) atesta: a macroavaliação se centra “[...] en la interacción entre la función, la estructura y el ciudadano que, combinados,

reflejan el funcionamiento del Estado dentro de la sociedad civil”. (COOK, 2003, p. 92). Neste íterim, a avaliação deve contemplar esse cenário de forma abrangente, pois todos esses elementos são fundamentais no processo de seleção e destinação, mas vale destacar que o autor não tem interesse em documentar o governo propriamente dito, na sua proposta, o cerne está na tentativa de refletir os valores sociais por meio de uma análise funcional da interação cidadão-estado.

Esclarecendo essa questão, Cook (2003, p. 100) afirma que a macroavaliação:

Permite determinar qué conservar y qué eliminar con independencia de los dictados del Estado (modo tradicional) y de las últimas tendencias de la investigación histórica (modo practicado más recientemente); pero la característica que lo hace resultar más satisfactorio es la de intentar reflejar los valores sociales por medio de un análisis funcional de la interacción ciudadano-Estado (Cook, 2003, p. 100).

Isto posto, o autor assegura que a avaliação não pode está assentada nos interesses do Estado ou na necessidade de profissionais específicos, deve contemplar a sociedade. Assim, a macroavaliação ganha espaço no Canadá e apresenta elementos tangíveis ao aproximar os valores funcionais e culturais, mostrando ser possível integrar a memória organizacional e social. Para isso, Cook defende que o processo de avaliação deve ser executado pelo arquivista, mas não com poder absoluto de decisão, visto a complexidade envolvida nesse processo. Portanto, a função do arquivista consiste em desenvolver metodologias e estratégias adequadas para contemplar uma memória documental abrangente que seja capaz de representar a sociedade. (Cook, 2005).

Para ajudar na compreensão acerca dessa abordagem, Cook aponta 10 (dez) premissas (princípios) de sua abordagem, a saber:

- 1) Avaliação como processo panejado e ativo;
- 2) Os documentos devem ser avaliados por arquivistas segundo critérios pré articulados de valor;
- 3) O valor informacional é um critério excepcional na valoração dos documentos, utilizado somente em último caso;
- 4) O arquivista deve avaliar o contexto de produção dos documentos e seu uso contemporâneo, em vez de avaliar documentos individualmente, tendo em vista o grande volume documental produzido;
- 5) Macroavaliação pressupõe a pesquisa de diversos elementos orgânico funcionais como “a cultura organizacional e funcionalidade institucional, sistemas de gestão de documentos, fluxos de informação, suportes documentais e mudanças no espaço e tempo” atribuindo valor ao contexto funcional-estrutural e sua relação com os cidadãos;
- 6) A avaliação não se confunde com a aquisição, apesar de serem atividades relacionadas;
- 7) O sucesso da implementação de estratégias e metodologias de avaliação depende de uma teoria consistente para atribuição de valor aos documentos;

- 8) Teoria de avaliação não se confunde com teoria arquivística;
- 9) Avaliação é inevitavelmente um processo subjetivo;
- 10) Arquivistas e instituições devem ser considerados responsáveis por suas decisões relacionadas à avaliação por meio do registro de todas as atividades que compõem o processo da Macroavaliação. (Guimarães, 2018, p. 80-81).

A macroavaliação ganhou inúmeros seguidores pelo mundo, como por exemplo a Austrália, Holanda e África do Sul; ambas utilizaram a metodologia de Cook no modelo adotado em seus respectivos países. Porém, ainda no Canadá do final do século XX, novas perspectivas surgiram para ampliar as discussões profícuas em torno da avaliação. Nesse sentido, Eastwood explica:

Uma espécie de crise se forma com a avaliação arquivística. Quanto mais documentos de arquivo são criados, mais difíceis se tornam as decisões. Quanto mais difíceis as decisões se tornam, mais nós, arquivistas, escrevemos sobre avaliação. Quanto mais escrevemos, mais nos preocupamos com a questão. Quanto mais nos preocupamos, mais somos tentados a pensar que não há respostas solidamente fundamentadas para a questão do que guardar – que vale tudo. (Eastwood, 1993, p. 111, tradução nossa).

Com efeito, Eastwood propõem um modelo de avaliação centrado na ideia de **microavaliação**, essa metodologia consiste na análise exaustiva do *corpus* documental, a sua estrutura, seus componentes, a relação orgânica entre as diversas seções, dentre outros (Makhlouf; Cavalcante, 2008). Deste modo, Eastwood esclarece a relevância desse olhar minucioso afirmando que “compreender as propriedades dos arquivos e os processos que os formam é importante no exercício da avaliação”. (Eastwood, 1993, p. 112, tradução nossa).

Contudo, o autor assegura que a avaliação não é um processo simples, exige um grande esforço para compreender as propriedades e o contexto do documento, e ainda, projetar o seu valor no futuro. O fato é que nada é completamente certo no exercício da avaliação, o valor dependerá da projeção do passado no presente, para uso no futuro. (Eastwood, 1993). Todavia, para diminuir a chance de equívocos, deve-se admitir o conhecimento e habilidade do avaliador, mediante as estratégias adotadas pela microavaliação.

A partir dessas reflexões, Eastwood enfatiza que na microavaliação, a análise exaustiva do documento e do seu uso, fornece mecanismos relevantes para que o arquivista compreenda o perfil do usuário e assim, projete futuras tendências de utilização dos registros. Deste modo, o estudioso explica que os valores descritos por Schellenberg e outros pesquisadores não são capazes, por si só, de fornecer

informações realmente relevantes para o processo de avaliação. Para Eastwood (1993) o que os arquivistas anteriores fizeram, de fato, foi categorizar, às vezes de forma confusa, a capacidade dos arquivos, mas isso não responde as necessidades de avaliação. Além disso, o autor questiona se esses valores estabelecidos perdurarão em qualquer tempo, atendendo assim, aos interesses futuros da sociedade. Isto posto o autor conclui: “o uso fornece a base empírica da avaliação”. (Eastwood, 1993, p. 119, tradução nossa).

Diante da proposta dos canadenses Terry Cook e Terry Eastwood, surge a concepção da **Avaliação Integrada** desenvolvida por Carol Couture (1998), que entende que ambas as estratégias devem ser adotadas de forma complementar. Couture (2005) esclarece que a macro e micro avaliação, embora apresentem particularidades, não são excludentes, elas ampliam o olhar do avaliador diante de dimensões distintas na identificação do valor dos documentos.

Esclarecendo melhor a metodologia da avaliação integrada, Makhlouf e Cavalcante (2008) pontuam que a primeira fase consiste na macroavaliação, e, portanto, no olhar atento do arquivista quanto as razões da produção dos documentos, mandatos e funções do criador, e ainda, no estabelecimento das prioridades por meio das quais as unidades administrativas a estudam. A segunda fase seria a microavaliação, responsável em situar ao nível das operações, e que visa julgar o valor primário e o valor secundário. Além disso, é nessa fase que serão estabelecidas as regras de conservação que serão reagrupadas na tabela de temporalidade.

Para melhor direcionar o processo de avaliação, Couture (2005) destaca cinco princípios básicos, a saber:

1. Os registros fornecem evidências das atividades da sociedade de forma ampla;
2. O julgamento é objetivo e reflete os valores contemporâneos dos registros;
3. Os vínculos entre a avaliação e outras funções arquivísticas devem ser respeitados;
4. Existe um equilíbrio entre as finalidades administrativas e patrimoniais; e
5. Há um equilíbrio entre as considerações relativas ao contexto de criação e as considerações referentes ao uso dos registros.

A perspectiva de Couture integra a proposta de avaliação de Cook e Eastwood, entretanto, também apresenta alguns pontos de convergência com Samuels, Booms e Schellenberg. Esse fato pode ser atestado ao observarmos os princípios acima e

relacionar aos apontamentos de cada autor. Isso não quer dizer, contudo, que a avaliação integrada une todas as ideias dos pesquisadores supracitados, mas fica evidente que, em certa medida, recebeu influências relevantes ao seu desenvolvimento. Outro ponto que carece ser enfatizado, é que Couture é o primeiro a evidenciar a relevância da criação de instrumento relativo ao processo de avaliação: a tabela de temporalidade. É na tabela que ficam registradas as decisões acerca da destinação final, facilitando assim, a execução da atividade ao longo do tempo. Makhoul e Cavalcante (2008) afirmam que apesar do estímulo a operacionalização dos valores e critérios para a avaliação, os pesquisadores anteriores não propuseram instrumentos efetivos que permitissem a gestão desta função.

Apesar das profícuas discussões desenvolvidas no Canadá, os portugueses Silva e Ribeiro (2000) permaneciam inquietos com as abordagens que vinham sendo apresentadas até então, para eles, os métodos continuavam na órbita de Schellenberg. No que tange especificamente a Arquivística Integrada, Silva e Ribeiro (2000) sustentam que essa abordagem está pautada em um esforço performático, que propunha modificar a superfície sem mexer nos fundamentos tradicionais da disciplina. Além disso, os autores questionavam que imersos em uma sociedade da Informação cada vez mais plural, a Arquivologia não podia se fechar a modelos tradicionais de avaliação.

É nesse sentido que Silva e Ribeiro sugerem a abordagem da **avaliação do fluxo informacional** baseado no modelo quadripolar de investigação⁷³, uma vez que os autores defendem que a avaliação é uma operação metodológica e não um procedimento técnico, por isso, tal função deve possuir caráter científico e utilizar um método de pesquisa consistente. Além disso, Ribeiro e Silva destacam que a avaliação não deve ser realizada apenas com fins de destinação, mas sobretudo, para identificar dados sobre o sistema arquivístico, e assim, aperfeiçoá-lo.

O paradigma emergente que rege a reformulação teórico-prática aqui proposta exige racionalidade, coerência e consistência. Não podemos, pois, continuar a conceber a avaliação, a triagem à francesa ou a seleção documental como uma importante operação técnica e atividade profissional exclusiva do arquivista, quando ela, afinal, só adquire plena inteligibilidade metodológica num esquema quadripolar centrado na produção de pesquisa e de conhecimento científico que está para além do nível meramente empírico e prático do trabalho arquivístico e abrange ainda a problemática biblioteconômica e dos sistemas (tecnológicos) de informação. (Silva; Ribeiro, 2000, p. 85).

⁷³ Os quatro pólos seriam: epistemológico, teórico, técnico e morfológico.

Na abordagem de Silva e Ribeiro (2000) os documentos passam apenas por duas fases no ciclo de vida, sendo o primeiro o contexto de criação/produção (início, trâmite e conclusão do documento) e o segundo, o contexto de memória. Neste ínterim, os autores se contrapõem aos conceitos de valor primário e secundário, de Schellenberg, argumentando que os valores não se excluíam, ao contrário, seriam cumulativos, o que denota que os documentos permanentes não teriam apenas interesses externo, poderiam continuar tendo utilidade para a administração que os produziu.

Isto posto, Silva e Ribeiro (2000) ponderam que a avaliação deve ser executada a partir de três dimensões: 1) no desempenho dos serviços de informação; 2) na eficácia e eficiência da recuperação da informação; ou 3) no fluxo da informação; é esta última dimensão que resulta a metodologia descrita pelos autores. Pois bem, no processo de avaliação aplicada ao fluxo informacional, deve-se realizar uma análise que permitirá caracterizar o percurso, as duplicações/cópias e os desperdícios. Assim, os avaliadores devem embasar o processo nos seguintes parâmetros: **pertinência** (níveis A, B e C⁷⁴), **densidade** e **frequência**. A partir disso, serão utilizados índices de ponderação: 1 (conservar a informação) e 0 (eliminar a informação).

Quadro 5 – Demonstrativo da avaliação a partir dos parâmetros e índices

PERTINÊNCIA	DENSIDADE	FREQUÊNCIA	DESTINO FINAL
Nível A	1	1 ou	Conservação permanente
Nível A	0	1	Conservação temporária
Nível A	0	0	Eliminação
Nível B	1	1 ou 0	Conservação permanente
Nível B	0	1	Conservação temporária
Nível B	0	0	Eliminação
Nível C	1 ou 0	1	Conservação temporária
Nível C	1 ou 0	0	Eliminação

Fonte: Rockembach (2015)

Conforme pode ser observado no quadro, o primeiro parâmetro é a pertinência, na qual refere-se à ação da instituição, e conseqüentemente, na produção documental. Esses documentos podem ser mensurados através do trinômio: objetivo

⁷⁴ O nível "A" envolve toda informação diretamente vinculada às atividades-fim da instituição; o nível "B" constitui a informação relativa às atividades-meio; e o nível "C" abrange toda a redundante quantidade de informações e de séries informacionais.

(razão de existir), estrutura orgânica (+ competências/função) e memória. Silva e Ribeiro (2000, p. 104) pontuam que é nesse trinômio que “se joga o êxito ou insucesso do modelo proposto”. Quanto ao parâmetro da densidade, os autores explicam que ele pondera se o documento é primário/original (e se possui cópia/duplicação) ou é secundário (e se possui cópia/duplicação). A partir desse dado, se a informação for analisada como densa, adquire a ponderação 1, se for menos densa, recebe a ponderação 0, e em algum momento, será eliminada.

O último parâmetro, é a frequência e está relacionada com a periodicidade de acesso e uso, contudo, ela sozinha não determina os critérios para avaliação, apenas dá indicativos que essa informação talvez tenha necessidade de guarda ampliada. Para ajudar nesse processo, há dois eixos a serem utilizados na análise: uso médio/máximo (ponderação 1) e o uso fraco/mínimo (ponderação 0).

Por fim, os autores destacam a relevância de conhecer a instituição, explicando que “todo e qualquer estudo de avaliação não pode dispensar o conhecimento prévio do contexto em que foi (é) gerado e usada a informação, sob pena de não ser possível caracterizar, com rigor, o sistema de informação”. (Silva; Ribeiro, 2000, p. 106). Ademais, para a aplicação da operação metodológica avaliativa de fluxo informacional é indispensável que todos os fundamentos sejam compreendidos e aplicados de modo adequado.

Outra abordagem que ganhou destaque nas discussões da área foi a **Teoria dos atos dos documentos** defendida por Barry Smith, a partir de 2005, e baseada na filosofia da linguagem e na teoria dos atos da fala. Essa metodologia perpassa a perspectiva dos usos probatórios e informativos e aborda as questões éticas, legais, sociais e institucionais do documento, ou seja, amplia os estudos referente a avaliação da informação uma vez que apresenta um novo olhar a partir dos registros.

Smith (2014) defende que os documentos são a materialização de ações que ocorrem no mundo real, por isso são capazes de impactar a sociedade por trazer elementos relevantes sobre um dado momento. Contudo, o autor esclarece que o mesmo documento pode servir a diferentes atos sociais, ao longo do tempo, e ter diferentes destinatários. Neste sentido, a abordagem de Smith nos leva a compreender que o documento deve ser analisado a partir das consequências dos atos sociais, pois os documentos são registrados para uma realidade, mas podem produzir efeitos diversos.

No artigo intitulado *Uma investigação filosófico-legal para Atos dos*

Documentos, Pessanha, Coelho e Almeida (2016, p. 13) refletem acerca dessa abordagem e argumentam que

os fatos contidos nos documentos são formalizações de atos sociais, incluindo direitos e obrigações, e dessa forma entidades necessárias para se cumprir compromissos na criação de qualquer produto ou serviço no contexto organizacional. Os atos do documento formalizam a criação de artefatos sociais, atribuindo responsabilidades a quem produz, quem assina, quem recebe, quem executa. Apenas documentos são capazes de estender os compromissos de longo prazo assumidos em atos sociais, como os atos de fala.

A ontologia dos atos dos documentos ainda está em fase de desenvolvimento teórico-prático, entretanto, segundo os autores supracitados anteriormente, ela pode ser aplicada a diferentes domínios socioeconômicos na construção de ontologias. (Pessanha; Coelho; Almeida, 2016). Para isso, contudo, é fundamental que novas pesquisas sejam desenvolvidas visando ampliar e melhorar o método nas mais diversas áreas.

Na América Latina, um pesquisador que ganhou destaque no desenvolvimento de metodologias para o processo de avaliação foi Manuel Vásquez Murillo. Na obra *Cómo seleccionar documentos de archivo*, o autor discorre sobre a prática da seleção documental com base na teoria dos valores, mas sobretudo, descreve como deve ser executado o processo de avaliação. Vásquez Murillo (2006) defende a ideia de ciclo vital, contudo, ele explica que as fases não devem ser determinadas apenas pela frequência de uso dos documentos, por dois motivos centrais: o primeiro, é que datas exatas de início e término das fases não são determinadas, e segundo, a possibilidade de confusão entre aspectos relativos a frequência de uso e valor.

Nesse sentido, a sua proposta reside num ciclo vital com foco na vigência documental:

A vigência pode definir-se em si mesma como a força que tem um documento de arquivo para obrigar, testemunhar ou provar. Mais que a vigência em si mesma, interessa definir o prazo de vigência. É o tempo durante o qual um documento de arquivo obriga, testemunha ou prova o que explicitamente diz seu texto ou está implícito em seu tipo documental. (Vásquez Murillo, 2006, p. 31, tradução nossa).

Outro destaque na abordagem de Vásquez Murillo é o estabelecimento do prazo precaucional que é uma fase anterior a destinação final (eliminação ou recolhimento). Esse prazo possibilita responder obrigações jurídicas ou administrativas; a determinação desse prazo pode ser definida por prescrição de direito para possíveis reclamações ou pelo estabelecimento de data na Tabela de

temporalidade. Cabe enfatizar ainda que o autor defende que a avaliação deve ser realizada no arquivo intermediário para não comprometer o teor das fontes que irão compor o patrimônio documental, assim, segundo Vásquez Murillo (2006) entre a conservação e a eliminação está a seleção de documentos, que requer a apreciação dos valores dos documentos.

Diante dessas premissas o ciclo vital defendido pelo autor segue a seguinte lógica:

Quadro 6 - Ciclo vital a partir da abordagem de vigência e prazo precaucional

CICLO VITAL	Primeira Idade	- Momento de planificação; - Momento de Tramitação;
	Segunda Idade	- Momento de vigência; - Momento de prazo precaucional;
	Terceira idade	- Fase permanente.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Outra abordagem que vem ganhando destaque nas discussões sobre avaliação é o **modelo Índicio-Evidência-Prova** do Moisés Rockembach. O pesquisador parte da concepção de informação trazida por Silva e Ribeiro (2000) na abordagem do fluxo informacional e baseia-se ainda na teoria dos sistemas. Diante dessas influências, o modelo Índicio-Evidência-Prova pode ser aplicável tanto em suporte analógico, quanto no digital. Contudo, cabe destacar que Rockembach concebe a avaliação para além dos prazos de guarda. Nesse sentido o autor explica: “é preciso buscar o entendimento de como o sujeito atribui valor à informação, confere veracidade e qualidade na representação do fato, fenômeno ou objeto a ser registrado, em quaisquer suportes e plataformas. ”. (Rockembach, 2015, p. 94).

Trazendo as definições do modelo, o autor parte da concepção que a informação pode apresentar aspectos de indício, evidência e/ou prova, por isso, o nome da abordagem. Quanto aos **indícios**, Rockembach (2015) explica que surgem a partir da reunião de pistas, sinais ou vestígios, contudo, cabe destacar que os indícios podem possuir tanto características intencionais ou não-intencionais, visto que essas pistas são levantadas a partir de uma análise contextual do ambiente

organizacional, não necessariamente no que está registrado no documento. Isto posto, os indícios reunidos podem contribuir para reconstruir uma ação do passado, o que é essencial para a compreensão do arquivista, todavia o autor atesta que o indício não deve ser vislumbrado no sentido de prova, “mas no sentido de probabilidade, uma informação sobre algo ou alguém que estatisticamente é provável de ser/ter sido real a partir da análise de seus indícios”. (Ferreira; Rockembach, 2017, p. 39-40).

Já a **evidência** tem relação em como o indivíduo expõem os objetos e os fatos. Para uma melhor compreensão, o autor explica:

A evidência é um complexo sistema composto pelos sentidos humanos, cognição e a linguagem. São respectivamente a entrada do sistema, pelo o que foi captado pelos sentidos, a apreensão do que foi observado e a saída do sistema manifestando a evidência. Por isto, a evidência possibilita um grau variável de certeza sobre aquilo que se está observando ou afirmando, em uma relação entre a realidade e o sistema de crenças e julgamentos de um indivíduo. (Ferreira; Rockembach, 2017, p. 40).

Em sua tese de doutoramento, Rockembach (2012) atesta que para aumentar os níveis de evidência alguns questionamentos podem ser feitos acerca da: a) vigilância epistêmica; b) forma de apresentação da informação; c) a completude das informações; d) o cumprimento dos objetivos de informar; e) a credibilidade da autoria; e por fim, f) a organização e recuperação da informação. O pesquisador justifica que “a força da evidência reside na junção destes questionamentos e na sua capacidade em responder as expectativas de evidência dos sujeitos ou dos usuários/utilizadores de um sistema, que querem ver sua cognição convertida em verdade”. (Rockembach, 2012, p. 68).

Quanto ao elemento prova, o autor assegura que está vinculada a um processo de validação/legitimação de uma informação. A prova sempre será produzida a partir de uma evidência, para tanto, para haver evidência, não necessariamente há uma prova. Buscando desvincular a prova da evidência, Capurro e Hjørland (2007, p. 185) explicam:

Na medida em que a informação é vista ou apresentada e legitimada em termos de seu suposto conteúdo factual, fica autorizada uma determinada visão do mundo – em vez de convidar ao debate sobre a construção e relevância desta visão. Ao contrário, na medida em que a informação é tratada como um produto de atividades específicas de construção do mundo, isto convida ao questionamento discursivo quanto ao seu significado e relevância.

O Indício-Evidência-Prova, apesar de suas especificidades, podem ser vislumbrados como elementos complementares, e que estão intimamente

relacionados. Essa abordagem de avaliação propicia um olhar atento para a informação, favorecendo uma reflexão a partir das evidências significativas que melhor reflitam o contexto institucional e social, seja em ambientes analógicos ou digitais. O autor pondera ainda que

a avaliação da informação sob o aspecto da evidência contrapõe-se aos aspectos indiciais e probatórios, ao mesmo tempo que mostra os elementos que contribuem para a construção de maiores níveis de informação evidencial. O indício pode tornar-se evidência, e a evidência transformar-se em prova, mas há todo um processo envolvendo as necessidades informacionais do sujeito e sua relação com as instituições de poder se, por exemplo, precisar legitimar esta informação. (Rockembach, 2012, p. 240-241).

Apesar das diversas abordagens da avaliação documental que foram apresentadas nessa sessão, algumas nunca foram utilizadas efetivamente na prática arquivística pelo mundo, uma vez que a avaliação documental, em cada país, segue as normas e condutas estabelecidas por legislações específicas em suas localidades. No entanto, isso não quer dizer que elas não tiveram importância, cada uma delas contribuiu com influências relevantes para a determinação dos aspectos normativos locais. No Brasil, por exemplo, a Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto n.º 4.073, de 03 de janeiro de 2002, definiu os marcos legais da avaliação de documentos de arquivo, tendo como referência termos e/ou conceitos propostos por Schellenberg. Contudo, o Conselho Nacional de Arquivo (CONARQ) editou várias resoluções, *a posteriori*, para normatizar os critérios de destinação no país, sendo possível perceber a influência de alguns princípios fundamentados por Rousseau, Couture e Manuel Vázquez.

Na França, a base da avaliação está assentada na teoria do valor popularizada por Schellenberg, contudo, a interpretação desses valores e como os arquivistas franceses enxergam a prática arquivística perpassa os aportes defendidos por esse autor. O fato é que as autoridades e arquivistas franceses se apoiaram nos princípios e abordagens que vinham sendo popularizados na literatura para criar os seus próprios critérios. Em 3 de Janeiro de 1979, foi criada a lei que regularizou e uniformizou as práticas de avaliação em arquivos públicos e privados, baseado na teoria do ciclo de vida dos documentos, no princípio de respeito aos fundos e tendo o Arquivo Nacional Francês (ANF) como órgão responsável pela aprovação da destinação dos documentos. Cheila Pinto (2014, p. 31) destaca ainda que “actualmente, para proceder à avaliação, os ANF recorrem a inquéritos para perceber

a estrutura da entidade produtora e a informação a avaliar. Daqui resulta uma tabela de selecção para o serviço ou organismo”.

Na Espanha e Portugal as legislações que definem as práticas de avaliação também foram adaptadas a partir da teoria de valor de Schellenberg. Em consonância, Hernández Olivera (2013, p. 8) atesta com veemência a influência do modelo norte americano na Espanha: “El modelo valorativo español está por consiguiente estrechamente vinculado a la concepción taxonómica de la valoración desarrollada por Schellenberg [...]”. Portugal da mesma forma, apesar de propor novas abordagens ainda tem uma legislação inspirada na teoria das três idades e baseada na análise funcional institucional.

Na Holanda e Nova Zelândia a macroavaliação teve uma forte influência. No primeiro, os documentos selecionados para guarda permanente deveriam ser espelho da relação entre governo e sociedade. Tanto que na década de 90, foi criado o *Project for Implementation Reduction Transfer-period* (PIVOT), no qual foi executado uma organização para compreender a relação entre os departamentos governamentais e as suas atividades, bem como, promover uma colaboração entre instituições para evitar duplicação de funções. Os documentos selecionados para guarda permanente tinham que apresentar uma função na sociedade, logo, o objeto da avaliação era a função/atividade (Pinto, 2014).

No segundo, apesar das influências da macroavaliação, os arquivistas neozelandeses desenvolveram princípios específicos para nortear a prática avaliativa, com foco em promover uma maior cooperação entre arquivistas e as instituições governamentais. Neste sentido, Martorell (2010, p. 36) apresenta os oito princípios, no que segue: 1) Princípio da aplicação; 2) Princípio da prioridade; 3) Princípio da globalidade; 4) Princípio da implementação; 5) Princípio da destruição; 6) Princípio da privacidade; 7) Princípio da integridade; e por fim, 8) Princípio da independência do suporte. Visando simplificar o processo de avaliação, em 2009, o *Archives New Zealand* disponibilizou uma política⁷⁵ para guiar o processo de avaliação no país, nela é possível consultar as etapas necessárias para iniciar e finalizar o processo de avaliação.

Na Noruega, influências germânicas e inglesas trouxeram conflitos na compreensão das práticas arquivísticas, além disso, uma política de recirculação de

⁷⁵ Disponível em <<https://www.archives.govt.nz/manage-information/how-to-manage-your-information/appraisal/appraisal-process>>. Acesso em 07 fev. 2022.

papel fez muitos documentos desaparecerem (Pinto, 2014). Para normatizar o processo de avaliação, foi criada uma instrução normativa, após a década de 50, para promover a diminuição das massas documentais a partir de parâmetros determinados, esse modelo baseava-se em três etapas: 1) racionalização da criação de documentos; 2) revisão dos documentos pelo corpo administrativo após cinco anos de criação dos registros; 3) análise realizada pelo arquivista após vinte e cinco anos. Em 1988, por decreto real, uma instrução normativa foi criada proibindo o corpo administro realizar eliminação sem consentimento do Arquivo Nacional Norueguês.

A contextualização breve de como a rotina da avaliação é respaldada nesses países, e tantos outros que não foram citados, é fundamental para compreendermos que apesar dos esforços dos pesquisadores em desenvolver a metodologia avaliativa, são as normas locais que direcionam, efetivamente, a prática arquivística. Deste modo, muitas vezes os profissionais de arquivo acabam executando a avaliação de forma mecânica para diminuir o acúmulo das massas documentais, sem refletir acerca dos fundamentos que embasam essa prática.

No artigo intitulado *A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória*, Mariana Lousada (2012) destaca que os arquivistas devem compreender que o ato de avaliação envolve premissas sociais, uma vez que o que será guardado permanentemente poderá consubstanciar na memória coletiva e na historiografia. No mesmo sentido, Brothman (1991) destaca que os arquivistas devem refletir criticamente sobre os aspectos e critérios que serão utilizados na avaliação dos documentos.

Em consonância com os autores citados, reafirmamos que o ato de avaliação requer atenção, criticidade, cuidado e conhecimento dos profissionais envolvidos, mas sobretudo, responsabilidade. Diante deste contexto, a ampliação das discussões em torno da avaliação urge como um insumo basilar na prática arquivística, para tanto, deve ser desenvolvida de forma ampla, crítica e assertiva.

5.3 DESCRIÇÃO

Assim como as demais atividades da rotina arquivística, a descrição, enquanto prática, pode ser vislumbrada desde o surgimento dos primeiros registros escritos.

Contudo, o seu objetivo foi ganhando múltiplos sentidos ao longo do tempo. Duranti (1993) destaca que as primeiras descrições foram encontradas em arquivos privados na Assíria, datados de 1500 a.C. A razão para essa prática, provavelmente era compilar repertórios que pudessem subsidiar a administração e fornecer a preservação do conteúdo informacional em caso de alguma intempérie. Poesner (1984) por sua vez, evidencia que em monastérios e bispados dos Impérios Romanos e Bizantino, a descrição comumente estava ligada a registros acerca da produção e recebimento dos documentos. Outrossim, também estava relacionado as cópias dos documentos para consulta externa. Alguns anos mais tarde, principalmente em países da Europa ocidental, a descrição foi ganhando destaque pelo seu potencial em recuperar informações relevantes a administração. Com a criação dos Estados Modernos e o aumento da burocracia administrativa, a descrição foi ganhando maior notoriedade enquanto prática da rotina arquivística.

O fato é que ao longo dos anos, a atividade de descrição foi aferindo novas atribuições a medida que a produção de documentos foi ganhando volume e relevância estratégica, para tanto, foi a partir do Manual dos Arquivistas Holandeses e o conseqüente aumento das discussões em torno dessa atividade, que a descrição ganhou espaço enquanto parte da rotina arquivística, no que se refere as práticas de organização e representação da informação.

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. (Café; Brascher, 2008, p. 5)

O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, comumente conhecido como o Manual dos Arquivistas Holandeses, apresenta regras para a atividade de descrição visando a padronização do processo. Entre as recomendações sugeridas, os autores indicam que os documentos devem ser descritos do geral para o particular. Essa indicação se justifica pela necessidade de alcançar uma visão ampla do acervo, e assim, compreender a sua constituição. Muller, Feitth e Fruin (1973, p. 79), autores do texto supracitado, defendiam que a normalização da descrição deve “facilitar e simplificar ao máximo a consulta do arquivo”. Por isso, quanto mais padronizado esse processo, maior será o sucesso na recuperação da informação por parte dos usuários.

Apesar da importância do manual para a ampliação das discussões em torno da descrição e da proposta em padronização da atividade, a obra não trouxe uma

definição para o termo. Duranti (1993) destaca que o primeiro conceito de descrição arquivística, foi publicada no ano de 1974, pelo glossário da *Society of American Archivists*. A falta de uma definição mais pontual, resultava em alguns questionamentos acerca do limite e do objetivo da atividade, além de hesitações acerca da *episteme* da área. Rodrigues (2003) pondera, contudo, que desde a década de 50, profissionais de vários lugares do mundo, discutiam a necessidade de criar um léxico de terminologia arquivística internacional para ajudar no desenvolvimento da área e apresentar uma certa padronização da prática arquivística. Enquanto isso não ocorria, alguns países foram publicando as suas normas locais, foi o caso da Alemanha (1954), Estados Unidos (1983), Inglaterra (1986) e Canadá (1990).

Em 1988, em Ottawa, Canadá, foi realizado um encontro com arquivistas de diversos países com a finalidade de discutir a normalização da descrição⁷⁶. Carbajo Martín (1999) afirma que o debate se desenvolveu a partir de três (3) eixos centrais: a) a situação e o uso de normas nacionais em relação à descrição arquivística; b) os aspectos teórico-metodológicos e os trabalhos técnicos no campo da descrição; c) automatização, estratégia de implantação e formação profissional para a consecução de uma normalização.

Nos anos seguintes, novos eventos foram ocorrendo pelo mundo com a finalidade de ampliar as discussões em torno da norma internacional de descrição, todavia, foi no XII Congresso Internacional de Arquivos (1992), em Montreal, que o projeto da Norma Internacional de Descrição Arquivística foi aprovada⁷⁷. Após a aclamação, o projeto foi amplamente compartilhado e submetido a avaliação de arquivistas por todo o mundo, visto que a norma deveria atender as diversas tradições arquivísticas. Após esse tempo de consulta pública e várias reuniões para compilar as contribuições recebidas, a norma foi finalmente aprovada durante o XIV Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Sevilha, Espanha, no ano de 2000. O documento recebeu o nome de *International Standard Archival Description*

⁷⁶ Por ainda está iniciando a elaboração de suas normas nacionais, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1988, propôs que os Canadenses ajudassem na construção da norma internacional. Os arquivistas Canadenses tiveram papel central no desenvolvimento da *International Standard Archival Description (General)*.

⁷⁷ A CIA patrocinou um grupo de especialistas de diversas nacionalidades para desenvolver a norma. Nas primeiras reuniões estavam presentes representantes do Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra, Malásia, Portugal, Suécia e Austrália. Após a aprovação do projeto inicial, especialistas de outras nacionalidades foram convidados a somar esforços e compor a comissão de revisão, incluindo nesse contexto, o Brasil.

(*General*)⁷⁸, comumente conhecida pela sigla ISAD (G).

Devido as constantes confusões conceituais de termos importantes para a prática arquivística, a ISAD (G) traz um glossário explicando o que a norma entende por cada item, o seu objetivo é diminuir as ambiguidades em torno da aplicação da norma e permitir que as diferentes tradições arquivísticas façam as inferências necessárias. Para tanto, é enfatizado que as definições foram formuladas especificamente para os propósitos do documento, não sendo, portanto, conceitos universalmente aceitos para demais praticas arquivísticas.

Para descrição arquivística, a ISAD (G) define:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p. 4).⁷⁹

A ISAD (G), visando abarcar as diversas demandas, é aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos e em todo o ciclo de vida dos documentos, o seu objetivo é identificar e explicar o contexto e o conteúdo dos documentos para facilitar o acesso dos usuários. Entretanto, apesar da existência da versão internacional, foi recomendado que todos os países criassem suas normas locais para que as especificidades fossem contempladas. Diante dessa demanda, o Brasil criou em 2006 a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

A NOBRADE não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento. (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p. 9).

Por ser uma norma internacional, a ISAD (G) é mais genérica⁸⁰, a norma nacional, deve apresentar maior detalhamento para o desenvolvimento do processo de descrição. No caso da NOBRADE, além das explicações pormenorizadas, ela inclui mais uma área de descrição, a área de pontos de acesso e indexação de assunto,

⁷⁸ Em Português: Norma Internacional de Descrição Arquivística.

⁷⁹ Zazo (2000) afirma que a influência da definição proposta pela ISAD(G) será imediata, algumas obras importantes aparecidas depois da publicação, adotaram imediatamente o novo conceito.

⁸⁰ Esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

“onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição” (Conselho Nacional de Arquivos, 2006, p. 18). Além disso, ela evidencia que a norma é voltada para a descrição de documentos em fase permanente, podendo ser utilizada nas demais fases.

A fase na qual a descrição pode ser executada é um ponto de discordância entre muitos pesquisadores, Bellotto (2006, p. 173), por exemplo, afirma categoricamente que a "descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes", não cabendo em nenhuma outra fase. Sua justificativa está assentada no objetivo da descrição em promover o acesso aos usuários, mas sobretudo, no tipo de informação coletada durante o trabalho descritivo. Lopes (1996) por sua vez, defende que as práticas arquivísticas devem abandonar essas separações e compreender a descrição a partir de uma vertente integrada:

Acredita-se que, dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva. Portanto, é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística. (Lopes, 1996, p. 101).

Heredia Herrera (1991) e Hagen (1998) defendem que a descrição pode ocorrer tanto para arquivos primários, quanto secundários, contudo, há distinções no desenvolvimento da prática descritiva, visto que na fase permanente, a descrição tem como objetivo permitir a pesquisa, e por isso, deve trazer mais elementos informativos. Na fase corrente, por sua vez, o usuário já tem conhecimento da organização produtora, logo, não há necessidade de apontar grande número de informações.

Trazendo uma visão mais abrangente, Cook (1993) afirma que devemos pensar na atividade de descrição a partir da teoria da representação, pois enquanto os originais devem ser ordenados e armazenados em lugares previamente estabelecidos, as representações podem ser multiplicadas e distribuídas na forma que for útil. Assim, podem ser compartilhadas para fora dos arquivos para atender aos pesquisadores ou pode ser organizado internamente de forma a atender os usuários da instituição. Ao tratar deste aspecto, o autor evidencia o produto da descrição: os instrumentos de pesquisa.

Os dados coletados no processo descritivo dão origem a instrumentos de pesquisa, dentre os mais conhecidos temos os guias, inventários, catálogos e índices. Apesar de frequentemente os instrumentos serem tratados como sinônimos da

descrição, cabe salientar que os documentos supracitados funcionam como a mediação entre as informações custodiadas no arquivo e os usuários, por isso, a produção desse material só é possível após o desenvolvimento de atividades anteriores, tais como classificação, e principalmente, a descrição.

A equiparação de descrição e instrumento de pesquisa é uma prática comum desde a publicação do Manual de arranjo e descrição de arquivos, da Associação de Arquivistas Holandeses. Os Franceses também fizeram esta equiparação em seu *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques em France*. Do mesmo modo, Lodolini se aliou a esta corrente em *Archivística: principi e problemi*. Na Espanha, Carmem Pescador não fala da descrição, mas diretamente dos instrumentos de informação(...) e, Michael Cook, na Grã-Bretanha, também identificava a descrição com os instrumentos de pesquisa. (Zazo, 2000, p. 68 *apud* Leão, 2006, p. 26-27).

Cada instrumento de pesquisa é produzido diante das demandas institucionais e levando em consideração o nível de detalhamento. A ISAD (G) estabelece a necessidade de descrição em níveis que estejam hierarquicamente relacionadas a fase anterior. A partir dessa demanda, a NOBRADE propõe a descrição multinível respeitando o princípio da proveniência e a organização do fundo. Tendo como referência dessa discussão, é importante frisar que para o desenvolvimento da atividade de descrição, e a subsequente preparação dos instrumentos de pesquisa, é essencial obedecer a alguns princípios gerais. Maurel e Champagne (1999) aponta cinco princípios essenciais, são eles: 1º) a **descrição depende da classificação**, uma vez que a descrição será realizada a partir do conjunto previamente identificado e deve manter as ligações orgânicas entre si; 2º) **respeito aos fundos**, que apesar de já adotado na classificação, na descrição deve está evidente na hierarquia que é estabelecida entre os diferentes níveis de um fundo; 3º) a **descrição deve ser feita do geral para o particular**, portanto, primeiro deve trazer a visão geral do fundo e aos poucos ir ampliando o detalhamento e relacionando todas as partes/níveis; 4º) a **descrição evolui durante os "ciclos de vida"** dos documentos, deve ser iniciado na fase corrente e dado continuidade na fase permanente; 5º) **na hierarquia, o fundo é a unidade de descrição mais abrangente**.

Os princípios evidenciados contribuem para a padronização da descrição, uma vez que as normas não apresentam modelos engessados a serem seguidos, e sim, preceitos e condutas que devem orientar o processo descritivo para assim, facilitar o intercâmbio de informações entre diferentes instituições, e, principalmente, para favorecer a consulta e pesquisa dos usuários. Corroborando com a discussão, Szary (1989) afirma que se partimos da concepção que a descrição é uma representação

da unidade documental, logo, essa representação deve proporcionar informações adequadas para que os usuários decidam se a documentação atende as suas necessidades, se não houvesse uma padronização, esse trabalho seria mais árduo, e em alguns casos, impossível. Cabe salientar ainda que com a ampliação da tecnologia e a disseminação das ferramentas digitais, a padronização é fundamental inclusive para facilitar o trabalho dos arquivistas ao alimentar as bases de dados.

A partir dessas reflexões em nível internacional, outras normas foram criadas de modo a ampliar a padronização, foi o caso da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), Norma Internacional para a Descrição de Funções – ISDF, e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH. Esses documentos vieram a somar esforços em torno da padronização para além dos acervos, uma vez que a partir dessas normas, autoridades arquivísticas, as funções de entidades coletivas e instituições em todo o mundo também passaram a ser identificados seguindo um padrão.

Diferentemente das práticas em torno da classificação e avaliação de documentos, a descrição conseguiu encontrar pontos de convergência entre as tradições arquivísticas e caminhar em torno do diálogo conjunto. Essa ação só foi possível devido ao debate contínuo desde o início do século XX e ao certo consenso em torno da atividade. Llanes Padrón (2016) argumenta que desde os primeiros manuais escritos, a finalidade da descrição estava alicerçada em uma mesma direção: o controle dos fundos documentais. As estratégias para esse controle favoreciam o amplo conhecimento dos acervos, possibilitando a fácil localização e recuperação da informação. Diante deste contexto, a descrição passou a ser sinônimo do acesso, visto que ao realizar essa atividade, instrumentos são gerados para potencializar a disseminação e a consulta.

Contudo, ressaltamos por fim, que a descrição não pode caminhar sozinha, para que ela cumpra seus objetivos, é fundamental que a classificação e a avaliação tenham sido executadas de forma adequada, por isso, após compreender as principais normas e rotinas arquivísticas precisamos refletir as implicações que essas condutas podem trazer na preservação da memória, principalmente no que tange a atividade de avaliação. Porém, antes disso, precisamos discutir e problematizar o conceito de memória, o que veremos no próximo capítulo.

6 REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE MEMÓRIA

O atributo mais imediato da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Henry Rousso

De modo geral, o termo memória está associado à capacidade de relembrar acontecimentos do passado, para tanto, essa definição bastante simplista não contempla a complexidade e a relevância desse elemento, e sobretudo, situa a memória em uma configuração saudosista. O fato é que a memória é uma construção social, que perpassa os espaços temporais, e serve como elemento fundante na consolidação das identidades, conforme destaca Paul Ricoeur, Aleida Assmann, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, dentre tantos outros.

Antes de iniciarmos o aprofundamento desse debate, é importante ressaltar que desde a antiguidade clássica, a memória está presente nas discussões de intelectuais. Nesse período, ela era compreendida como um fenômeno sagrado, que elevava os mortais ao mundo das divindades, por isso mesmo, poucos homens tinham essa dádiva. Explicando esse contexto, Chauí (2000, p. 159) comenta:

Os antigos gregos consideravam a memória uma identidade sobrenatural ou divina: era a deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protege as Artes e a História. A deusa Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade.

Em contraponto com a *Mnemosyne*, a mitologia apresenta ainda *Léthe* (Esquecimento) filha de Éris (Discórdia). Na interpretação do mito, *Léthe* é uma fonte, de um dos cinco rios de *Hades*, que confere esquecimento às almas dos mortos. Weinrich (2001) afirma que o esquecimento está imerso no simbolismo da água, ou seja, as lembranças se liquefazem e são absorvidas pelo curso fluído do rio. Nesse sentido, para fugir do esquecimento, os sujeitos deveriam se aproximar de *Mnemosyne* e evitar as águas de *Léthe*, conforme recomendações da religião órfica⁸¹.

A partir dessa concepção da mitologia, podemos observar que a memória e o esquecimento sempre estiveram associados, mesmo que múltiplas interpretações tenham sido construídas ao longo do tempo. Com o processo de laicização da memória, muitos autores, principalmente, filósofos, sociólogos e historiadores passaram a problematizar esse fenômeno a partir de uma concepção humana. Um dos principais estudiosos dessa vertente é Nietzsche, que no século XIX destaca o esquecimento como uma atividade orgânica fundamental para a saúde do homem, pois o cérebro precisa de espaços para permitir novas criações e armazenar novas lembranças. Em suma, o filósofo supracitado acreditava que o esquecimento não implica na desqualificação da memória, visto ambas as forças são necessárias e devem coexistir em harmonia para que haja viabilidade de se construir novas experiências.

Lucena (2022) destaca que o esquecimento propagado por Nietzsche não é sinônimo de apagamento total ou negação do passado, para o filósofo, um corpo saudável necessita processar e gerenciar a estagnação da memória na consciência, abrir espaço para o novo, digerir para dinamizar.

Esquecer não é deletar, apagar o passado, transformar a consciência em uma folha em branco. É importante essa diferenciação entre o esquecimento, do qual fala Nietzsche, e um outro esquecimento com o qual devemos lutar contra, que é o esquecimento como sinônimo de apagamento, silenciamento e negação do passado que costuma ser orquestrado por alguns regimes totalitários e negacionistas, que manipulam e hierarquizam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. O esquecimento do qual fala Nietzsche é uma espécie de guardião, de zelador da paz, do descanso, da ordem psíquica. Um esquecimento que tem uma dimensão feliz justamente por

⁸¹ Orfismo é um conjunto de crenças e práticas religiosas originárias do mundo grego, que foi baseada nos ensinamentos e canções do poeta e músico mítico, Orfeu. Segundo a crença, Orfeu desceu ao submundo/reino de Hades (terra dos mortos) e voltou.

conseguir arejar a consciência, desfazendo o “peso do passado” e os “nós” da memória que nos corroem e nos impedem de viver o presente. Devemos, por isso, saber absorver o que nos é útil, e, a maior parte, esquecer, digerir, ruminar, ventilar [...]. (Lucena, 2022, p. 89)

Outro autor importante na compreensão da relação entre memória e esquecimento no século XIX é o filósofo Henri Bergson. Na obra *Matéria e Memória* (1896), ele busca solucionar o dualismo entre espírito e matéria, a partir da relação de ambos com a memória. Nesse sentido, a defesa de Bergson está assentada em dois tipos de memória, uma que se relaciona com a experiência vivida e a outra com o reservatório de lembrança.

Explicando melhor essa divisão, o autor usa os termos: memória hábito e memória pura. A primeira, é designada como uma memória fixada no organismo pela repetição de um mesmo esforço, portanto, seria “antes hábito do que memória, ela desempenha nossa experiência passada, mas não evoca sua imagem”. (BERGSON, 1999, p. 176-177). Já a segunda, seria a memória propriamente dita, capaz de armazenar o passado, independente da repetição, e sem pretensão de uso. Nessa perspectiva, o armazenamento se faz em forma de imagem-lembrança⁸², de todos os acontecimentos da vida cotidiana, “ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção [...], armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural”. (Bergson, 1999, p. 88).

Para tanto, o autor supracitado deixa evidente que não é no cérebro que as lembranças se acumulam, para ele, esse elemento não atua como elemento biológico da representação, não funciona como um armazenador de imagem-lembrança. Para Bergson (1999, p. 27) o cérebro é um instrumento de ação, e não de representação, funcionaria como uma central telefônica que converteria os estímulos às necessidades, assim, “limita-se a transmitir e a repartir movimento”.

Além de destacar o papel do cérebro nesse processo, o autor ainda enfatiza a questão do esquecimento. Bergson ressalta que o esquecimento não é necessariamente uma questão negativa, ele acredita que a materialidade introduz o esquecimento nos indivíduos, e não lesões cerebrais, como era defendido por

⁸² Essa relação da imagem e do ato de lembrar está presente na maioria dos estudos sobre memória da antiguidade clássica até o início do século XX. Essa concepção, a priori, estava ligada as técnicas mnemônicas difundidas por *Simonides de Céos*, poeta e pintor no século V a.C. Para o filósofo em questão, o ato de recordar requer a criação de imagens e a organização dessas imagens. Com o passar do tempo, a memória foi ganhando discussões mais complexas que perpassam a questão das imagens como representações mentais no ato de lembrar.

Sigmund Freud (1856-1939) em seus relatos sobre memória.

Apesar de distinguir a memória hábito da memória pura, Bergson evidencia uma relação de reciprocidade e não exclusão, sua doutrina é fundamentalmente assentada em uma abordagem psicológica que enfatiza a experiência individual e não coletiva. Cabe salientar que a memória como condição individual era a base do pensamento da época, esse discurso só começa a mudar a partir dos estudos do sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945).

Halbwachs foi aluno de Bergson durante alguns anos, todavia, influenciado pelas ideias de Emile Durkheim em *Representações individuais e representações coletivas* (1898), Halbwachs defendeu a concepção de memória como um fenômeno social. O argumento do autor está fundamentado na memória como parte de um processo social, pois mesmo que os indivíduos manifestem as suas lembranças, elas foram constituídas a partir da interação entre os diversos sujeitos e estruturas sociais determinadas. Ou seja, o indivíduo faz parte de uma coletividade, ainda que vivencie algum fato sozinho, pois ele está imerso na sociedade e no que ela representa. Ilustrando essa assertiva, Halbwachs (2013, p. 30) atesta: “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.

Diante desse contexto, Halbwachs defende a concepção de memória coletiva, termo que ganhou bastante notoriedade diante de uma memória que até então era proeminentemente individual. O autor explica que as interações entre indivíduos e a comunidade proporcionam a coesão social, isso ocorre pela adesão afetiva, gerando um sentimento de pertencimento que resulta na construção das identidades. Halbwachs (2013) evidencia ainda que essa coesão decorre dos quadros sociais da memória, mecanismo estruturante no qual os valores são compartilhados entre o indivíduo e o seu grupo. Cabe salientar, contudo, que os quadros sociais não são estáticos, podem sofrer modificações, já que os sujeitos estão imersos em uma sociedade dinâmica.

Todavia, para que possamos falar em memória coletiva, o autor pondera que ela precisa ser aceita e partilhada com o grupo, a memória individual não se sustenta por si só, ela não existe sem a coletividade. Atestando essa vertente, Halbwachs pontua que não é qualquer testemunho que irá consubstanciar no processo de ressignificação da memória:

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos, também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum (Halbwachs, 2013, p. 39).

Halbwachs afirma que os testemunhos são importantes porque as lembranças decorrem de um processo de seleção, portanto, é impossível lembrar de tudo. Assim, o autor destaca que as lembranças são incompletas e parciais, por isso, necessitam da coletividade para a reconstituição, porém, muitas vezes, esse processo traz mais influências do presente do que efetivamente situações do passado. Seja como for, a memória surge a partir do reconhecimento da comunidade das lembranças individuais em um dado tempo e espaço, por isso, afirmamos que a evocação e o compartilhamento são fundamentais para o ato de lembrar. O esquecimento por outro lado, segundo Halbwachs (2013), está ligado a falta de apego com sua comunidade afetiva, e ainda que haja a descrição exata do acontecimento, as imagens se apresentam como dados abstratos, porque não há reconhecimento, ou seja, não há lembrança.

Os escritos deixados por Halbwachs trouxeram uma nova vertente para os estudos de memória e ampliaram as discussões em torno da concepção social, contudo, o filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005), assim como tantos outros autores, trouxe críticas relevantes acerca dessa relação entre o individual e o coletivo no ato de lembrar. Todavia, a sua obra, *A memória, a história e o esquecimento*, traz bem mais do que uma crítica aos estudos de Halbwachs, o objetivo de Ricoeur é realizar uma reflexão ampla em torno da memória e trazê-la enquanto campo de conhecimento. Nesse sentido, Ricoeur apresenta a evolução dos aspectos acerca da memória, partindo de autores clássicos até as discussões do século XX, trajetória fundamental para contextualizar a base da sua concepção de memória.

Ao discutir a interioridade e exterioridade da memória a partir de Santo Agostinho, John Locke, Husserl e Maurice Halbwachs e perceber a falta de convergência dos autores em torno do fenômeno da memória, Ricoeur sugere uma dimensão intermediária entre o papel do individual e do coletivo no ato de lembrar. Ricoeur (2007) explica o caráter subjetivo da memória do reconhecimento de si e do reconhecimento que ocorre por meio da relação com o outro, portanto, para o autor, o ato de lembrar é formado pelo singular e pelo plural. Isso não quer dizer, para tanto, que esses elementos não estejam intimamente relacionados, pois uma parte do “eu”

pertence ao grupo, não há memória pura e isolada, nunca estaremos plenamente sozinhos, vivemos em sociedade. Nesse sentido, a defesa de Ricoeur consiste em compreender que o individual não deve ficar à deriva do coletivo, “o eu” tem o seu papel na coletividade, pois é no sujeito que a memória é ressignificada. Apresentando as ideias de Paul Ricoeur sobre a questão, Rodrigo Cracco (2012, p. 362) afirma que: “a memória, mesmo que coletiva, não é externa, mas própria dos sujeitos. Dessa forma, creditar a memória aos sujeitos não acarreta negar a existência de uma memória coletiva, mas implica que esta é atualizada nos indivíduos”.

Diante dessa perspectiva, Ricoeur (2007, p. 131) discorre sobre a questão dos testemunhos e a posição do indivíduo e do coletivo nesse processo, para o filósofo francês, “o testemunho não [deve ser] considerado enquanto proferido por alguém para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro a título de informação sobre o passado” possibilitando assim, o compartilhamento, e, portanto, a memória coletiva. Ou seja, para o estudioso supracitado, não se deve negar a existência da memória no indivíduo, visto que a legitimação da memória está no sujeito que a exerce, além disso, “ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si” (Ricoeur, 2007, p. 107), porém, há de se compreender que no processo *mnemônico* precisamos do outro. Deste modo, Ricoeur (2007) enfatiza a relevância do coletivo no ato de lembrar, mas não anula o papel do indivíduo no processo. Com vistas a construir uma relação de reciprocidade entre o singular e o plural, o autor propõe uma base tríplice para a atribuição da memória, ela estaria assentada no “eu”, “outros” e “próximos”.

Além de se ocupar em construir uma compreensão abrangente no processo *mnemônico*, Ricoeur ainda estabelece pontos relevantes na discussão sobre o esquecimento, aspectos que serão tratados mais adiante quando formos refletir sobre a imposição de memória e a “culpabilização” pelo esquecimento. Por hora, é importante destacar que o autor defende que a memória é constituída pelo ato de lembrar e pelo ato de esquecer, uma não existe sem a outra. Quanto a essa questão, Ricoeur (2007, p. 111) reflete: “sem nos lembrarmos do esquecimento não poderíamos absolutamente, ao ouvir esse nome, reconhecer a realidade que significa; se assim é, é a memória que retém o esquecimento”. Neste ínterim, o esquecimento impulsiona a mais importante operação da memória: o reconhecimento.

A obra de Ricoeur trouxe importantes contribuições para o delineamento do conceito de memória, principalmente devido à complexidade de suas discussões e o cruzamento das ideias trazida pelos principais teóricos acerca da temática. Para tanto,

ao longo do século XX e início do XXI, os estudos de memória ganharam bastante notoriedade entre historiadores, destacando-se principalmente Pierre Nora, Jacques Le Goff e Fernando Catroga. O fato é que por algum tempo, e para certos estudiosos, a memória e a história eram tratadas como sinônimas, devido as interlocuções existentes. Contudo, os historiadores supracitados anteriormente, ocuparam-se em ampliar o conceito da memória e apresentar a historiografia como produto que utiliza desse substrato.

Fernando Catroga (2001) afirma que essa confusão entre a história e a memória decorre do combate pelo esquecimento, advinda da decadência da transmissão oral e a imposição da racionalidade e da escrita, para tanto, o autor explica que “a historiografia também funciona como fonte geradora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re) fundação de grupos e da própria nação”. (Catroga, 2001, p.50). A memória e a história se apoiam mutuamente, para tanto, cabe destacar que a primeira não necessita da segunda para existir, inclusive, a memória não tem obrigação com a história, por isso, não pode ser reduzida a ela. Enquanto a memória é viva, dinâmica, subjetiva e sem preocupação com o recorte temporal, a História necessita de sistematização do tempo e tem um compromisso com a verdade, embora a verdade seja uma utopia.

Trazendo uma posição enfática sobre essa relação, Silva e Oliveira (2014, p. 136-137) explicam:

[...] a memória que a história defende se torna uma operação historiográfica avaliativa, interpretativa e reflexiva, ou seja, a memória sob o olhar do historiador tem uma congruência que se expressa nas dimensões do tempo, pois a estrutura espacial e temporal precedente emerge nas articulações da condição histórica.

Nesse sentido, a História faz uso da memória (e de outros mecanismos) para construir uma narrativa do passado, apoiando-se nesse construto, para legitimar a sua operação historicizante. Apresentando uma colocação enérgica dessa vinculação, Hedstrom (2017, p. 244) complementa: “a História é uma memória morta que apresenta um passado ossificado e excluído das relações sociais necessárias para moldar a memória coletiva e mantê-la viva”.

Na sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, Pierre Nora também se preocupa com a relação desses elementos, destarte, ele disserta:

Memória e história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as interferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica (Nora, 1993, p. 9).

Além de trazer reflexões relevantes acerca desses dois elementos, Pierre Nora apresenta uma posição inquietante ao afirmar que o que hoje chamamos de memória, na realidade é História. Para o autor, o excesso de discurso em torno da memória decorre da necessidade de lutar contra o esquecimento, nesse sentido, os lugares de memória são criados, porque não existem outros meios de memória. Complementando essa vertente, Nora (1993) explica que se ainda a habitássemos, não haveria motivos para lhe consagrar lugares, a existência desses “espaços” está diretamente relacionada a necessidade de criação de vestígios, elementos que ajudarão no processo de rememoração, ou seja, não há espontaneidade. Portanto, ao modo de um arremate, o autor conclui: “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (Nora, 1993, p. 9).

Em outros termos, a memória atual não é espontânea, mas construída devido a necessidade da história, essa posição nos faz refletir ainda mais acerca do conceito de memória e ponderar a sua naturalização nos arquivos. Tecendo algumas considerações acerca da temática, Pierre Nora (1993, p. 15) explica:

O que nós chamamos de memória é, de fato, a construção gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, relatório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...]. Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio. À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.

Discordando de Nora no que tange a inexistência da memória nas sociedades contemporâneas e trazendo a relevância dos espaços e vestígios para rememoração,

Meneses (1999) afirma que enfrentamos atualmente uma crise de memória de ordem epistemológica, técnica, existencial, política e socioeconômica, que ocasiona na desqualificação das novas formas possíveis de memória. Sabe-se que antigamente, os homens-memória tinha uma importante função no processo de transmissão memorial, nesse sentido, a oralidade tinha papel crucial. Com a chegada da escrita, muitos estudiosos rechaçaram a memória registrada, por considerá-la estática e pouco confiável. Meneses (1999) exemplifica esse cenário com Platão, que afirmava que a escrita enfraquecia a memória, uma vez que ela se alojava fora do homem.

A partir desse contexto, Meneses afirma que a negação de memória trazida por Nora está respalda na ideia Platônica de que não há memória fora do sujeito. Se colocando contrário a essa perspectiva, o autor explica que “as formas de memória das sociedades tradicionais não são melhores que as da sociedade de massas [...] mas são hoje, definitivamente, obsoletas” (Meneses, 1999, p. 16). Portanto, para Meneses, a memória materializada nos lugares são estratégias criadas pela sociedade contemporânea para continuar transmitindo e criando suas memórias.

Para tanto, é importante destacar que a necessidade por vestígios, fez emergir na atualidade um excesso de lugares de memória, e conseqüentemente, de patrimonialização. Campos (2015, p.110) pondera que “a urgência em documentar o passado, remoto ou imediato, evidencia o estado delicado da memória na contemporaneidade, oscilando entre a efervescência e a crise, permanência e efemeridade”. Deste modo, como se não bastasse os rastros físicos cada vez mais abundantes, o século XXI vem instaurando a ideia de “memória digital/virtual” conforme podemos conferir em Dodebei (2015)⁸³, Silveira (2021)⁸⁴, Monteiro; Carelli; Pickler (2008)⁸⁵ e tantos outros pesquisadores da área. É nesse sentido de progressivo desejo de memória e a ampliação dos lugares de rememoração que Henri-Pierre Jeudy (2005, p. 15) comenta que “não temos mais a liberdade de esquecer, pois isto seria um crime [...]. Censuramos as gerações que nos precederam por terem tão facilmente esquecido”. O fato é que lembrar de tudo é um fardo igualmente pesado, a memória necessita negociar com o esquecimento para que possamos viver em equilíbrio, todavia, vivenciamos uma obrigação de memória que

⁸³ Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4759>

⁸⁴ Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qJ39yWqGZBNd6YvfnSLGTj/>

⁸⁵ Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45116>

muitas vezes perpassa a limiar de razoabilidade gerando um estado culpabilizante ao esquecermos de algo.

Na luta social contra o esquecimento e pelo desejo excessivo de memória, Paul Ricoeur (2007) reflete sobre os usos e abusos que esses elementos estão submetidos na atualidade. O discurso naturalizado em torno da memória, o aumento vertiginoso de instituições e as manipulações em torno da necessidade de rememoração criam uma disfunção que mascaram a sua verdadeira nuance. Nesse intento, Ricoeur enfatiza no seu trabalho a necessidade de uma política da “justa memória”, e para isso, busca encontrar alternativas para superar os abusos existentes no “dever de memória”. (Ricoeur, 2007, p. 17). Além disso, o filósofo questiona as seleções de memória que ocasionam nos silenciamentos de certos grupos.

Para elucidar esses usos e abusos, Ricoeur propõem a seguinte tipologia para reflexão: a) memória impedida; b) memória manipulada; c) memória convocada. A primeira, está relacionada a níveis patológico-terapêutico, nessa direção, apoia-se em estudos de psicanálise provenientes de Freud em dois eixos centrais: repetição/perlaboração e melancolia/luto.

No que tange a memória manipulada, o autor destaca as influências exercidas pelos detentores de poder que oferecem narrativas que influenciam no que será lembrado e o que será esquecido. Deste modo é preciso compreender que os abusos de memória de um lado são também abusos de esquecimento, orquestrados por determinados interesses. Esse contexto resulta na mobilização da memória em busca da reivindicação da identidade, pois conforme ressalta Ricoeur (2007, p. 98) “a memória é incorporada à constituição da identidade por meio de uma função narrativa”.

Quanto a tipologia de memória convocada, Ricoeur ampara a sua defesa na ótica do dever, dever esse que está vinculado ao imperativo e, portanto, na obrigação de memória – e ojeriza ao esquecimento. Para tanto, essa responsabilidade de memória muitas vezes se relaciona com algum tipo de reparação, ligando-se a perspectiva de justiça. A partir desse viés, o filósofo acena: “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si”, pois “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” (Ricoeur, 2007, p. 101). Assim, compreende-se que esse dever de memória é parte da cura terapêutica coletiva ao trabalho de luto.

Diante das premissas de Ricoeur, percebe-se as múltiplas formas de abuso na

qual a memória está submetida na contemporaneidade, resultando assim, na crise que tantos autores questionam. Nesse sentido, o filósofo supracitado conclui: “é pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado”, nunca houve tantas comemorações (Ricoeur, 2007, p. 72).

Isso não quer dizer, contudo, que a comemoração não tenha relevância no processo de evocação, o problema está no excesso de referentes de memória que são criados e na imposição (velada) das estruturas de poder vigente para forjar uma ideia de coesão, porém, em muitos casos, os sujeitos não se sentem parte dessa memória, porque não existe identificação ou até mesmo pertencimento. É nesse contexto que muitos monumentos perdem seu potencial simbólico de artefato relevante no processo de ressignificação da memória, pois é uma representação imposta e desconectada de sentido para os indivíduos.

Acerca dos mecanismos criados pelas estruturas de poder vigente em nome da consolidação da memória através dos monumentos, Souza (2003) explica:

A memória relacionada ao monumento, produzida pelo discurso oficial, consagra determinados grupos em detrimento de outros, com base no convencimento. É uma memória recriada e recontada em um processo de ritos e celebrações, com forte apelo popular, com vistas ao sentimento patriótico nacional e que insira uma sensação de naturalidade e originalidade. Podemos assim, dizer, uma memória social elaborada e controlada para obter determinados fins [...]. (Souza, 2003, p. 5).

Essa finalidade sugerida na citação, pode ser, inclusive, para promover silenciamentos/esquecimentos em torno de cenários/fatos/situações que não são do interesse do Estado a sua perpetuação. Tzvetan Todorov (2002)⁸⁶ e Hannah Arendt (1989)⁸⁷, por exemplo, citam em suas obras acerca do apagamento das memórias nos regimes totalitários. Não obstante, é importante ressaltar que esses esquecimentos não ocorrem apenas em regimes fechados, no democrático, também é possível vislumbrar esse cenário, principalmente, em torno da invisibilidade de classes sociais determinadas. Nesse sentido, Godoy (2014, p. 29) esclarece: “o esquecimento, esse antigo remédio contra realidades desagradáveis, pode ser produto da inflexão, da vergonha, da covardia ou do desejo de impunidade”.

Ainda sobre essa questão de promoção de silêncios com vistas ao esquecimento, Loureiro (2015) reafirma o jogo de interesses por trás desse cenário:

⁸⁶ TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. Tradução de Joana Angélica D. Melo. São Paulo: ARX, 2002.

⁸⁷ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

As dinâmicas estabelecidas pela dicotomia memória/esquecimento refletem os embates em torno dos aspectos de legitimação e interesses múltiplos relativos à manutenção ou destruição de forças hegemônicas e às narrativas das circunstâncias gerados pelos interesses da atualidade. (Loureiro, 2015, p. 99)

Nesta perspectiva, Loureiro (2015) pondera ainda que os monumentos muitas vezes são construídos de modo a perpetuar a ideia de memória nacional e agenciar um sentimento de unidade nacional, porém, o fato é que a memória, nesse ponto de vista, perde o potencial de espontaneidade e de representação coletiva, uma vez que a manipulação promove uma “memória seletiva” que necessita da repetição e comemoração para se fixar socialmente, entretanto, não consegue promover sentimento de pertencimento, pois é frágil e apática. Stuart Hall (2006) esclarece que a identificação só ocorre quando referentes comuns são partilhados e reconhecidos entre pessoas, grupos ou comunidades, não decorre da imposição, é algo naturalmente construído. Nesse mesmo sentido Ricoeur (2007) comenta que a memória existe no reconhecimento. Portanto, diante dessas reflexões, chegamos a um elemento essencial na compreensão do conceito de memória na atualidade, a sua relação inerente com a identidade. Nesse ínterim, Pollak (1992, p. 5) discorre:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

É importante ressaltar, contudo, que a identidade não é estática e absoluta, ela vai se atualizando ao longo do tempo a partir das experiências dos sujeitos e da pluralidade cultural na qual estamos inseridos. Assim sendo, não podemos falar em identidade no singular, pois ela é múltipla e em constante transformação. Da mesma forma, é a memória, conforme já destacamos anteriormente. Tendo como parâmetro essa relação, Farias e Freire (2011, p. 120) são enfáticas ao afirmar: “sem memória não há identidade social”. Essa assertiva se justifica pela relação de reciprocidade entre ambas: a identidade se alimenta das memórias dos grupos e de suas práticas para se consolidar, assim, como a memória necessita dos compartilhamentos decorrentes da coesão dessas comunidades.

Traçando ainda mais essa relação Saladino (2003) explica

Identidade e memória são tão intimamente ligadas porque se constituem sempre em oposição ao diferente, ao que não é próprio... identidade e memória possibilitam o sentimento de pertencimento. A memória tende a aplainar as diferenças, ressaltando aquilo de igual entre os indivíduos e fortalecendo ainda mais o processo de construção da identidade.

Devido esse vínculo, a identidade é igualmente elemento de disputa e tentativas de manipulações, por isso, é importante o seu fortalecimento, mediada pela informação, haja vista que ela é a matéria prima indispensável no processo de ressignificação da memória, e conseqüentemente, no fortalecimento das identidades. Corroborando com essa perspectiva, Azevedo Netto (2007) acentua a proeminência da informação, afirmando que “[...] quando socializada é incorporada ao discurso de determinada comunidade e, a partir daí, passa a ser uma referência para o desenvolvimento desse mesmo grupo”. Em complementação a essa vertente, Frago (2008, p. 56) conclui: “a informação é o principal instrumento de preservação. A informação desvenda, exterioriza a memória”. Portanto, diante das ponderações dos autores supracitados, podemos inferir mais um elemento essencial na compreensão do conceito de memória: a informação.

É a partir dessa característica que a Ciência da Informação (CI) encontra forte respaldo para desenvolver os estudos de memória. À vista disso, Silva e Oliveira (2014, p. 136) expõe:

A memória na Ciência da Informação traz em sua entrelinha “os traços informacionais” através da organização da matéria no processo de representação da informação, possibilitando uma eficácia no processo de recuperação da informação, ou seja, um limiar infor-comunicativo que permite a evocação de uma “informação revitalizada” na medida em que atende a sua principal função que é a de recuperar para informar.

Os autores citados explicam ainda que diferente de outras áreas que tem uma obrigação dogmática com o passado e uma necessidade de “reconstrução” dos fatos, a CI se preocupa em representar e tornar acessível para que os sujeitos possam fazer uso das informações no processo de ressignificação da memória. Portanto, segundo Silva e Oliveira (2014, p. 142) “a memória na CI desempenhará um papel primordial na sociedade contemporânea [...], pois a memória potencial produzida, quando organizada, servirá ao sujeito em diferentes contextos e realidades”.

A partir da discussão apresentada nesse capítulo, percebe-se que o caminho para a definição do conceito de memória não é tão simples como se imagina, uma vez que cada autor vai moldando a sua discussão a partir dos seus interesses e de acordo com o seu tempo, todavia, nosso objetivo, mais do que trazer uma definição, é potencializar a discussão acerca da amplitude desse substrato e fornecer subsídios para pensar a memória para além da naturalização que nos é imposta na atualidade fruto do abuso e da obrigação.

Para tanto, diante de suas características fundamentais e do que

compreendemos por memória ao longo dessa pesquisa, defendemos esse elemento como um fenômeno social, plural e dinâmico que perpassa qualquer dependência com a história – ou outras áreas –, e está em constante negociação com o esquecimento. Além disso, entendemos que a memória ocorre no presente, a partir de referentes do passado, possibilitando assim, a perpetuação e consolidação das identidades. Aquiescendo dessa vertente Azevedo Netto (2020, p. 63) explica:

[...] percebe-se a memória como um fenômeno socialmente engajado, fruto de interações de uma coletividade em seu cotidiano. Nisso, a memória vem sendo vista como uma construção pela questão da sua dinâmica, de duração perene com conteúdo fluidos, diretamente relacionada com as formas de vida e materialidade que cada circunstância de ação promove. Podendo ser considerada como uma construção em um tempo e espaço social dado [...].

É importante destacar ainda que os vestígios que são criados e/ou institucionalizados para contribuir na evocação e socialização da memória são elementos potencializadores, mas em si, não são memória. Essa transmutação é comum em diversas áreas, sobretudo na Arquivologia, que tem no documento arquivístico elementos que poderão ser relevantes a memória social. Oliveira (2010) ressalta que devido a importância da informação no processo de ressignificação da memória, é comum essa naturalização da área em torno do registro, porém, é fundamental ampliar os aspectos ontológicos e históricos do conceito para que a Arquivologia possa compreender melhor a sua relação com a memória, e assim, forneça elementos relevantes para o debate desse substrato.

6.1 A CONCEPÇÃO DE MEMÓRIA NA ARQUIVOLOGIA

Conforme ressalta Hedstrom (2017) a ciência arquivística encontra pontos de convergência entre o arquivo e a memória a partir de várias frentes, por isso, é possível vislumbramos uma grande produção acadêmica acerca desses elementos. Conquanto, ao examinarmos esses materiais, percebe-se que as tessituras que envolvem a compreensão de memória no cerne dessa área ainda são superficiais e ínfimas diante das possibilidades que essa conexão possui. Nesse sentido, a autora explica:

Argumento aqui que o atual estado da área reconhece uma relação entre o arquivo e a memória, mas os termos e condições dessa relação não são bem compreendidos. **Embora a literatura arquivística recente esteja repleta de referências à memória social e coletiva, a apropriação de conceitos de**

memória sofre de simplificação e hipergeneralização. Uma imagem comum entre os autores da área equaciona os termos “arquivo” e “memória” de uma maneira que é retoricamente útil, mas que ignora as circunstâncias e condições em que o arquivo e a memória coletiva podem se entrecruzar. Recente avaliação crítica do uso de memória na ciência arquivística assevera que os arquivistas deveriam estar falando menos e produzindo mais na busca de um entendimento mais sutil e útil da relação arquivo/memória. (Hedstrom, 2017, p. 237-238, grifo nosso).

Os lugares de memória cunhados por Pierre Nora perpassam as concepções espaciais, para tanto, é a partir dessa definição, principalmente, que os arquivos encontram respaldo e justificativa para se intitular enquanto instituição memorial⁸⁸. Campos (2015) chama a atenção que o uso dessa nomenclatura muitas vezes é utilizado como recurso retórico para que os profissionais justifiquem a sua importância e a funcionalidade desse espaço para a sociedade. Para tanto, é preciso compreender que essa simiose foi fortemente construída pelos interesses historiográficos, haja vista o potencial informacional que os arquivos dispõem para a escrita da História. Outrossim, cabe lembrar, que por muitos anos, a Arquivologia foi considerada uma ciência auxiliar da área supracitada, e mantinha a concepção custodial enraizada na sua gênese. Apesar de parecer uma afirmação muito enérgica, a prática arquivística, os discursos dos profissionais e a literatura da área analisadas de forma crítica, nos leva a apontar esse caminho.

Para exemplificar brevemente esse cenário, podemos citar o artigo intitulado *Teoria arquivística: muito barulho por nada*, no qual John Roberts (2019) traça uma discussão instigante que circunda a relação da Arquivologia e da História. Para o autor, o trabalho desenvolvido pelos arquivistas está fortemente ligado as demandas historiográficas, a avaliação é realizada para atender esse público. Assim, John Roberts (2019, p. 655) explica que uma das premissas utilizadas pelos arquivistas no processo de destinação, é o tempo de produção do documento, pois quanto mais antigo, mais informações relevantes poderão ser encontradas, todavia, ele ressalta que “documentos mais antigos teriam valor apenas como artefatos”. Continuando a sua argumentação, o autor supracitado determina que o erro do arquivista nesse processo está em buscar ampliar seus conhecimentos a partir dos fundamentos arquivísticos: “ler e reter cada palavra já escrita na teoria arquivística ou nos procedimentos arquivísticos não fornecerá ao arquivista qualquer assistência para determinar o significado histórico de um conjunto de documentos”. (Roberts,

⁸⁸ Esse cenário pode ser fortemente comprovado na literatura da área, que utiliza desse subterfúgio para justificar a sua ligação com a memória.

2019, p. 651). Portanto, para o autor, a função do arquivo é servir a história e sua atividade deve centrar-se mais na metodologia do que no conteúdo.

Diante da discussão acima, percebe-se que apesar das mudanças na literatura arquivística, já tratadas anteriormente, ainda há muitos autores que compreendem a Arquivologia como uma área técnica que fornece fontes a História, para eles, é a partir dessas fontes, que a memória se fará presente. É importante enfatizar que essa relação de interdependência, as vezes está posta de forma velada na literatura e no próprio discurso dos profissionais, pois estamos imersos nessa realidade e muitas vezes reproduzimos o que aprendemos durante nossa formação.

O fato é que essa conexão e a falta de estudos mais críticos e independentes sobre a concepção de memória na Arquivologia, acaba reforçando a ideia naturalizada de que os vestígios recolhidos e arquivados são memória, pelo simples fato de serem um registro do passado. Conforme ressalta Michael Piggott (2005), “supõe-se que todos nós sabemos o que memória e a associação entre arquivos e memória realmente significam, sem necessidade de discussão ou definição”. Ou seja, a naturalização dessa relação mascara a necessidade de problematizar esse contexto.

No artigo intitulado *Archives, Records and Power: The Making of modern Memory* (2002)⁸⁹ podemos ver mais uma vez, a simiose entre arquivo, memória e história:

A memória, assim como a história, está enraizada nos arquivos. Sem estes, a memória falha, o conhecimento sobre os feitos esvai-se, o orgulho de uma experiência compartilhada se dissipa. **O arquivo é o antídoto para todas essas perdas.** [...]. O arquivo mantém-se como uma das bases do conhecimento histórico. Os arquivos valida nossas experiências, nossas percepções, nossas narrativas, nossas histórias. **Os arquivos são nossas memórias.** (Schwartz; Cook, 2002, p. 18, tradução nossa, grifo nosso.)

Apesar da importância retórica dessa citação, é muita presunção acreditar que o arquivo resolve todos os problemas para a perda da memória e que ele é capaz de validar todas as experiências de outrora. Como já fora relatado, o arquivo é formado de vestígios, ou seja, por definição, é parte de um todo que já se foi, deixando apenas, uma representação do que se passou, ou até mesmo, do que alguém quis demonstrar sobre o passado. Essa ideia nos remete mais uma vez aos fundamentos da história, que defende a concepção de verdade histórica, entretanto, sabemos que o arquivo muitas vezes é formado por interesses específicos, logo, essa noção de verdade também deve ser questionada.

⁸⁹ Tradução: Arquivos, documentos e poder: a criação da memória moderna

Todavia, Campos (2015) afirma que mais do que julgar a veracidade do conteúdo dos documentos, é preciso compreender que eles servem para refletir, formular hipóteses, construir conexões de fatos passados, esse deve ser o olhar do historiador e dos diversos pesquisadores diante do documento. O autor explica ainda que quando encarado dessa forma, fica evidente que a memória não está nos arquivos, “é ela, fruto de um trabalho, de uma elaboração executada conscientemente por diferentes sujeitos, articulada às demandas e aos anseios por determinados sentidos do passado, num processo enraizado no presente”. (Campos, 2015, p. 114).

A arquivista canadense Laura Millar preocupada com essa questão foi taxativa ao tratar da naturalização dessa relação nos arquivos, para ela, os documentos são gatilhos que podem colaborar no processo de memória, diante disso ela explica: “*Records and archives are not memories, and by themselves they donot imbue us with knowledge. But they are a means by which we gain knowl-edge of ourselves and our society*⁹⁰”. (Millar, 2006, p. 119).

A naturalização dessa relação reflete nas condutas profissionais, ocasionando na formação de acervos permanentes que pouco representam a diversidade social e suas práticas culturais, pois muitas vezes está mais preocupada em validar a história oficial. Além disso, ao tratar o arquivo de tal forma, deixamos de contemplar a complexidade do que é a memória e as diversas formas que ela pode se apresentar. Refletindo sobre esse contexto, Hedstrom (2017, p. 255) pondera:

Em lugar de tratar o arquivo e a memória coletiva como equivalentes, os arquivistas poderiam fazer uma defesa mais contundente do valor social do arquivo através da enumeração e investigação das condições e circunstâncias em que este é importante na formação, revitalização e transmissão de uma noção de experiência compartilhada. É útil manter em mente que o emprego intenso do arquivo não é necessariamente indicador de uma memória coletiva forte e vibrante. [...]. Os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósito de memória coletiva. Ao contrário, os arquivos são fontes para a potencial descoberta ou recuperação de memórias que haviam sido perdidas. [...]. Em vez de afirmarem que os arquivos de uma nação são sua memória, ou que sem o arquivo, não haveria memória, os arquivistas poderão se beneficiar de melhor compreensão de como os arquivos são mobilizados para a descoberta ou recuperação de provas que estavam perdidas ou negadas a comunidade em busca de memória. (Grifo nosso)

Isto posto, compreendemos que os arquivos são fontes potenciais de

⁹⁰ Os documentos de arquivos não são memórias e, por si só, não nos imbuem de conhecimento. Mas são um meio pelo qual adquirimos conhecimento de nós mesmos e da nossa sociedade. (Tradução nossa).

informação que podem vir a contribuir na ressignificação da memória, portanto, não cabe a área, uma obrigatoriedade interpretativa do passado, porém, é necessário que os profissionais compreendam a concepção de memória de forma abrangente e tenham a consciência da importância de sua função na seleção e organização desses vestígios, uma vez que os arquivos sofrem diariamente com a interferência do Estado e das estruturas de poder vigente na formação dos arquivos permanentes.

Le Goff (2003) é taxativo ao afirmar que os arquivos são o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da História de uma época, em que lembranças e silenciamentos faz parte do jogo de poder. Diante desta perspectiva, é importante refletir que a Arquivologia, nesse sentido, também sofre dessas intervenções na formação de sua área, até mesmo porque sua demanda está extremamente vinculada as necessidades do Estado, e é ele, quem estabelece as políticas arquivísticas nos arquivos públicos, e, por conseguinte, gera a legislação que a normatiza.

Como fora falado em outros momentos, a contemporaneidade tem focado bastante no interesse administrativo dos arquivos, até mesmo como fuga do modelo custodial e a ideia de arquivos históricos, o que gerou inclusive a separação profissional em algumas regiões no mundo. Porém, ao invés de focar em cisão ou sobreposição da vertente citada, a área precisa evidenciar a relevância dos acervos primários e secundários, com suas atividades, funções e consequência social, pois cada momento é igualmente relevante e precisa ser refletido em todas as suas nuances. No artigo intitulado *As concepções de memória na CI no Brasil*, Oliveira e Rodrigues (2009, p. 223) discorrem sobre a relevância que tem sido dada a temas ligados à racionalidade administrativa e à inovação tecnológica e a falta de discussões sugestivas em torno da memória, deste modo elas complementam: “Não é difícil identificar casos onde os argumentos utilizados na política de gestão da informação são destituídos de qualquer reflexão sobre o problema da memória”. Isso acontece justamente pela necessidade de desvincular a perspectiva histórica da área⁹¹ e destacar a Arquivologia pela sua função de gestão.

Tendo refletido sobre esse cenário e buscando encontrar aportes mais consistentes na relação entre arquivo e memória no ceio da Arquivologia, Icléia Thiesen (2013) estabelece a ideia de memória institucional a partir da articulação com a noção de sociedade/sociabilidade. Para tanto, a autora enfatiza que “o fio que vai

⁹¹ Já que muitos autores entendem a memória como sinônimo da história.

amarrar a memória às instituições é o tempo”. Não o tempo cronológico em si, mas o movimento, este, possibilita mudanças fundamentais nos discursos e práticas, evidenciando assim, a dinamicidade da memória e das instituições. (Thiesen, 2013, p. 87)

Cabe esclarecer, porém, que na literatura arquivística é muito comum ouvir o termo memória institucional vinculada as informações custodiadas em acervo permanente e que servirão aos interesses organizacionais, todavia, é preciso compreender que ao tratar de instituição, Thiesen a situa numa perspectiva de saber-poder que emerge das relações sociais, portanto, ela perpassa os muros da organização. Nesse sentido, ela explica:

[...] é importante não identificarmos organização com instituição, para que não se confunda o conceito de memória institucional com o de memória organizacional, pois o último tende a tratar a informação-memória privilegiando o aspecto da eficiência. De nosso ponto de vista, a memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela. São as relações de forças que determinam o plano institucional que, por sua vez, define a organização. A questão da instituição é a legitimidade. (Thiesen, 2013, p. 31)

Ao chamar atenção a essas diferenças, Thiesen denota como a memória pode ser compreendida de modo reducionista nos discursos arquivísticos, os documentos não podem ser custodiados de modo a servir apenas a organização e seus interesses. Logicamente que entendemos a prevalência da função primária, os documentos são criados para atender as necessidades administrativas, para tanto, no momento da avaliação, é fundamental a compreensão de que os documentos recolhidos adquiriram uma função secundária, e com isso, poderá colaborar com a sociedade pelos mais variados motivos. Schellenberg (2004) é claro ao evidenciar que o valor secundário deve levar em consideração as provas e as informações relativas ao organismo produtor, mesmo para os arquivos permanentes. Jardim (1995) pontua, por sua vez, que esse discurso em torno das premissas dos valores informativo e probatório tende a legitimar a noção de democratização da memória, uma vez os acervos foram recolhidos e serão custodiados com a justificativa de servir a sociedade, porém, isso nem sempre ocorre, pois em alguns casos, os documentos recolhidos estão desconectados com as demandas sociais. Diante desse cenário, Delmas (2010, p. 53) corrobora: “os arquivos são um desafio político. Disso decorre o seu poder e a necessidade de conservá-los, como também a sua rejeição, até sua destruição por parte daqueles que não querem que a verdade seja conhecida”.

Aquiescendo das premissas dos valores secundários estabelecidos por Schellenberg, Bellotto (2014) argumenta que os arquivos nascem como prova, mas permanecem como testemunhos, uma vez que trazem informações do passado. Em vista disso, tem o poder de colaborar com a ressignificação da memória, principalmente, a organizacional.

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida da instituição. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência. Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem – decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por elas mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, seja com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que lhes são, hierarquicamente, superiores ou inferiores. (Bellotto, 2014, p. 306-307).

É a partir da percepção do documento enquanto testemunho que podemos assegurar a sua relação com a memória, seja institucional, organizacional ou social. Essa vinculação não corresponde a anulação de uma ou de outra, e nem mesmo a utilização dos termos como sinônimos, isso demonstra uma das potencialidades do arquivo: “pré-condição material para memórias culturais futuras”, conforme enfatiza Assmann (2011, p. 369).

Nesse sentido, defendemos que os arquivos não são lugares de memória como comumente é tratado na literatura e nos discursos dos profissionais da área, repetir esse termo seria naturalizar essa relação como causa e efeito. Os arquivos são espaços potenciais de memórias, que transitam entre lembranças e esquecimentos, podendo corroborar na consolidação das identidades. Ademais, é preciso enfatizar que essa potencialidade é transitória, os testemunhos que hoje servem a memória podem perder sentido ao longo do tempo, uma vez que a sociedade é dinâmica e os interesses podem mudar. Reforçando essa assertiva Ciaran Trace (2016, p. 99) afirma: “os conceitos [...] de valor simbólico variam no tempo e em diferentes contextos sociais, políticos e culturais à medida que nos reinventamos constantemente e redirecionamos nossas ideias [...]”.

Diante da discussão apresentada, reafirmamos a necessidade de a Arquivologia ampliar a concepção de memória em seus discursos e práticas, desprendendo da noção naturalizada que sempre nos foi imposta. Sabemos que essa não é uma situação simples, uma vez que esse cenário ainda está enraizado e mexer com as convicções de uma área tão fortemente arraigada a manuais, normativas e condicionantes da estrutura de poder vigente é um desafio no mínimo instigante,

todavia, se quisermos avançar enquanto campo de conhecimento precisamos nos desvencilharmos dessas amarras e construir uma Arquivologia cada vez mais crítica e preocupada com as demandas sociais.

7 IMPLICAÇÕES DAS NORMAS E ROTINAS ARQUIVÍSTICAS NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Precisamos compreender melhor nossas próprias políticas da memória, as idéias e premissas que nos influenciaram, se quisermos que nossas “casas da memória” reflitam mais fielmente todos os componentes das complexas sociedades a que pretendem servir.

Terry Cook (2018)

Apesar de todas as funções serem fundamentais no desenvolvimento das atividades do arquivista, focaremos neste capítulo apenas na avaliação documental, visto que é nesse momento, que ocorre a decisão do que deve ser eliminado e o que deve ser preservado. Isto posto, cabe destacar que o processo de avaliação resulta nos documentos que servirão como testemunho na posteridade, fornecendo mecanismos potenciais para a pesquisa, cultura e ressignificação da memória social. Em consonância, Kuroki (2018, p. 120) afirma que essa função é de grande responsabilidade social do arquivista, uma vez que ele é quem decide aquilo que “terá voz” daquilo que “cairá no esquecimento”, por isso, ele deve estar preparado para o

desempenho de tal função. Essa preparação decore tanto do conhecimento adequado das normas e rotinas desse fazer, quanto o senso crítico para contestar determinadas recomendações de instancias superiores.

O fato é que apesar dos esforços em torno da ampliação dos preceitos que envolvem o tema da avaliação, as normas e rotinas que determinam o fazer arquivístico, citando especificamente o caso do Brasil⁹², é estabelecida pelo poder executivo, através de órgãos de sua competência. No dispositivo Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, foi institucionalizada a política nacional de arquivos públicos e privados, na qual determina a responsabilidade pela gestão de documentos e institui o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Esse órgão, é responsável por definir a política arquivística, bem como exercer orientação normativa acerca das práticas da gestão documental. Diante desta premissa, cabe ao CONARQ determinar que a lei nacional de arquivos seja cumprida, para isso, atos normativos, resoluções e manuais são criados para direcionar o trabalho dos arquivistas. Para tanto, foi o decreto Nº 4.073/2002 que regulamentou as competências desse conselho, e ainda, determinou a obrigatoriedade de criação de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal, bem como, a aprovação da Tabela de Temporalidade por instância arquivística pública superior, conforme veremos a seguir:

Art.18. Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

§1º Os documentos relativos às atividades-meio serão analisados, avaliados e selecionados pelas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e das entidades geradores dos arquivos, obedecendo aos prazos estabelecidos em tabela de temporalidade e destinação expedida pelo CONARQ.

§2º Os documentos relativos às atividades-meio não constantes da tabela referida no §1º serão submetidos às Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e das entidades geradores dos arquivos, que estabelecerão os prazos de guarda e destinação daí decorrentes, a serem aprovados pelo Arquivo Nacional.

§3º Os documentos relativos às atividades-fim serão avaliados e selecionados pelos órgãos ou entidades geradores dos arquivos, em conformidade com as tabelas de temporalidade e destinação, elaboradas pelas Comissões mencionadas no *caput*, aprovadas pelo Arquivo Nacional. (Brasil, 2002).

⁹² Entretanto, esse cenário perpassa os muros locais. Em vários lugares do mundo, essa situação é igual ou muito próxima.

Neste mesmo decreto, esclarece-se o entendimento sobre documento público e sobre a declaração de interesse público e social de arquivos privados. Todos eles, devem ser recolhidos para guarda permanente no Arquivo Nacional, após a devida avaliação e a obtenção dos prazos estabelecidos previamente pela CPAD. Conquanto, foram nas resoluções Nº 14 de 24 de outubro de 2001, Nº 5 de 30 de setembro de 1996 e Nº 7 de maio de 1997 que os procedimentos de avaliação e eliminação foram descritos para melhor orientar os profissionais de arquivo, inclusive trouxe a obrigatoriedade de aprovação do Arquivo Nacional para a eliminação dos documentos públicos. Cabe salientar que a legislação nacional serviu de apoio para as esferas estaduais e municipais, visto que a intenção é formar um Sistema Nacional de Arquivos onde sejam estimulados “o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas”. (Brasil, 2002).

Diante deste contexto, percebe-se que as normas e rotinas arquivísticas da avaliação são fundamentalmente estabelecidas pelo poder público, e apesar da abertura dos últimos anos para consulta pública de proposituras a serem inseridas na atualização de alguns dispositivos legais e a criação de CPAD's, é o Estado quem tem a palavra final do que será sancionado, e ainda, no que poderá ser eliminado.

Aquiescendo dessa vertente Nascimento e Oliveira discorrem:

En Brasil, los archiveros participantes de las CPADs tienen su autonomía limitada al cumplimiento de lo que se espera en la legislación brasileña y en las directrices de lo Archivo Nacional. Incluso las tablas de documentos de actividades sustantivas, una de las tareas de CPADs, depende de la promulgación definitiva de lo Archivo Nacional. Sin duda, es evidente el papel destacado desempeñado por el Archivo Nacional de Brasil, con respecto a la disposición de los documentos públicos. (Nascimento; Oliveira, 2014, p. 408).

Deste modo, para trabalhar com arquivos no Brasil, é fundamental que os profissionais tenham ciência das diretrizes que normatizam as condutas técnicas, pois é inviável desenvolver políticas de gestão documental desconectada com o sistema nacional. Nesse sentido, Fonseca (2011) relembra que foi após a criação dos dispositivos legais arquivísticos que houve um aumento considerável no surgimento dos cursos de Arquivologia no Brasil. Apesar de corroborar com Fonseca, Santos (2010) esclarece, porém, que essas legislações aproximaram bastante o país da ideia de gestão documental, e, por conseguinte, dos fundamentos técnicos em torno das premissas administrativas.

A vista desse contexto, os cursos universitários na área de Arquivologia foram

se multiplicando para atender as demandas do mercado e fornecer profissionais aptos a proceder a gestão documental em instituições públicas e privadas. O caso é que as propostas curriculares desses cursos, em sua grande maioria, ainda estão fundamentadas a modelos tecnicistas e engessada na reprodução normativa institucionalizada pelo Estado. Além disso, a literatura arquivística internacional é utilizada, em muitos casos, sem situar a pluralidade da área e as diferenças de abordagem, causando grande confusão em torno dos fundamentos. Diante desse cenário, podemos afirmar que temos uma formação associada ao saber fazer, aplicar técnicas e reproduzir a ideia de manuais e legislações⁹³. Essa realidade é facilmente comprovada ao analisarmos as grades curriculares, e conseqüentemente, as ementas das disciplinas, mas sobretudo, em conversas informais entre os pares. Como consequência dessa conjuntura, podemos perceber os inúmeros trabalhos de conclusão de curso voltados para relatos de experiência e/ou tratando de procedimentos técnicos que pouco propicia reflexões críticas em torno de aspectos epistemológicos e sobre a função social do arquivista.

A falta de pesquisa na área também foi tema de discussão para Rocha (2021) em sua tese de doutoramento, contudo, trazendo a situação dos docentes do curso. Segundo a pesquisadora, poucos professores de Arquivologia do Brasil desenvolvem pesquisa e/ou extensão com temáticas específicas da área, em suas palavras:

[...] percebeu-se que ainda são tímidas as pesquisas com temáticas em Arquivologia ou de cunho específico nos projetos de pesquisa e/ou de extensão. Isso se justifica porque, muitas vezes, os projetos de pesquisa só estão ligados à pós-graduação, sobretudo na CI. (Rocha, 2021, p. 123).

Toda essa conjuntura acaba reforçando a ideia de que a Arquivologia é uma área meramente tecnicista e que não apresenta respaldo científico, o que diante desse contexto é uma realidade, haja vista que não há uma produção acadêmica crítica e propositiva que seja significativamente forte para transformar esse cenário. Todavia, é importante destacar que a formação acadêmica é delineada a partir das necessidades profissionais, e essas demandas nunca são isentas, pois estão imersas dentro de um sistema. Em consonância, Tanus e Araújo (2013, p.98) afirmam: “as configurações acadêmico-institucionais não são neutras, elas, de fato, representam uma relação histórica e uma relação de poder-saber e interesses, que se estabelece entre as partes envolvidas”. Cabe salientar que os cursos de Arquivologia, em sua

⁹³ Nos últimos anos, muitas universidades atualizaram o Plano político de seus cursos de Arquivologia, contudo, ainda está longe de refletir a necessidade da área.

grande maioria, estão situados em universidades públicas, e grande parte dos profissionais formados acabam sendo aproveitados pelo Estado para a gestão de seus acervos.

Deste modo, tendo ciência que os arquivos têm o potencial de testemunho, o que pode vir a contribuir no processo de ressignificação da memória, é de se compreender os interesses do Estado em torno dos arquivos, e, sobretudo, é possível inferir, as motivações do mesmo, ao tangenciar as normas e condutas do fazer arquivístico, moldando veladamente, os profissionais às suas necessidades e interesses. Para tanto, a universidade como espaço de resistência e desenvolvimento do conhecimento precisa estar atenta a essa conjuntura e propiciar um ambiente mais crítico e propositivo. Os Arquivistas precisam compreender bem mais do que as etapas do processo avaliativo e os fundamentos de valores utilizados nos dispositivos legais promulgados, eles devem ser capazes de entender os vários discursos em torno dessa prática, contribuir no desenvolvimento teórico desse fundamento, promover o acesso e uso, e ainda, depreender a relevância de suas ações para o futuro, pois são esses vestígios residuais que poderão ter o potencial de testemunho para a memória, História, pesquisa e etc.

Diante das consequências do processo avaliativo para a ressignificação da memória Margaret Hedstrom explica:

Ao tomarem decisões acerca de quais documentos são importantes para preservação permanente, os arquivistas influenciam intensamente na seleção de quais estarão disponíveis para o estudo do passado. Através da avaliação, a memória coletiva tornou-se não só uma metáfora para os arquivos, mas um local em que as decisões e escolhas dos arquivistas podem ser colocadas em prática, o que determina quais histórias podem ser escritas e o que podem lembrar coletivamente. (Hedstrom, 2017, p. 249-250)

Em outros termos, o profissional deve ter em mente, que a sua ação poderá ter impacto na memória e no esquecimento, e devido as múltiplas formas de manipulações exercidas pelas estruturas de poder vigente, precisamos estar atentos as condicionantes que nos são impostas e buscar estratégias mais adequadas para atender a pluralidade social. No artigo intitulado *Os arquivos como artesanais de responsabilidade*, Lívia Iacovino (2017, p. 288) ratifica a necessidade crítica dos arquivistas diante do processo de avaliação, assim, a autora reforça:

Os arquivistas não podem ignorar as consequências políticas de suas decisões de avaliação, as quais devem atender não apenas às necessidades do Estado, mas também as diversas comunidades que eles englobam, porém, a liberdade de levar em conta os interesses não governamentais precisa da independência do arquivista que toma a decisão.

Cabe salientar, contudo, que não nos compete aqui despejar uma carga de responsabilidade sob os ombros dos arquivistas, até mesmo porque não há vilões e mocinhos a serem defendidos dentro desse contexto de lutas e manipulações em torno dos arquivos, essa é uma situação que é inerente na vida em sociedade. Nossa intenção é refletir sobre as implicações das normas e rotinas arquivísticas na preservação da memória social de modo que o profissional que realize a avaliação tenha ciência de suas escolhas. Porém, ter convicção de suas decisões não presume que o profissional fará a seleção mais acertada às demandas futuras, haja vista que a sociedade é dinâmica e os interesses vão se transformando a partir dos acordos correntes. Nesse sentido, Assmann (2011, p. 370), pontua que em cada época existem “determinados princípios de segregação e medidas de valor que não são necessariamente compartilhados pelas gerações posteriores. O que é lixo para uma geração pode ser informação preciosa para outra”. Por exemplo, atualmente, a sociedade vem buscando ampliar o conhecimento nas práticas socioculturais dos indígenas, negros, ribeirinhos, mulheres, comunidades LGBTQIA+, dentre outros; esses grupos por muitos anos estiveram esquecidos/silenciados, contudo, hoje, os arquivos com essas temáticas veem ganhando cada vez mais espaço entre os pesquisadores e entre a sociedade. Esses sujeitos, em muitos casos, vêm utilizando esses acervos no processo de reconhecimento de si e de sua comunidade, fortalecendo assim, a sua memória e identidade.

Além dessa mudança de foco em torno de determinados segmentos da sociedade, é preciso compreender ainda os silenciamentos/apagamento que o poder público instaura diante de suas ações. Ainda hoje, arquivos relacionados a guerra do Paraguai ou acerca da ditadura militar do Brasil se encontram classificados como sigilosos ou foram destruídos. Diante dessa conjuntura, Assmann (2011, p. 368-369) explica que “não há poder político sem controle do arquivo, mas sem arquivo, também não existe espaço público e nem crítica”. E esse é o intuito, ao classificar como sigiloso ou promover o descarte, impede-se o conhecimento da sociedade em torno daquelas temáticas, e, por conseguinte, impossibilita a crítica, a ressignificação da memória social e a luta pelos direitos.

No artigo intitulado *To remember and Forget: archives, memory and culture*, Kenneth Footen (1990) é taxativo ao recomendar que os arquivistas estudem as diversas formas de extinção da memória que são promovidas pelas instâncias de poder, pois só assim, o profissional poderá impedir os processos conscientes ou

inconscientes de esquecimento coletivo, e, por conseguinte, contribuir com uma memória mais inclusiva. Respaldo no autor supracitado, Hedstrom (2017, p. 251) destaca a importância de os arquivistas terem noção ampla do conceito de memória, segundo ela, só assim, os profissionais vão compreender que a sua missão não está atrelada apenas a preservação do passado, mas sobretudo, “com as causas sociais da responsabilidade, justiça, formação de identidades e reconciliação”.

Ao tecer uma crítica aos silenciamentos promovidos pelo Estado em torno dos regimes autoritários e destacar a importância dos arquivos para a memória Andreas Huyssen acentua:

Os estudos de memória contemporâneos deveriam estar ligados de forma mais robusta aos direitos humanos e à justiça, de forma discursiva e prática, para prevenir que a memória, especialmente a memória traumática, se torne num exercício vazio, alimentando-se de forma parasítica e limitada de si mesma. (Huyssen, 2014, p. 46).

Ao levantar a importância dos arquivos para que essas memórias não se percam, é possível inferir a dimensão do avaliador nesse processo. Para tanto, é fundamental frisar que ao destacar determinados públicos em detrimento a outros, também estamos incorrendo em grave erro. Conforme já fora dito, as prioridades de hoje, não são necessariamente as de amanhã, e ainda que fosse, é primordial dar voz ao mais variado público. Nesse sentido, Schwartz e Cook (2004, p. 27) corroboram: “o ponto é que os arquivistas devem procurar as vozes ocultas, pela complexidade das atividades humanas e organizacionais em estudo, para que os arquivos possam refletir as múltiplas vozes e não, por omissão, apenas as dos poderosos”. Levando isso em consideração, cada documento condensaria testemunhos fundamentais dos diversos segmentos sociais, o que seria mais pertinente no processo de representação e para o reconhecimento da inúmeras práticas socioculturais. O problema é que a área acaba se prendendo nas normas e rotinas do fazer arquivístico que são determinados pelo poder público, e o arquivista, preso nesse sistema, acaba ignorando as implicações de suas atividades na ressignificação da memória social.

No que tange a falta de questionamento dos arquivistas no processo de avaliação e as consequências disso para o futuro, Schwartz e Cook (2004, p. 27) explicam:

Essa falta de questionamento é perigosa porque implicitamente apoia o mito arquivístico de neutralidade e objetividade e sanciona a já forte predileção dos arquivos e arquivistas por documentar prioritariamente a cultura oficial e os documentos dos poderosos. Ela privilegia as narrativas oficiais do Estado sobre as narrativas dos indivíduos.

Diante desse contexto e tendo ciência dos privilégios de determinadas narrativas, Rousso (1996) explica que os arquivos devem ser utilizados a partir de um exercício de recontextualização, ou seja, com uma análise crítica temporal e espacial, visto que os documentos apresentam subjetividades e intencionalidades, o que pode mascarar determinadas realidades. Além disso, não apresentam a totalidade dos fatos, são apenas vestígios. Destarte ele defende

O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem, de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu ... sem deixar vestígio – todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado. Que historiador um dia não foi tomado de desespero diante da tarefa que o espera e dos milhões de documentos a serem lidos, para, no dia seguinte, ser tomado de vertigem, diante de tudo o que jamais poderá saber, de tudo o que nunca será nem “memória”, nem “história”? Partindo destas observações um tanto sumárias, podemos nos prevenir contra o fetichismo do documento, tão difundido em nossos dias, e que caminha lado a lado com a obsessão, igualmente suspeita, de uma transparência absoluta - uma palavra que é aliás problemática, pois tornar alguma coisa transparente é também torná-la invisível... Nenhum documento jamais falou por si só: este é sem dúvida o clichê mais difícil de combater e o mais difundido, sobretudo no que se refere aos arquivos ditos "sensíveis". Existe um abismo entre aquilo que o autor de um documento pôde ou quis dizer a realidade que esse documento exprime e a interpretação que [...] farão mais tarde: é um abismo irremediável, que deve estar sempre presente na consciência pois assinala a distância irreduzível que nos separa do passado, essa "terra estrangeira". (Rousso, 1996, p. 90).

Portanto, diante dessas reflexões podemos inferir a importância dos arquivos para a sociedade pelo seu potencial de testemunho, entretanto, é preciso ter em mente, que assim como a memória é socialmente construída, os arquivos também os são (Pollak, 1992), seja no momento da elaboração do documento, pela interferência do Estado, dos imperativos contemporâneos ou pela ação de seleção dos arquivistas. Nesse ínterim, precisamos compreender que não existe neutralidade nos documentos e nem na seleção dos mesmos. Diante dessa característica precípua chegamos a um elemento importante da relação entre arquivo e memória: o poder. Esse elemento foi trabalhado por inúmeros pesquisadores, tais como Assmann, Foucault, Derrida e Le Goff, diante de diferentes contextos, para tanto, devido a mecanização e naturalização muitas vezes presente nas atividades dos arquivistas, esse elemento acaba passando despercebido, assim como as consequências de sua ação.

Para se isentar dessa responsabilidade, a área tende a ignorar essa premissa e apostar na figura do arquivista como agente neutro, objetivo e imparcial, que segue

as condutas técnicas, estabelece os valores e está amparado nas instancias arquivísticas superiores. Nesse sentido, Cook (1998) explica que a ordem imposta aos arquivistas é realizar uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior, o que de fato é impossível. O fato é que ao negar esse poder, o arquivista acaba caindo na armadilha da ignorância e realizando um trabalho sem expressividade, ou como diria Gonçalves (2004) ao tratar do patrimônio cultural, sem ressonância.

A recusa da profissão arquivística em admitir as relações de poder embutidas em seu exercício carrega a abdicação da responsabilidade pelas consequências do uso desse poder, gerando sérias consequências para a compreensão e conclusão do papel dos arquivos num presente mutável, ou para um uso sutil e reflexivo dos arquivos no futuro. Nesse aspecto, é um cego conduzindo outro, em ambas as direções: estudiosos usando arquivos sem perceber as espessas camadas de intervenção e significado codificado nos registros por seus produtores e pelos arquivistas muito antes das pesquisas começarem: e arquivistas tratando seus arquivos sem sensibilidade para as marcas que estão deixando no registro arquivístico. Estudiosos e arquivistas percebem (e promovem) o arquivo como coleção documental e pesquisa histórica indiferente, em vez de um lugar para contestação do poder, memória e identidade. (Schwartz; Cook, 2004, p. 18).

A consciência do poder, nos permite refletir, questionar e propor mudanças com vistas a enriquecer a realidade. No caso do arquivo, o poder está impregnado em diversas instancias e em diferentes sujeitos, logo, reconhecer esse contexto é essencial para que a tomada de decisão esteja assentada em aparatos mais sólidos, e com isso, possa contribuir de modo mais efetivo a sociedade e suas demandas. Nesse sentido, essa consciência precisa estar presente não só de forma retórica, mas sobretudo, no delineamento das práticas arquivísticas, para que esses sujeitos compreendam as tessituras em engendram as suas ações. Corroborando com esse pensamento, Kaplan (2018, p.188) complementa: “precisamos buscar uma prática que, embora imperfeita, seja mais autoconsciente e transparente”. Certamente isso só será possível diante de um exaustivo trabalho de reflexão entre os pares nos diferentes espaços de debate no qual o arquivista está inserido. Para tanto, de nada vai adiantar se continuarmos tratando a prática desconectada da teoria, ou se limitarmos a teoria as condutas práticas já existentes. É justamente essa falta de conexão, ou queda de braço contínua, que inviabiliza a consolidação da área e atrapalha no desenvolvimento do fazer arquivístico.

Tratando especificamente da avaliação documental, é preciso enfatizar que as consequências em torno dessa ação são ainda mais complexas, pois perpassa a área do conhecimento e atinge a sociedade no seu ímpeto pela pesquisa, memória,

identidade e cidadania. Por isso, é de suma relevância que os arquivistas compreendam as diversas instâncias de poder na qual suas atividades estão alicerçadas para que sejam capazes de perpassar as condicionantes que engessam e naturalizam o seu fazer, e assim, possam colaborar de modo mais assertivo com os diversos segmentos sociais. Não é mais admissível reproduzir uma ideia de memória desconectada de sentido, e tampouco, fortalecer determinados esquecimentos/silenciamentos. Portanto, se quisermos contribuir efetivamente com a preservação da memória, precisaremos perpassar os discursos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas que delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico e direcionar o olhar para a sociedade e suas diversas necessidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes modificações no discurso da arquivologia neste século mostram que é preciso reconhecer esses padrões de mudança dentro do próprio discurso e debater as questões pertinentes e as implicações para as metodologias e estratégias arquivísticas, e finalmente incorporar os resultados à prática cotidiana.

Terry Cook (2018)

A partir das discussões apresentadas nessa tese, percebe-se que a Arquivologia ainda busca se consolidar epistemologicamente ao mesmo tempo que luta pelo reconhecimento enquanto campo do conhecimento autônomo. Todavia, a dificuldade reside em torno dos diversos discursos e tradições arquivísticas que confundem e dissipam as práticas profissionais, mas sobretudo, na falta de estudos mais propositivos e abrangentes voltados a compreensão dessa diversidade e na assimilação dos aspectos basilares da área. Nesse sentido, a pluralidade das tradições arquivísticas que poderia ser um aspecto relavante ao seu desenvolvimento acaba se tornando uma ancora que a estaciona, pois ao invés de promover a reflexão e novos desdobramentos, muitas vezes, é negligenciada.

No que tange a produção acadêmica brasileira, mas principalmente, a partir do

cenário vivenciado diariamente pela pesquisadora nas universidades, congressos e instituições arquivísticas, podemos afirmar que ainda estamos muito presos às práticas profissionais e na reafirmação dos conceitos clássicos. Para tanto, é preciso destacar que já é possível perceber o interesse de alguns arquivistas em torno da necessidade de amadurecimento dessas práticas, a partir do desenvolvimento efetivo dos aspectos teóricos, porém, temos ciência que o jogo de interesses em torno do controle sob os arquivos é um elemento que compromete essa mudança, conforme já mencionamos anteriormente.

Diante desse contexto, as normas e rotinas arquivísticas tendem a ser reafirmadas pela relevância técnica, conseqüentemente, os aspectos que as envolvem não são problematizados como deveriam. Frente a essa conjuntura, encontramos diversas implicações que respigam diretamente na sociedade, uma vez que os arquivos devem servir aos diversos grupos sociais no que tange a necessidade de acesso à informação. Cabe salientar que essa necessidade pode ser tanto pelas finalidades administrativas, tão recorrente na atualidade, como pelo desejo de memória, por isso, o processo de avaliação precisa ser executado de modo que tente fugir das amarras do sistema e seja capaz de trazer vestígios efetivamente relevantes para o processo de ressignificação social.

Isso não quer dizer, contudo, que o arquivista deve ter a ambição e a obrigação no processo de memória, porque isso perpassa a sua função e foge de seu controle, além de tirar a 'espontaneidade' do processo avaliativo, todavia, ele precisa compreender a potencialidade dos arquivos como vestígios que poderão contribuir para a memória, história, cidadania, acesso a direitos, entre outros. Não em uma perspectiva de causa e consequência, é preciso desnaturalizar essa condição do arquivo, e enfatizar a sua potencialidade.

A naturalização de memória atrelada aos arquivos, muitas vezes máscara e atrapalha o processo de destinação, pois o profissional deixa de refletir sobre a sua ação para aplicar instrumentos como se fossem verdadeiros dogmas do seu fazer. Isto posto, enfatizamos que o arquivista precisa ampliar seu conhecimento acerca dos aspectos que envolvem esse substrato para não reproduzir discursos que foram criados para engessar e direcionar a nossa prática profissional.

Dito isto, é relevante reafirmar que o que propusemos nesse trabalho é uma reflexão em torno dos discursos que estruturam as perspectivas teóricas e pragmáticas que delimitam normas e rotinas no âmbito arquivístico ocasionando

impactos na preservação da memória social. Portanto, essa tese foi construída de modo a incitar os arquivistas a perpassarem essas condicionantes se quiserem fornecer vestígios verdadeiramente significativos a sociedade.

Para alcançar a finalidade da pesquisa, foi necessário revisitar aspectos históricos da constituição da área, bem como o seu desenvolvimento teórico e prático ao longo do tempo. Esse levantamento foi essencial para a compreensão do terreno no qual a Arquivologia emerge e como ela foi se desenvolvendo no Brasil e no mundo. Com isso, evidenciamos a diversidade dos aspectos discursivos em torno da área e como a falta de unidade teórica e a escassa literatura contemporânea atrapalha o desenvolvimento da pretensa cientificidade da Arquivologia. Outrossim, refletimos sobre as amarras e condicionantes que engessam a prática arquivística e suas relações com outras áreas, principalmente a Ciência da Informação. Diante dessas considerações, respondemos aos dois primeiros objetivos específicos delimitados pela presente pesquisa.

Em cumprimento ao terceiro objetivo específico, realizamos uma revisão de literatura acerca do conceito de memória, prioritariamente, a partir de teóricos clássicos utilizados na Ciência da Informação. Esse substrato é discutido em várias áreas do conhecimento, entretanto, cada uma discorre acerca da memória a partir dos seus interesses e foco de atuação. Na Arquivologia, esse elemento é respaldado pelos estudos da CI, entretanto, percebemos que na literatura, e sobretudo, na prática arquivística esse substrato é tratado de forma naturalizada, ou seja, como consequência da ação do tempo nos arquivos. Em outros termos, a partir da investigação, demonstramos que a memória é considerada produto da avaliação, ou seja, o que é recolhido para guarda permanente é reconhecida como memória, pelo simples fato de serem vestígios do passado.

Esse cenário começa a ser problematizado por alguns pesquisadores da área, principalmente estrangeiros, contudo, ainda há pouca ressonância nesses estudos, e raramente, percebemos discussões em torno das consequências desse processo de naturalização para a preservação da memória. Outrossim, percebe-se que mesmo em textos críticos, os autores, por vezes, ainda caem na armadilha dessa naturalização, haja vista que isso está imerso na cultura arquivística na qual nos alimentamos diariamente.

Com quanto, vale destacar que essa concepção descrita acima é promovida e reforçada pelos discursos das instâncias de poder que determinam o que poderá ser

eliminado e o que terá custódia permanente assegurada. O Estado encontra no arquivo estratégias para a manipulação social destacando o que deve ser entendido como memória e o que deve ser esquecido. À vista disso, legislações são criadas estabelecendo as normas e rotinas que deverão ser seguidas pelos arquivistas, e no processo de avaliação, a palavra final é do Estado através de suas instâncias representativas. Deste modo, é impossível ignorarmos o papel de destaque dessas estruturas na formação dos arquivos públicos, e ainda, as consequências da naturalização e manipulações exercidas.

Entendemos que diante do aumento exacerbado da produção documental, a avaliação é fundamental como prática arquivística, contudo, ao mesmo tempo que ela pode promover a memória, também resulta no esquecimento. Weinrich (2001, p. 285) enfatiza que a eliminação em si é uma ferramenta que promove o esquecimento, para tanto, “tornou-se evidente que vivemos numa sociedade super-informada, na qual a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações, mas rejeita-las”. Da mesma forma, Holanda (2011, p. 106) afirma: “sem esquecimento não há memória possível, pois, a memória é essencialmente seleção. O esquecimento não se opõe a memória, é suplementar, inerente e indispensável”. Ou seja, a sabedoria está no equilíbrio do que será lembrado e do que será esquecido diante de tantas variantes.

O fato é que os discursos que estruturam as normas e rotinas em torno da avaliação ainda estão presos ao processo de naturalização da memória o que reflete diretamente na formação dos arquivos permanentes do país. Esse cenário traz implicações diretas na constituição das identidades, na busca pela cidadania e na ressignificação da memória social. Os sujeitos quando não se reconhecem nos referentes de memória, não se interessam pela preservação, e, por conseguinte, não fazem uso da informação. Perante esse cenário, a ideia do “arquivo morto”, que tanto é abolida pelos arquivistas, encontra respaldo, pois, se não tem uso, se é um reservatório de dados sem sentido, não há vida, são apenas restos em perecimento. Diante dessas reflexões, atendemos ao último objetivo específico proposto nessa investigação, no que tange evidenciar como as normas e rotinas arquivísticas impactam na preservação da memória social.

O fato é que os arquivos precisam representar a sociedade e seus múltiplos agentes, por isso, reafirmamos que o arquivista necessita compreender o processo avaliativo de forma holística e desnaturalizar a concepção de memória que por tanto tempo foi imposta pelas instâncias de poder para apoiar seus interesses de

rememoração a partir das demandas do Estado. A memória sempre esteve subentendida na própria razão dos arquivos, e, por que não, dos próprios arquivistas, conforme afirmam Oliveira e Rodrigues (2008) para tanto, não é mais plausível permanecermos com essa conduta diante das múltiplas possibilidades que o arquivo tem a oferecer a sociedade.

Assim, a noção de memória precisa ser ampliada de modo que os arquivistas a compreendam como uma construção social que reflete o seu tempo, e ainda, que tem a capacidade de promover a ressignificação das identidades. Portanto, a memória não está fixada a lugares ou nos vestígios, apesar desses substratos terem a potencialidade de contribuir no processo.

Cabe ressaltar, todavia, que essa mudança de perspectiva só será efetiva, quando houver a ampliação das pesquisas em torno dessa temática, e sobretudo, quando os arquivistas reconhecerem os diversos discursos que estruturam as normas e rotinas do fazer arquivístico e forem suficientemente autônomos para contestar as delimitações impostas.

Como desdobramentos futuros da pesquisa, enfatizamos a necessidade de fomentarmos a produção acadêmica em torno da temática, mas sobretudo, ampliar as discussões que circundam a avaliação, esse processo deve ser refletido para além das normativas impostas pelo Estado e os critérios de valores estabelecidos em meados do século XX e utilizados até hoje como referência. A Arquivologia precisa perpassar as necessidades unívocas da administração e estar mais atenta as demandas sociais, principalmente diante do aumento da produção dos arquivos digitais e constantes discussões em torno da eliminação de acervos físicos em predileção ao novo suporte.

Outrossim, propomos ainda, como desdobramentos futuros, uma reflexão mais aprofundada das demais atividades da rotina arquivística, visto que cada uma apresenta particularidades que precisam ser refletidas diante desse cenário operacional que a área se encontra. Classificação, avaliação e descrição são igualmente importantes para propiciar o acesso à informação, contudo, cada uma delas se encontram em estágios diferentes de desenvolvimento teórico metodológico e de influência sofrida pelas instâncias de poder.

Por fim, reafirmamos o cumprimento da tese estabelecida no início da pesquisa, no qual afirma que os discursos teóricos e pragmáticos da Arquivologia naturalizam a ideia de memória sem privilegiar os seus aspectos como construção social, deste

modo, os acervos permanentes tendem a ser constituídos por documentos que refletem a manipulação das estruturas de poder vigentes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SOUTO, Diana Vilas Boas. Acerca do princípio da proveniência: apontamentos conceituais. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 14-43, 2013. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/425>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**: Brasília, DF, v. 41 n. 1, p. 50-63, jan./abr. 2013a.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, maio/ago. 2013b.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos livros, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 9-34, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20162/71589>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 1, n. 11, Rio de Janeiro, 1970.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ATHERTON, Jay. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship. **Archivaria**, Ottawa, n. 18, p. 43-51, 1985. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11233/12172>. Acesso em: 7 out. 2020.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. A mediação do patrimônio no agenciamento informacional na construção da memória: reflexões a partir da perspectiva arqueológica. **RACIn**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 2020.

BANTIN, Philip. Strategies for Managing Electronic Records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? **Archival Issues**, v. 23, n. 1 p. 17-34, 1998. Disponível em: https://minds.wisconsin.edu/bitstream/handle/1793/45860/MA23_1_3.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 9 out. 2020.

BARROS, Dirlene Santos. AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da análise do discurso**: inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. MARTINS, Wanessa Rodrigues. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a arquivística e a ciência da informação no âmbito da representação em arquivos. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 132-149, jul./dez. 2015.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: Tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudo e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. A diplomática como chave da teoria arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 04-13, jul./dez. 2015.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio da relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOOMS, Hans. Society and the formation of a documentary heritage: issues in the

appraisal of archival sources. **Archivaria**, v. 24, n. 2, p. 69-107, 1987.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco. Elementos para una historia de los Archivos y de la Archivística desde una perspectiva interdisciplinar. **IRARGI**, Vitoria–Gasteiz, n.1, 1988.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

BRASIL. Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 2, 3 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

BRENNEKE, Adolf. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivística europea. Milano: Per i tipi dell' editore, 1968.

BROOKS, Philip Coolidge. The Selection of Records for Preservation. **American Archivist**, Chicago, v. 3, n. 4, p. 221-234, October 1940.

BROTHMAN, B. Orders of value: Probing the theoretical terms of archival practice. **Archivaria**, v. 32, 1991, p.78-100. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewArticle/11761>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BURKE, Peter. **Uma história Social do Conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAFÉ, Ligia; BRASCHER, Marisa. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANCIB/USP, 2008.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Revista Escrita da História**. v. 2, n. 4, p. 100-119, set./dez. 2015.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em ciência da Informação**, Belo Horizonte, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100012 Acesso em: 20 jul. 2021.

CARBAJO MARTÍN, Victoriano-Antonio. El proceso de la normalización: los trabajos desarrollados por el CIA para redactar las normas ISAD (g) e ISAAR (CPF). *In*: **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y León, n. 4, Asociación de Archiveros de Castilla y León, Salamanca, Espanha: 1999.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena: Stab Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CENCETTI, Giorgio. **Scritti archivistici**. Rome: Centro di ricerca editore, 1970.

CHAGAS, Cintia Aparecida. Avaliação de documentos no Brasil, Portugal e Espanha: estudo das metodologias utilizadas. EDICIC, 11, Medellín. **Anais eletrônicos**, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/EDICIC_2018/EDICIC_2018/paper/viewFile/1700/1922. Acesso em: 2 jan. 2022.

CHAGAS, Cintia Aparecida. Avaliação de documentos arquivísticos: teoria e metodologia. **ÁGORA: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 30, n. 61, p. 478-498, jul./dez. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CLOONAN, Michele. Preservando documentos de valor permanente. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 205-235.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Avaliação & Perspectivas. Brasília, 1978.

COOK, Michael. **Information management and archival data**. London: Library Association Publishing, 1993.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. Documentation Strategy. **Archivaria**, v. 34, p.181-191, 1992. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11849/12801>. Acesso em: 10 dez. 2021.

COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción políticosocial sobre el gobierno. **TABULA**, El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos, Salamanca 6, 87-102, 2003.

COOK, Terry. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**, v. 5, p. 101-161, 2005.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**: Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, jul./dez. 2012a.

COOK, Terry. Entrevista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52813>. Acesso em: 6 jan. 2022.

COSTA, Alexandre de Souza. Produção de conhecimento em Arquivologia sob a égide dos programas de pós-graduação em ciência da informação. *In*: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mobile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 433-451.

COUTURE, Carol. La función valoración en la archivística contemporánea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. **TABULA**, El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos, n. 6, p. 23-49, 2003.

COUTURE, Carol. Archival Appraisal: A Status Report. **Archivaria**, v. 59 (January), p. 83-107, 2005. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12502>. Acesso em: 25 jan. 2022.

COUTURE, Carol. A arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, jul./dez. 2015.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. Contribuições de Paul Ricoeur aos historiadores acerca da fenomenologia da memória. **Tempos Históricos**. v. 21, p. 351-373, 2017.

CROTEAU, T. L. A Gestão de Documentos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5- 12, 1977. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/06/pdf_59336b505e_0003553.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

DELMAS, Bruno. Manifesto for a contemporary diplomatics: from institucional documents to organic information. **The American Archivist**, v. 59, n. 4, 438-452, 1996. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/59/4/438/23780/Manifesto-for-a-Contemporary-Diplomatics-From>. Acesso em: 6 ago. 2021.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DES MAREZ, Guillaume. De la conservation, du classement et de l'inventaire des Archives administratives d'une grande ville. *In*: CONGRÈS INTERNATIONAL DES ARCHIVISTES ET DES BIBLIOTHÉCAIRES, 1., 1910, Bruxelles. **Anais eletrônicos** [...] Bruxelles: 1910. Disponível em: <http://extranet.arch.be/congres1910/menu.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DUCHEIN, Michel. O princípio do respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10/14, n.1, p. 14-33, abr. 1982/ago.1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 18 jun. 2019.

DURANTI, Luciana; MICHETTI, Giovanni: o método arquivístico. *In*: GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew. **Pesquisa no Multiverso Arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, Ottawa, v. 35, p. 47-54, 1993.

DURANTI, Luciana. **Ciencia Archivistica**. Tradução Manuel Vázquez. Córdoba, 1995.

EAMER-GOULT, J. C. **Conceiving the records continuum in Canada and the United States**. 1995, 120 f. thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1995.

EASTWOOD, Terry. How Goes It With Appraisal? **Archivaria**, v. 36 (February), p. 111-21. 1993. Disponível:
<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11938>. Acesso em: 12 nov. 2022.

EASTWOOD, Terry. La valoración archivística en las sociedades democráticas. *In*: Tabula: **Revista de Archivos de Castilla y León** / Asociación de Archiveros de Castilla y León. Salamanca, n. 6, p. 75-85, 2003.

EASTWOOD, Terry; MACNEAL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

EXPERT CONSULTATION ON THE DEVELOPMENT OF A RECORDS AND ARCHIVES MANAGEMENT PROGRAMME (RAMP) WITHIN THE FRAMEWORK OF THE GENERAL INFORMATION PROGRAMME, 1979, Paris. Final Report. Paris: Unesco, 1979. 35 p.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FREIRE, Isa Maria. Memória do cotidiano: registro da Comunidade Santa Clara na Web. **Em questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 117-131, jul./dez. 2011. Disponível em:
<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/41684>. Acesso em: 20 out. 2022.

FAVIER, Jean. **Les archives**. Paris. Presses Universitaires de France, 2001.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituição Memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB**. 2008. 139 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UFPB) – João Pessoa, 2008.

FRENIÈRE, A. Coup d'oeil sur quelques méthodes de classement en gestion des documents. **Archives**, v. 74, n. 1, p. 20-30, 1974.

FERREIRA, Letícia Elaine. **O fundo de arquivo e o princípio de proveniência: uma observação entre a teoria e a prática**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

FERREIRA, Lisiane Braga; ROCKEMBACH, Moisés. Abordagens contemporâneas sobre avaliação em Arquivologia e Ciência da Informação: macroavaliação, avaliação do fluxo informacional e modelo indício-evidência-prova. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 22, n. 50, p. 31-43, set./dez. 2017.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FOOTEN, Kenneth. To remember and Foget: archives, memory and culture. **American Archives**, n. 53, p. 378-392, 1990.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a Vontade de Saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: edições Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FREDRIKSSON, Berndt. Postmodernistic archival science: rethinking the methodology of a science. **Archival Science**, v. 3, n. 2, p. 177-197. 2003.

FREITAS, Lidiane Marques; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Concepções acerca da classificação arquivística a luz da teoria do conceito. *In*: Seminário em Ciência da Informação, 7., 2017, Londrina. **Anais eletrônicos**. Londrina, 2017, p. 817-832.

Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/456/314>. Acesso em: 8 ago. 2022.

GEERTZ, Clifford. **Tras los hechos**: dos países, cuatro décadas y un antropólogo. Barcelona: Paidós, 1996.

GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew. **Pesquisa no Multiverso Arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó**: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991) – o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Revista Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

GRACY, David. Columbus Revisited: The Status of Archival Research Around the World in 1992, **Archivum**, n. 39, 1994, p. 520–25.

GUIMARÃES, Rubens Vieira. **Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens**. Brasília, 2018, Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.

GUIMARÃES, Rubens Vieira; OLIVEIRA, Eliane Braga. Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens. **Encontros Bibli**: Florianópolis, v. 24, n. 55, p. 01-23, maio/ago. 2019.

HAGEN, Acácia Maria. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, set./dez. 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. *In*: CERI. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia. *In*: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 205-235.

HÉON, Gilles. Les plans de classification en archivistique. **Archives**, v. 27, n. 1, 1995. Disponível em: https://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol27_1/27-1-heon.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

HÉON, Gilles. La classification. *In*: COUTURE, Carol *et al.* **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'université Du Quebec, 1999. p. 219-253.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: Teoría y Practica**. 5. ed. Sevilla: Disputación provincial, 1991.

HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis. La memoria híbrida. De la crisis del modelo taxonómico de selección a la gestación de propuestas de macrovalorativas. **Tabula: Estudios Archivísticos de Cartilla y León**, Salamanca, v. 1, n. 12, p. 131-156, 2009.

HEYNEMANN, Claudia Beatriz. **Arquivo Nacional: os 180 anos**. Brasileira fotográfica. Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11041>. Acesso em: 10 jun. 2022.

HOLANDA, Adriana Buarque de. **Memória e Esquecimento na Ciência da Informação**: um estudo exploratório. 2011. 141 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UFPE) – Recife, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. **Políticas de memória no nosso tempo**. Tradução de Ana Fabíola Maurício. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. *In*: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD (Portugual)**, n. 2, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/140433>. Acesso em: 5 jan. 2022.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.dez.1987.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 12, p.1-13, 1995.

JARDIM, José Maria. As relações interdisciplinares da Arquivologia. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ENARA, AAERJ, 2008. p. 30-42

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Revista acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, jul./dez. 2015.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: Métodos Especificidades e Diálogos. *In*: NEVES, Dulce Amélia de Brito *et al.* **Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil**: IV Reparq. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, p. 73-90.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: Oxford, 1922.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da palavra: 2005.

KAPLAN, Elisabeth. Muitos caminhos para verdades parciais: arquivos, antropologia

e o poder da representação. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 177-192.

KECSKEMÉTI, Charles. Consejo Internacional de Archivos. **Boletín Interamericanos de Archivos**: Cordoba, Argentina. 1974, p.47-58.

KENOSI, Lekoko; MOATLHODI, Trevor. The determination of value in archival science and the ever evolving theories of records selection. **The Eastern Librarian**, v. 23, p. 24-36, 2012.

KETELAAR, Eric. Archivistic research saving the profession. **American Archivist**. v. 63, n. 2, 2000, p. 322-340.

KETELAAR, Eric. Time future contained in time past: archival science in the 21st century. **Journal of the Japan Society for Archival Science**, 2004.

KETELAAR, Eric. As viradas e as voltas arquivísticas. *In*: GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew. **Pesquisa no Multiverso Arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019.

KOBACHI, Nair Yumiko; AMARAL, Cleia. Organização da Informação nos Arquivos: Indexação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]** Marília, UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiiencib/ENANCIB/paper/view/576>. Acesso em: 22 out. 2017.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOLSRUD, O. The Evolution of Basic Appraisal Principles: Some Comparative Observations, **American Archivist**, v. 5, n. 1, p. 26-39, 1992. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/american-archivist/article/55/1/26/23665/The-Evolution-of-Basic-Appraisal-Principles-Some>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KRAUSKOPF, ROBERT. The Hoover Commissions and Federal Recordkeeping. **The American Archivist**, v. 21, n. 4, p. 371-399, 1958. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.21.4.011x2534w16n2p61>. Acesso em: 21 set. 2020.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

KUROKI, Ívina Flores Melo. A Macroavaliação como um método: seleção de documentos para a descrição. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn, v. 6, n. especial, p. 118-131, out. 2018. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT02_0118-0131.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LE COADIC, Yves-Fronçois. **A Ciência da Informação**. Tradução Vera da Costa e Silva *et al.* 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos: definición y analisis de modelos**. Bergara: IRARGI, Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993.
LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (Parte II). **Revista Códice**, v. 2, n. 2, p. 39-70, Julio - diciembre de 2006.

LODOLINI, Elio. **Archivistica: principi e problemi**. Milano: Franco Angeli Libri, 1990.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: Teorias e práticas**. Niterói: Eduff, 1996.

LOPES, Luis Carlos. **A imagem e a sombra da arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Informação, Memória e Patrimônio: breves considerações. *In*: AZEVEDO NETO, Carlos Xavier (org.). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015, 97-106.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 63-78, jul./dez. 2012.

LUCENA, Ludymylla Maria Gomes de. Entre o lembrar e o esquecer: reflexões sobre a memória e o esquecimento a partir de Nietzsche e Bergson. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa - BA, v. 22, n.1, p.85-94, 2022.

MACEDO, Iago Mendes; LIMA, Gillian Leandro de Queiroga. Formações Históricas da Teoria Arquivística no Brasil: uma revisão a partir do surgimento dos cursos de bacharelado em Arquivologia. **Revista Páginas a&b**: Porto, v. 3, n. 13, p. 46-66, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/6811>. Acesso em: 5 ago. 2020.

MAKHLOUF, Basma; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Avaliação arquivística: Bases teóricas, estratégias de Aplicação e instrumentação. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 26, v. 2, 2008.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Entre a arquivologia e outras disciplinas: promessas de interdisciplinaridade? **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, 3. série, n. 6, p. 65-83, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70097>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Arquivologia e Ciência da Informação: submissão ou interlocução? **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, p. 14-22, 2017.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. Dificultades para la concepción de una clasificación universal em Archivística. *In*: MARCO, Francisco Javier García (ed.). **Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 91-98.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria da Paz. **La construcción teórica en archivística**: el principio de procedência. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1996.

MARTORELL, Lluís Cermeno; Palá, Elena Rivas. **Valorar y seleccionar documentos**: qué es y cómo se hace. Espanha: Ediciones Trea, 2010.

MAUREL, Dominique, CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. *In*: COUTURE, Carol (org.). **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255-371.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística: a reflection on archival Science methodology. **Documenta & Instrumenta**, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. 1, p. 35-46, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. *In*: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 11-30.

MENNE-HARITZ, Angelika. Ernst Posner's Archives and the Public Interest. **The American Archivist**, v. 68, p. 322-332, fall-winter 2005. Disponível em: <http://archivists.metapress.com/content/9lg3054k0057k462/>. Acesso em: 19 jul. 2012.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and

archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Spring 2006.

MULLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1973.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes Do; OLIVEIRA, Eliane Braga De. La valoración de documentos de archivo y los responsables de la construcción de la memoria en la Administración Pública Federal brasileña. **Revista General de Información y Documentación**. v. 24, n. 2, p. 389-415, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na ciência da informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 3, p. 216-239, 2009.

OLIVEIRA, Eliane Braga. **O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. 194 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – UNB) – Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7466/1/2010_ElianeBragaOliveira.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

PARKINSON, Jane. **Accountability in archival Science**. 1993. 143 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1993.

PÉROTIN, Yves. Administration on and the tree Ages of Archives. **The American Archivist**, v. 29, n. 3, p. 363-369, 1966.

PESSANHA, Christiano; COELHO, Katia Cardoso; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Uma investigação filosófico-legal para atos dos documentos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17, 2016, Salvador, **Anais [...]**, UFPB, 2016.

PIGGOTT, Michael. Archives and memory. *In*: McKEMMISH, Sue *et al* (ed.). **Archives: recordkeeping in society**. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, 2005.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova era. *In*: AQUINO, Mirian de Akbuquerque (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 61-86.

PINTO, Cheila. **Os princípios da avaliação da informação arquivística em Portugal: Contributos para a sua discussão**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

POESNER, Ernst. Some aspects of archival development since the French

Revolution. *In*: DANIELS, M. F; WALCH, T. **A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice**. Washington: National Archives Trust Fund Board, p. 3-14.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n, 10, 1992. p. 200-212.

POMBO, Olga. **Epistemologia da interdisciplinaridade**. *In*: Pimenta, C. (coord.). **Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade**. Porto: Campo das Letras, 2004.

PORTO, Daniela Miguéns. **História e evolução do arquivo: a exemplaridade da Torre do Tombo**. 2013. 84 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais – 2o ciclo de estudos) – Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal, junho de 2013. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1836/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Daniela_Porto.pdf. Acesso em: 22 ago. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RADOFF, Morris. What Should Bind Us Together. **The american Archivist**, v. 19, n. 1, 1956. Disponível em: <https://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.19.1.9020m17451584131>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel (coord.). **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplina o transdisciplinaria**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (org.). **La Archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependencias**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. Lisboa: **Páginas A&B**, 2000.

RIBEIRO, Fernanda. O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação. *In*: JORNADAS LUSO-CABOVERDIANAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 6. 2004. Portugal. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, jan./jun. 2011. p. 59-73.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

- RHOADS, James Eric. **The Role of Archives and Records Management in National Information Systems: A RAMP Study**. Paris: Unesco, 1989. Disponível em:
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000084735_spa/PDF/084735spao.pdf.mult
i. Acesso em : 20 set. 2020.
- ROBERGE, Michel. Le systeme de classification des documents administratifs. **Revista Catalana d'Arxivística**, v. 2, 1990.
- ROBERTS, John. Teoria arquivística: muito barulho por nada. **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 646-658, maio/ago. 2019.
- ROCHA, Maria Meriane Vieira da. **Um olhar sobre os cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil à luz do regime de informação**. 2021. 216 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UFPB) – João Pessoa, 2021.
- ROCKEMBACH, Moisés. Conceitos, modelos e novas perspectivas de avaliação em Arquivologia e Ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 87-105, set./dez. 2015.
- ROCKEMBACH, Moisés. **Modelo de evidência da informação em plataformas digitais**: estudo exploratório no âmbito da ciência da informação. Tese (Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Universidade do Porto) – Porto, 2012.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In*: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, v. 2, p. 210-230, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 85-91, 1996.
- SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.
- SALADINO, Alejandra. Marimbás Air Force: narrativas sobre a memória da aviação civil no Brasil. **Morpheus**, a. 2, n. 3, 2003.
- SAMUELS, Helen Willa. Who Controls the Past. **The American Archivist**, v. 49, n. 2, p. 109-124, 1986.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A Institucionalização da Arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas: 1935-1945. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 121-146, maio/ago. 2018.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A arquivística como disciplina científica**: princípios, objetivos e objeto. Salvador: 9Bravos, 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.41-62, 1996.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Modern Archives**: principles and techniques. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2012.

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. Archives, Records and Power: The Making of modern Memory. **Archival Science**, n. 2, 2002.

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. Tradução de Cylaine Maria das Neves; Maria Cristina Vendrameto; Pedro Condoleo de Queiroz. **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, v. 3, n. 3, p. 18 - 33, jul. 2004.

SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Irisneide de Oliveira Souza; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna. **Ibersid**, v. 3, 281-289, 2009.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Juvenal Freire de. MNEMOSYNE INFOR-COMUNICATIVA: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 135-143, jan./abr. 2014.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói: EDUFF, 2017.

SILVA, Maria Juliana Nunes da; PARRELA, Ivana Denise. As práticas de avaliação de documentos nos arquivos federais da Alemanha. **Inf. & Soc: Est.**, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 1-14, abr./jun. 2020.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SMITH, Barry. Document Acts. 2014. Disponível em: <http://ontology.buffalo.edu/smith/articles/document-acts.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SOKAL, Alan. **Pseudoscience and postmodernism antagonists or fellow-travelers**.

Archaeological Fantasies, 2004. Disponível em: https://physics.nyu.edu/faculty/sokal/pseudoscience_rev.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, v. 2, p. 240-269, 2003.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Os princípios arquivísticos envolvidos no processo classificatório. *In*: **Classificação em Arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p.123-153.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivistica.net**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação funcional de documentos de arquivo é uma abstração intelectual ou um instrumento prático? **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1809/1718>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SOUZA, Rogério Ferreira. Favela e os espaços monumentalizados: um lugar de memória coletiva e símbolo de resistência. **Morpheus**, v. 2, n. 3, 2003.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **As bases do processo classificatório na arquivística**: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/as-bases-dos-processos-classificatc3b3rios-em-arquivc3adstica.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

SZARY, Richard. Archival description standards: scope and criteria. **The American archivist**. 52, 4, 1989.

TANODI, Aurelio. **Manual de archivologia Hispanoamericana**: teorías y principios. Córdoba: Editora Brujas, 2009.

TANUS, Gabrielle Francine de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli**: revista

eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, maio/ago. 2013.

TAYLOR, Isabel. The German appraisal discussion since 1990: na Overview. **Archives and Manuscripts**, v. 44, n.1, p.14-23, 2016.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THOMASSEN, Theo. **The development of archival Science and its european dimension**. 1999. Disponível em: <http://z-a-d.net/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>. Acesso em: 30 out. 2020.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93669>. Acesso em: 6 jan. 2022.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011.

TRACE, Ciaran. Dentro ou fora do documento?: noções de valor arquivístico. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEAL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 77-106.

UPWARD, Frank. Structuring the records continuum part one. Post-custodial principles and properties. **Archives & Manuscripts**, v. 24, n. 2, pp. 268-285. 1996. Disponível em: <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/8583/8577>. Acesso em: 18 fev. 2022.

VÁSQUEZ MURILLO, Manuel. **Cómo seleccionar documentos de archivo**. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão e ZOUAIN, Debora Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Uma aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, n. 4, p.57-66, 2017.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WILLIAMS, Caroline. **Managing Archives: Foundations, Principles and Practice**. Oxford: Chandos Publishing, 2006.